

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Wanúbia de Matos Ferraz Santos

**A Apropriação dos Resultados do Proeb em Língua Portuguesa para o Uso
Pedagógico da Escola Estadual Joel Mares**

Juiz de Fora
2025

Wanúbia de Matos Ferraz Santos

**A Apropriação dos Resultados do Proeb em Língua Portuguesa para o Uso
Pedagógico da Escola Estadual Joel Mares**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Wanúbia de Matos Ferraz .

A Apropriação dos Resultados do Proeb em Língua Portuguesa para o Uso Pedagógico da Escola Estadual Joel Mares / Wanúbia de Matos Ferraz Santos. -- 2025.

118 f.

Orientador: Wagner Silveira Rezende

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Avaliações Sistêmicas. 2. Avaliações Somativas. 3. SIMAVE. 4. Apropriação de Dados. 5. Estratégias Pedagógicas. I. Rezende, Wagner Silveira , orient. II. Título.

Wanúbia de Matos Ferraz

A Apropriação dos Resultados do Proeb em Língua Portuguesa para o Uso Pedagógico da Escola Estadual Joel Mares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação. Área de concentração: Educação

Aprovada em 07 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Wagner Silveira Rezende - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Joaquim José Soares Neto

Universidade de Brasília

Juiz de Fora, 20/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Silveira Rezende, Coordenador(a)**, em 19/05/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim José Soares Neto, Usuário Externo**, em 19/05/2025, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hilda Aparecida Linhares Da Silva, Usuário Externo**, em 21/05/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UFJf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2304581** e o código CRC **D38FC72B**.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP. O estudo de caso apresentado, busca compreender como a gestão pedagógica pode fomentar o uso dos resultados da Avaliação Externa Somativa em Língua Portuguesa, para que esses sejam utilizados no planejamento de ensino da Escola Estadual Joel Mares, situada na cidade de Almenara – MG. O principal objetivo é analisar quais são os entraves para a apropriação dos resultados das avaliações sistêmicas na proposta pedagógica e para aprimoramento das condições de aprendizagem dos estudantes. Os objetivos específicos apresentados para melhor compreensão deste estudo de caso foram: (i) compreender como a E. E. Joel Mares trabalha com os resultados da Avaliação Externa Somativa; (ii) analisar como os dados das avaliações podem ser utilizados como instrumento norteador do processo de ensino-aprendizagem; (iii) propor um Plano de Ação Educacional com foco em desenvolver práticas e estratégias eficazes para a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas. Como referencial teórico adotamos as contribuições dos seguintes autores: Bauer (2020), Bonanino *et al.* (2012), Boudett *et al.* (2020), Burgos (2020), Fernandes *et al.* (2020), Gatti (2008), Lelis *et al.* (2019), Lück (2009), Pontes (2012), Soares (2016), e Sousa (2014), pois eles tratam de temas que envolvem as avaliações em larga escala e a utilização de seus resultados como uma referência para o planejamento pedagógico. Para este estudo de caso, utilizamos como percurso metodológico diferentes instrumentos, como levantamento bibliográfico e documental, análise dos dados educacionais, pesquisa de campo utilizando questionários e entrevistas estruturadas com as equipes gestora e pedagógica e os docentes que lecionam o conteúdo curricular de língua portuguesa. Por fim, é proposto para E.E. Joel Mares, a construção de um Plano de Ação Educacional – PAE, visando adotar medidas para enfrentar os desafios diagnosticados na apropriação dos resultados das avaliações sistêmicas, cooperando para a utilização de práticas e estratégias de ensino no planejamento pedagógico, melhorando as condições de aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Avaliações Sistêmicas; Avaliações Somativas; SIMAVE; Apropriação de Dados; Estratégias Pedagógicas.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master's Degree in Management and Assessment of Public Education (PPGP). The case study presented aims to understand how pedagogical management can promote the use of results from the External Summative Assessment in Portuguese Language, intending to integrate these results into teaching planning at Joel Mares State School, located in the city of Almenara – MG. The primary objective is to analyze the obstacles to the appropriation of the results of systemic assessments in the pedagogical proposal and to improve the learning conditions of students. The specific objectives presented for a better understanding of this case study were: (i) to describe how the Joel Mares State School works with the results of the External Summative Assessment; (ii) to analyze how the assessment data can be used as a guiding instrument in the teaching-learning process; (iii) to propose an Educational Action Plan focused on developing effective practices and strategies for the appropriation of the results of external summative assessments. As a theoretical framework, we adopted the contributions of the following authors: Bauer (2020), Bonanino *et al.* (2012), Boudett *et al.* (2020), Burgos (2020), Fernandes *et al.* (2020), Gatti (2008), Lelis *et al.* (2019), Lück (2009), Pontes (2012), Soares (2016), and Sousa (2014), as they deal with topics involving large-scale assessments and the use of their results as a reference for pedagogical planning. For this case study, we used employed various methodological instruments as a path, including bibliographic and documentary survey, analysis of educational data, field research using questionnaires and structured interviews with the management and pedagogical teams, and the teachers who teach the Portuguese language curriculum content. Finally, it is proposed for E.E. Joel Mares, the construction of an Educational Action Plan (PAE), aiming to adopt measures to face the challenges diagnosed in the appropriation of the results of systemic evaluations, cooperating for the use of teaching practices and strategies in pedagogical planning, improving the learning conditions of students.

Keywords: Systemic Assessments; Summative Assessments; SIMAVE; Data Appropriation; Pedagogical Strategies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Modelo Representativo do Processo Data Wise	61
Quadro 1	- Número de matrículas em cada ano de escolaridade da E. E. Joel Mares.....	28
Quadro 2	- Descrição das habilidades de acordo com o nível de desempenho intermediário da avaliação externa somativa no conteúdo de Língua Portuguesa.....	35
Quadro 3	- Bloco I – Perguntas sobre o Perfil Pessoal e Profissional	84
Quadro 4	- Bloco II - Perguntas sobre o eixo: Percepção sobre apropriação e uso dos dados das Avaliações em Larga Escala	85
Quadro 5	- Bloco III – Perguntas sobre o Eixo: Apropriação e uso dos dados da Avaliação Externa Somativa pelos principais atores da E.E.J.M.....	87
Quadro 6	- Ferramenta 5W2H.....	97
Quadro 7	- Síntese da primeira ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares	100
Quadro 8	- Síntese da segunda ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares	101
Quadro 9	- Síntese da terceira ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares	103
Quadro 10	- Síntese da quarta ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Indicador de nível socioeconômico (INSE) no ano de 2019, das escolas da educação básica do estado de Minas Gerais, do município de Almenara e da Escola Estadual Joel Mares.....	29
Tabela 2	- Taxas de rendimento por etapa escolar, do estado de Minas Gerais e da Escola Estadual Joel Mares, no período entre 2019 a 2022	30
Tabela 3	- Taxas de Distorção Idade/Série por etapa escolar, referente ao ano de 2023, no estado de Minas Gerais e na Escola Estadual Joel Mares	31
Tabela 4	- Percentual de Participação dos estudantes no PROEB (9º Ano do Ensino Fundamental II e 3º Ano do Ensino Médio) da Escola Estadual JOEL MARES	32
Tabela 5	- Proficiência Média da Avaliação Externa Somativa (9º Ano / Ensino Fundamental II) nos conteúdos curriculares de Matemática e Língua Portuguesa	34
Tabela 6	- Distribuição dos estudantes por nível de proficiência nas avaliações externas somativas em Língua Portuguesa (9º Ano / Ensino Fundamental II) da Escola estadual Joel Mares	35
Tabela 7	- Distribuição dos estudantes por padrão de desempenho na avaliação externa somativa em Língua Portuguesa (3º Ano do Ensino Médio) da E. E. Joel Mares.....	37
Tabela 8	- Distribuição dos estudantes do 3º ano do ensino médio por padrão de desempenho na avaliação externa somativa da disciplina de Matemática.....	38
Tabela 9	- A percepção dos docentes da Escola Estadual Joel Mares sobre as avaliações externas somativas	75
Tabela 10	- Compreensão das matrizes de referência da avaliação externa somativa e a sua utilização no planejamento pedagógico dos professores	77

Tabela 11	- Apropriação dos resultados apresentados pela Avaliação Externa somativa e divulgados nos boletins do SIMAVE	79
Tabela 12	- Práticas e estratégias curriculares para o desenvolvimento do trabalho pedagógico	80
Tabela 13	- Apresentação dos resultados da avaliação externa somativa e a responsabilização da comunidade escolar	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CETPP	Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas
COVID-19	Doença por Corona vírus 2019
E.E.J.M.	Escola Estadual Joel Mares
E.F.	Ensino Fundamental
E.M.	Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FDG	Fundação de Desenvolvimento Gerencial
GIDE	Gestão Integrada da Educação Avançada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC/RS	Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social
INEP	Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
NAEP	National Assessment of Educational Progress
NSE	Nível Socioeconômico
PAAE	Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PAE	Plano de Ação Educacional
PDCA	Planejar, Executar, Verificar, Atuar
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública

PPP	Projeto Político Pedagógico
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Educação Básica
QEDU	Portal de Dados Educacionais
REANP	Regime Especial de Atividades Não Presenciais
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEP	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de Primeiro Grau
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: CONTEXTO NACIONAL E O USO DE SEUS RESULTADOS PARA TRANSFORMAR OS DESAFIOS EM SALA DE AULA	19
2.1	A IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL	19
2.2	COMPREENDENDO O SIMAVE E A AVALIAÇÃO EXTERNA SOMATIVA	24
2.3	APRESENTAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JOEL MARES E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA SOMATIVA	27
2.3.1	Matriz de referência, currículo e suas perspectivas	42
3	APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: ARTICULANDO IDEIAS E POSICIONAMENTOS	49
3.1	REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE O USO DE DADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS	50
3.1.1	Avaliações em Larga Escala: Apropriação de Resultados	51
3.1.2	A Gestão Pedagógica e a Gestão de Resultados Educacionais Associadas à Relevância da Formação Continuada no Contexto Escolar	62
3.2	PERCURSO METODOLÓGICO	66
3.2.1	Apresentação da metodologia para a compreensão do estudo de caso	69
3.3	A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA ESTADUAL JOEL MARES SOBRE A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	74
3.3.1	Análise dos dados obtidos na investigação, em relação a visão dos professores da Escola Estadual Joel Mares sobre a avaliação externa somativa	74
3.3.2	Compreensão das matrizes da Avaliação Externa Somativa	76
3.3.3	Apropriação dos resultados apresentados pela Avaliação Externa Somativa	78
3.3.4	Práticas e estratégias curriculares para o trabalho pedagógico	80
3.3.5	Apresentação dos resultados da Avaliação Externa Somativa e a responsabilização da comunidade escolar	81

3.4	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM AS EQUIPES GESTORA E PEDAGÓGICA	83
3.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE AANÁLISE DOS DADOS INVESTIGADOS..	89
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)	93
4.1	A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE.....	95
4.1.1	Apresentação da pesquisa para os profissionais da Escola Estadual Joel Mares e do Plano de Ação Educacional (PAE)	99
4.1.2	Formação continuada para os professores e especialistas de educação básica para identificar as lacunas de aprendizagem apontadas pelo SIMAVE na Avaliação Externa Somativa	101
4.1.3	Fortalecimento dos projetos interdisciplinares e trabalho coletivo ..	102
4.1.4	Acompanhamento e análise das ações planejadas	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS DOCENTES DO CONTEÚDO CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	116
	ANEXO B - QUESTIONÁRIO APLICADO PARA EQUIPE GESTORA E PEDAGÓGICA.....	118

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muito se discute sobre a qualidade da educação como uma necessidade fundamental para que a sociedade se desenvolva. No Brasil, diante das inúmeras desigualdades sofridas pelos estudantes que afetam diretamente no seu processo de aprendizagem, foi promulgada em 1988, a Constituição Federal que apresenta no seu artigo 206, inciso VII, como um dos princípios da educação, a garantia do padrão de qualidade para todos os alunos do território nacional (Brasil, Constituição, 1988, p.123). Em 1996, foi criada em nosso país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como LDB, que no mesmo sentido, destaca no artigo 3º, inciso IX, a qualidade da educação como princípio básico do processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 1996, p.9).

Diante disso, é importante que os órgãos públicos responsáveis em garantir e defender os direitos educacionais, desempenhem suas funções, buscando uma educação de qualidade para todos os estudantes. Neste contexto, Soares (2016, p. 143) afirma que “para a concretização do direito à educação, ou seja, do direito em aprender, existem duas expressões: a trajetória escolar regular e a aprendizagem em nível adequado”.

Uma trajetória escolar regular é a primeira evidência de atendimento completo do direito à educação. Por trajetória escolar entende-se acesso, permanência, promoção e conclusão das etapas em que o ensino se organiza. A qualidade dessa dimensão é captada por sua regularidade, ou seja, essas diferentes etapas devem ser concluídas na idade esperada. A segunda dimensão do atendimento desse direito é o aprendizado. Para se verificar a sua concretização, é necessário construir um consenso sobre quais aprendizados ou competências são necessários a fim de viabilizar uma vida plena para cada cidadão. (Soares, 2016, p. 143-144).

Segundo Soares (2016, p.143), o acompanhamento para garantir o direito à educação, concretizado no direito de aprender, consiste em compreender os indicadores globais dentro do contexto educacional. Os dados para esse monitoramento vêm de pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A ideia é que, através dessas informações, possam ser identificados os pontos de melhoria relacionados à aprendizagem e,

consequentemente, utilizem desses indicadores no processo de planejamento, traçando estratégias de superação das fragilidades diagnosticadas.

Esta dissertação analisa a utilização dos resultados obtidos em Língua Portuguesa, na Avaliação Externa Somativa, pelos estudantes do 9º Ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, matriculados na Escola Estadual Joel Mares (E.E.J.M.), localizada na cidade de Almenara, em Minas Gerais.

A escolha do tema para este estudo de caso foi feita pela autora desta dissertação quando questionada sobre o problema enfrentado pela escola em que atua, imediatamente concentrou seu pensamento nos resultados das avaliações em larga escala, principalmente a Avaliação Externa Somativa. A trajetória da aluna do curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), como docente da disciplina de Língua Estrangeira Moderna (Inglês), na instituição escolar investigada, teve início em 2017, quando se tornou professora efetiva na rede estadual de ensino. A principal atribuição deste cargo é ministrar aulas para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio.

No início da minha carreira profissional como docente, em 1997, não existia a política de avaliações sistêmicas dentro das escolas mineiras. E mesmo quando esse sistema de avaliação em larga escala surgiu, não se tinha o conhecimento de como ocorria o seu funcionamento e dos objetivos propostos. Essas avaliações foram apelidadas de “provas do governo” e eram vistas como uma perda de tempo no processo pedagógico e com finalidade exclusiva de punição pelos governantes, de acordo com os resultados obtidos pelos estudantes da escola.

Em 2017, começou a trabalhar como professora na Escola Estadual Joel Mares, onde muito se falava pela equipe gestora e pedagógica em Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE. Despertou-se então, o interesse da autora pelo funcionamento dessa política pública de avaliação e também a preocupação com os resultados obtidos pelos alunos, que não eram considerados satisfatórios de acordo com os boletins apresentados. A partir do envolvimento com os processos avaliativos em larga escala, surgiu a necessidade de compreender melhor a importância dos resultados dessas avaliações como ferramenta para o planejamento pedagógico.

No cotidiano profissional dos educadores, constata-se muitas dificuldades em se tratando da apropriação dos resultados. O primeiro entrave é o pouco envolvimento e comprometimento dos alunos no processo de realização das avaliações externas,

influenciando diretamente na averiguação da aprendizagem. Outro impasse está relacionado com a utilização dos resultados no planejamento pedagógico e no emprego de estratégias de ensino eficazes para intervir nas dificuldades apresentadas pelos estudantes avaliados. Ademais, destaca-se a necessidade de programas e ações pedagógicas que auxiliem o professor, aprimorando as orientações e o acompanhamento metodológico aplicado em sala de aula.

Atualmente, no contexto da educação brasileira, foram implementadas políticas públicas que buscam a permanência dos estudantes, a equidade educacional e as melhorias no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas. A utilização de ferramentas que possam oferecer avanços na qualidade da educação já acontece há alguns anos e não ocorre apenas no Brasil, mas também em outros países. Porém, somente na década de 90, o governo brasileiro começou a desenvolver ações que permitiam o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, com base nos resultados de avaliações externas às escolas, garantindo o direito à aprendizagem. Para monitorar a qualidade da educação básica, foram definidas habilidades que precisam ser consolidadas, de acordo com o componente curricular em cada etapa da educação básica. Essas diretrizes curriculares, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), além de orientarem os professores na construção do seu planejamento pedagógico, permitem que sejam diagnosticadas lacunas, contribuindo para os avanços no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais – INEP, foi criado no Brasil, em 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (INEP, 2019). Desde então, são realizados testes que oferecem informações, contribuindo para a elaboração, o monitoramento e o aperfeiçoamento da política de avaliação em larga escala. Essas evidências possibilitam que os órgãos governamentais competentes na área educacional avaliem a qualidade da educação pública brasileira.

Segundo as Diretrizes do Saeb (INEP, 2023), esta avaliação somativa em larga escala examina a progressão no aprendizado dos estudantes avaliados. Os estágios de desenvolvimento do conhecimento são expostos e organizados em escalas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática para cada um dos anos de ensino que realizam o exame. Os resultados da aprendizagem dos estudantes, averiguados no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas

por meio do Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (INEP, 2023).

Com o decorrer do tempo e diante da necessidade de obter mais informações sobre a qualidade da educação oferecida pelas redes estaduais, alguns estados brasileiros instituíram seus próprios sistemas de avaliação. Os dados divulgados através dos sistemas estaduais de avaliações em larga escala auxiliam na elaboração de estratégias eficazes e no desenvolvimento de ações de intervenção pedagógica no planejamento de ensino na execução do currículo, de acordo com a realidade cada região e as suas particularidades.

Sendo assim, no ano 2000, o estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEE-MG), instituiu o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE. Esta política de avaliação própria da rede estadual de ensino foi consolidada através da colaboração do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) em parceria com o governo do Estado (SIMAVE, 2025).

Até o ano de 2023, os testes que faziam parte do sistema mineiro de avaliação eram chamados de Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA e de Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB. O principal objetivo do SIMAVE é mensurar as habilidades consolidadas pelos estudantes em determinadas etapas do ensino da educação básica e delinear estratégias que preponderem as dificuldades de aprendizagem dos alunos, que foram notadas na análise dos resultados obtidos. No ano de 2024, as nomenclaturas PROALFA e PROEB foram unificadas, passando as provas a serem chamadas de Avaliações Externas Somativas, tornando, deste modo, os objetivos do SIMAVE mais objetivos e abrangentes ao direcionar a construção de políticas públicas de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação – SEE (SIMAVE, 2024).

Conforme o SIMAVE, também são realizadas pelo estado de Minas Gerais, avaliações formativas direcionadas aos estudantes da educação básica da rede estadual. Estas provas são elaboradas, gerenciadas e validadas pela equipe da Secretaria de Estado de Educação - SEE, e são denominadas como Avaliações Sistêmicas da Aprendizagem. Elas buscam qualificar e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem individualmente, ao longo do ano letivo e complementam o diagnóstico da educação mineira. Estes testes apresentam um caráter formativo, ou

seja, são ferramentas para o aprendizado contínuo, e apresentam pareceres construtivos que ajudam a identificar as dificuldades e melhorar a aprendizagem.

As avaliações Formativas são divididas em duas categorias: diagnóstica e intermediária. Neste conjunto de avaliações, são examinados todos os alunos matriculados na educação básica, em todos os componentes curriculares (SIMAVE, 2024).

Ao longo do tempo, os resultados obtidos pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública têm auxiliado na implementação, (re) formulação e monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no estado e na promoção da equidade educacional. Entretanto, para que o programa exerça a sua função e alcance os seus objetivos, é indispensável que os gestores, os professores e a equipe pedagógica compreendam e utilizem estas informações, que são mensuradas através dos diferentes indicadores que compõem os resultados da avaliação (SIMAVE, 2024).

A razão desta pesquisa é a análise dos resultados da Avaliação Externa Somativa (antigo PROEB) em Língua Portuguesa, dos alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental II, da E. E. Joel Mares e como é realizada a abordagem e assimilação desses dados, pela equipe gestora e pedagógica, juntamente com os docentes da instituição escolar investigada.

Ainda sobre os sistemas de avaliação da educação básica, Soares (2016, p.146) diz:

Um processo de avaliação educacional consiste em emitir juízos de valor sobre os insumos, processos e resultados do sistema educacional, por meio da comparação de resultados de medição ou observação com referenciais preestabelecidos. A avaliação educacional é parte do sistema educacional e, portanto, deve contribuir para que esse sistema seja mais eficaz na sua tarefa precípua de garantir o direito à educação dos estudantes. Entretanto, isso só ocorre se o sistema de avaliação educacional tiver, explicitamente, uma teoria de mudança associada, ou seja, a proposição, a partir dos juízos de valor estabelecidos, de formas de transformação da realidade educacional que propiciem melhor aprendizado dos estudantes. Assim, um sistema de avaliação deveria, além de medir os aprendizados – o que permite o monitoramento do direito –, informar e orientar as decisões educacionais. (Soares, 2016, p.146)

Sob o ponto de vista do autor, a avaliação educacional é um instrumento necessário para mensurar a qualidade da educação, Magalhaes Júnior *et al.* (2016), com muita propriedade, nos lembram que:

A preocupação com a Avaliação Educacional, como caminho para a construção da qualidade, está diretamente ligada à reflexão sobre o fato dos educandos estarem ou não aprendendo conteúdos relevantes para a sociedade contemporânea e desenvolvendo competências e habilidades consideradas necessárias às práticas sociais, à continuidade dos estudos e ao trabalho. Nesse sentido, as políticas de avaliação em larga escala objetivam diagnosticar as possíveis insuficiências na aprendizagem dos educandos, assim como direcionar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no país. (Magalhães Júnior; Farias, 2016, p. 529).

Dessa forma, a questão que norteou esta pesquisa foi: Como a gestão pedagógica pode fomentar o uso dos resultados da Avaliação Externa Somativa em língua portuguesa, para que esses sejam utilizados no planejamento pedagógico da Escola Estadual Joel Mares? O principal objetivo é analisar quais são as dificuldades para a apropriação dos resultados das avaliações sistêmicas na proposta pedagógica e para aprimoramento das condições de aprendizagem dos estudantes. Os objetivos específicos apresentados para melhor compreensão deste estudo de caso são: (i) compreender como a E. E. Joel Mares trabalha com os resultados da Avaliação Externa Somativa; (ii) analisar como os dados das avaliações podem ser utilizados como instrumento norteador do processo de ensino-aprendizagem; (iii) propor um Plano de Ação Educacional com foco em desenvolver práticas e estratégias eficazes para a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas. A metodologia de pesquisa utilizada é o estudo de caso, pois viabiliza uma reflexão crítica, levando em conta os fatores sociais, culturais e econômicos, de acordo com o contexto apresentado pelo problema investigado.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, é feita a introdução, abordando o problema evidenciado na pesquisa, com a intenção de apresentar o caso de gestão e os objetivos da investigação. O Capítulo 2 trata das políticas públicas de avaliação em larga escala. Ele é composto por três seções. Na primeira seção, será feita uma breve contextualização das políticas de avaliações em larga escala no Brasil. Na segunda seção, é apresentada a viabilização e o entendimento sobre o Sistema Mineiro De Avaliação e Equidade Da Educação

Pública (SIMAVE), numa abordagem acerca do uso dos resultados da Avaliação Externa somativa no estado de Minas Gerais. Na terceira seção, será feita a apresentação da escola investigada, com seu panorama e os dados obtidos na Avaliação Externa Somativa. Além disso, será realizada uma síntese das principais ações desenvolvidas pela escola, com vistas a superar os desafios e as dificuldades relacionadas ao ensino e à aprendizagem.

No Capítulo 3, é realizado um estudo bibliográfico sobre as teorias e concepções que abordam as avaliações em larga escala, a utilização dos seus dados e a importância da apropriação e uso dessas informações para melhorar a eficiência do trabalho pedagógico, além de tratar sobre práticas de trabalho interdisciplinar, participação colaborativa e o uso de evidências no campo educacional. Nesse capítulo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, na qual adotaremos o estudo de caso com natureza descritiva, exploratória e com abordagem qualitativa. No processo metodológico de levantamento de evidências, realizaremos pesquisas documentais e bibliográficas, e também questionários e entrevistas estruturadas como instrumentos para coleta de dados, contando com a participação da equipe gestora e pedagógica e de professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental / Anos Finais e do Ensino Médio, a fim de compreender, sob a perspectiva desses atores, as estratégias que a escola vem adotando em suas práticas pedagógicas cotidianas para melhorar os níveis de aprendizagem dos discentes. E, por fim, no capítulo 4, proporemos, de acordo com a pesquisa desenvolvida, a construção de um Plano de Ação Educacional (PAE), com propósito de promover práticas com efeito significativo de análise e apropriação de resultados das avaliações externas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: CONTEXTO NACIONAL E O USO DE SEUS RESULTADOS PARA TRANSFORMAR OS DESAFIOS EM SALA DE AULA

Este capítulo possui caráter descritivo e contextualizado com o objeto de pesquisa, ou seja, a política pública de avaliação em grande escala. Nele, serão divulgadas as evidências do estudo de caso da Escola Estadual Joel Mares, coletadas pela averiguação da utilização dos resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), atualmente denominada Avaliação Externa Somativa.

Apresentamos na seção 2.1, textos normativos no âmbito educacional, analisando a implantação da política pública sobre as avaliações em larga escala no Brasil e os desafios enfrentados em relação ao desempenho da aprendizagem dos estudantes da educação básica. Na seção 2.2, trataremos sobre o SIMAVE e a conexão deste sistema com as políticas adotadas no estado de Minas Gerais, a respeito do uso das informações produzidas através da mensuração dos resultados da Avaliação Externa Somativa.

Adiante, na seção 2.3, descreveremos a Escola Estadual Joel Mares, e mostraremos os seus resultados na Avaliação Externa Somativa / SIMAVE. Na subseção, discutiremos sobre a matriz de referência e a sua relação com o currículo.

2.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO BRASIL

Nesta seção, faremos algumas reflexões acerca das avaliações em larga escala, observando o contexto nacional e as vivências na sala de aula, e tendo como premissa que a análise de questões com abrangência global facilita a compreensão de questões mais específicas, de situações locais e de ambientes de sala de aula.

No Brasil, com o processo de redemocratização na década de 80, diferentes classes sociais passaram a ter acesso ao ensino, tornando a escola heterogênea e, conseqüentemente, aumentando as taxas de repetência e evasão escolar. Com a necessidade de tornar a educação universal, e além disso oferecer um ensino de qualidade, o governo brasileiro passa a acompanhar o rendimento educacional por meio das avaliações externas (Bonamino, 2002).

Gatti (2002), em seu estudo, ressalta que uma preocupação maior com os processos avaliativos se iniciou nos anos de 1960, quando se buscava a criação de métodos que garantissem a objetividade da avaliação, assim como os investimentos na formação continuada dos docentes. Alguns países como Inglaterra e Estados Unidos, já adotavam este tipo de instrumento, porém no Brasil, o uso ainda era muito restrito.

Na visão de Gatti (2002), ao discutir experiências como avaliação em sistemas educacionais, se destaca a carência de especialistas e a falta de capacitações, no país, para a formação e letramento na área de avaliação em larga escala, o que, conseqüentemente, gera problemas pela falta de conhecimento teórico pelos profissionais da educação. Esta preocupação em qualificar os professores e especialistas começou a ocorrer em meados da década de sessenta no Brasil.

Nos anos 60 e 70, alguns profissionais receberam formação mais aprofundada na área de avaliação de rendimento escolar, alguns no exterior. Na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, criou-se, em 1966, o CETPP – Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas –, no qual foram estudados os diferentes testes educacionais e onde se começou a produzir material de avaliação, composto de provas objetivas, para as últimas séries do ensino médio, nas áreas de linguagem, matemática, ciências físicas e naturais e estudos sociais. Neste estudo, incluiu-se um questionário sobre características socioeconômicas dos alunos e suas aspirações (Gatti, 2002).

Os debates preliminares sobre a relevância em implantar um sistema de avaliação sistêmica, no Brasil, aconteceram no período entre 1985 e 1986. Diante da necessidade de criar políticas públicas para monitorar a qualidade da educação brasileira, em 1988, o Ministério da Educação e Cultura – MEC- instituiu o Sistema de Avaliação da Educação Primária – SAEP. (Brasil, 2011)

A pretensão desse sistema era desenvolver métodos de avaliação com abrangência nacional. Com isso, se estenderiam para todo o território brasileiro avaliações semelhantes ao mecanismo de mensuração financiado pelo Banco Mundial, como por exemplo, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro – EDURURAL. (Fernandes; Gremaud, 2020)

De acordo com as pesquisas de Becker (2010), a partir das experiências obtidas com o SAEP, em 1990, o MEC criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com o “objetivo de conhecer a fundo os problemas e deficiências do

sistema educacional, para orientar com maior precisão as políticas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino”.

Criado em 1990, teve seu segundo ciclo de aplicação em 1993, mas somente a partir de 1995 adquiriu um papel estratégico, articulando-se com um conjunto de políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino em todos os seus níveis. A avaliação, que era uma diretriz governamental, tornou-se clara atribuição do Ministério da Educação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. O SAEB tornou possível identificar os problemas do ensino e suas diferenças regionais por meio de dados e indicadores que possibilitam uma maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos e proporcionou aos agentes educacionais e à sociedade uma visão concreta dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos. (Becker, 2010)

Atualmente, o SAEB é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Há avaliações amostrais para o 2º ano do Ensino Fundamental, de Língua Portuguesa e Matemática; Ciências Humanas e Ciências da Natureza para o 5º, 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio; e avaliações censitárias de Língua Portuguesa e Matemática para o 5º e 9º anos do E.F. e 3º ano do E.M. Nas análises sobre as considerações da pesquisadora Becker (2010), em relação ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, é importante ressaltar que além de medir o desempenho escolar, o SAEB coleta dados sobre os alunos (por meio de questões socioeconômicas, culturais e do contexto escolar), sobre os diretores (perfil e prática da gestão escolar), os professores (perfil e práticas pedagógicas) e sobre a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. Ao nos apropriarmos dos resultados obtidos através do SAEB, podemos acompanhar o progresso do desempenho dos alunos e a influência dos diversos fatores que contribuem para a qualidade e a efetividade do ensino. Com essas práticas, é possível definir as ações que precisam ser realizadas, com intuito de corrigir as distorções de aprendizagem e aperfeiçoar as estratégias pedagógicas e os resultados apresentados pelas escolas.

Segundo Fernandes e Gremaud (2020), em 1995, foi incorporada ao SAEB, uma nova metodologia estatística conhecida como Teoria de Resposta ao Item – TRI, que permite a comparação dos diversos ciclos de avaliação. Com a utilização desse modelo estatístico, foi possível confrontar os resultados ao longo do tempo, e a escala do SAEB passou a ser o termômetro de medição da qualidade da educação brasileira.

Os ciclos avaliativos puderam ser comparados a partir de 1995 nos estratos amostrais semelhantes, mesmo que os testes aplicados ao longo dos anos sejam realizados com provas diferentes e sobre diferentes alunos. Os resultados dessas avaliações acabaram por colocar a questão da aprendizagem nos debates educacionais ao lado das históricas discussões sobre fluxos (repetência, evasão etc.). Mesmo que existam indefinições sobre quais os resultados que deveriam efetivamente ser esperados para considerar, na escala do SAEB, a educação brasileira proficiente, adequada ou em um nível razoável, não estavam sendo plenamente alcançados, e o processo de aprendizagem deixava a desejar. (Fernandes; Gremaud, 2020)

A teoria de resposta ao item (TRI) classifica os itens, chamados comumente de questões de prova, levando-se em consideração três parâmetros: o grau de dificuldade, o poder de discriminação e a probabilidade do acerto ao acaso das perguntas da avaliação (Andrade, et.al, 2000).

Em 2005, ocorreu uma mudança na normatização do SAEB, passando a englobar dois testes, um com aplicação amostral, chamado de Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e outro com aplicação censitária, a Prova Brasil (oficialmente, Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC).

De acordo com Fernandes *et al.* (2020), a Prova Brasil utiliza os mesmos procedimentos do SAEB; porém ela permite a divulgação dos resultados por municípios e escolas, aumentando as possibilidades de análise dos resultados, o que não era possível anteriormente. No ano de 2007, as duas avaliações se fundiram, tornando-se uma única avaliação externa de esfera federal, e sendo aplicada a cada dois anos. Atualmente, os testes são destinados aos estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º anos do Ensino Médio.

Em concordância com as concepções apresentadas acima, Castro (2009) também define a Prova Brasil:

Criada em 2005, a Prova Brasil objetiva oferecer a todas as escolas públicas brasileiras uma avaliação mais detalhada de seu desempenho, em complemento à avaliação já feita pelo Saeb. De caráter censitário, a Prova Brasil avalia todos os estudantes da rede pública urbana de ensino, de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, com foco em língua portuguesa e matemática. Seus resultados são divulgados amplamente a todos os Estados e municípios do país, com boletins divulgados a cada uma das escolas participantes. Em sua primeira edição, foram avaliados 3,3 milhões de alunos de 42 mil escolas públicas urbanas. Em 2007, foram 4,5 milhões de alunos avaliados em 45 mil escolas públicas de todo o país. (Castro, 2009)

Para compreender o processo de implementação das avaliações externas no Brasil, Bonamino e Sousa (2012), analisam três gerações de avaliação em larga escala, que ocorrem de acordo com os objetivos de implementação e trazem consequências diferenciadas para o currículo escolar brasileiro.

A primeira geração enfatiza a avaliação com caráter diagnóstico da qualidade da educação ofertada no Brasil, sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo. As avaliações de primeira geração são aquelas cuja finalidade é acompanhar a evolução da qualidade da educação. Seus resultados são divulgados, porém não são devolvidos para as escolas. Avaliações de segunda geração, contemplam a divulgação pública e acontece a devolução dos resultados para as escolas, sem estabelecer consequências para a instituição e sua equipe de profissionais. Avaliações de terceira geração são aquelas que referenciam políticas de responsabilização, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas. (Bonamino; Sousa, 2012)

Em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cria o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que será utilizado com referência para definir metas educacionais que deverão ser alcançadas pelas escolas das redes públicas de ensino, municipais e estaduais, obtendo maior comprometimento em melhorar as condições do ensino brasileiro. O IDEB reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. De acordo com o INEP (2024), o IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica (Bonamino *et al.*, 2012).

Na próxima seção, abordaremos o processo de implementação do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), e a utilização da avaliação externa somativa como ferramenta para monitorar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem mineiro.

2.2 COMPREENDENDO O SIMAVE E A AVALIAÇÃO EXTERNA SOMATIVA

Dentro dessa esfera educacional, vivenciada pelas escolas brasileiras, a avaliação externa surgiu com o objetivo de promover transformações na organização do ensino, através de definições de metas que atendam às necessidades fundamentais de aprendizagem dos alunos. Buscando uma verificação mais detalhada e abrangendo a suas especificidades regionais e locais, em 1992, o estado mineiro desenvolveu o Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, dando início ao seu próprio sistema de avaliação. Este programa de avaliação promoveu três ciclos de provas, em períodos de dois em dois anos (1992, 1994, 1996), com ampla divulgação e utilização dos resultados, constituindo um marco importante no conjunto de mudanças ocorridas na rede estadual de ensino (Souza, 1999).

Com a finalidade de averiguar a qualidade do ensino oferecida aos estudantes mineiros, o estado de Minas Gerais implementa no ano de 2000, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE. Para concretizar a utilização da política de avaliação em larga escala como ferramenta de monitoramento do processo de ensino, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) firmou uma parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora para desenvolver o SIMAVE. O principal objetivo deste sistema é examinar se os estudantes estão consolidando as competências esperadas para cada ano de escolaridade, fornecendo informações que auxiliam na criação de políticas públicas para enfrentar os desafios da educação mineira. Da mesma forma, as escolas podem utilizar desses dados para planejar ações de intervenção pedagógica que ajudem os alunos a superarem suas dificuldades de aprendizagem (SIMAVE, 2024).

O SIMAVE se organiza para monitorar o desenvolvimento da educação básica, através da realização de avaliações formativas e somativas. As avaliações formativas acontecem ao longo do ano letivo, e são aplicadas duas vezes, mensurando a aprendizagem dos alunos durante o processo de ensino. Fazem parte do conjunto de avaliações formativas do SIMAVE: a avaliação diagnóstica, que é realizada no início do período letivo, com o objetivo de identificar os principais aspectos pedagógicos que precisam ser trabalhados durante o ano escolar. E a avaliação intermediária, que ocorre no segundo semestre e tem como objetivo avaliar o progresso de aprendizagem dos alunos até aquele momento. As duas avaliações são aplicadas nas

escolas da rede estadual de ensino e abrangem todos os anos de escolaridade. O SIMAVE realiza, ao término do ano letivo, a avaliação somativa, para avaliar o aprendizado dos estudantes ao final de cada etapa de escolaridade, permitindo a comparação com outros períodos (SIMAVE, 2024).

Primeiramente, foi constituído pelo Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE, o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). De acordo com o SIMAVE (2024), esta avaliação é realizada com os estudantes dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, utilizando testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática.

Na edição de 2001, o PROEB manteve as etapas de escolaridade avaliadas no ano anterior, porém ampliou os componentes curriculares: além de Língua Portuguesa e Matemática, foram avaliadas as Ciências da Natureza e Ciências Humanas. No ano seguinte, houve uma mudança nos componentes curriculares avaliados pelo SIMAVE, desta vez, os estudantes responderam apenas aos testes de Língua Portuguesa. No ano de 2003, o SIMAVE aplicou testes apenas de Matemática, para as mesmas etapas de escolaridade que participavam do sistema desde 2000. Neste mesmo período, com características amostrais, o sistema avaliou também os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, matriculados na rede estadual, surgindo o primeiro esboço do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA. (SIMAVE, 2024)

No ano de 2006, foi implementado pelo SIMAVE o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), responsável por avaliar os 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, que juntamente com a avaliação do PROEB, foram aplicadas para todos os estudantes da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais (SIMAVE, 2024).

Em 2006, o Proeb voltou a avaliar as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática, enquanto o PROALFA focou apenas no primeiro componente curricular. Na edição de 2007, o SIMAVE fez uma ampliação no desenho avaliativo do PROALFA, abrangendo também o 4º ano do Ensino Fundamental, avaliando-o amostralmente. No PROEB, não houve alterações. No período entre 2008 e 2014, não houve nenhuma alteração nas etapas e nos componentes curriculares avaliados pelo PROALFA e PROEB, mantendo o seu formato avaliativo. (SIMAVE, 2024)

De acordo com a Plataforma do SIMAVE (2024), em 2015 houve alterações na organização avaliativa do sistema: o PROALFA avaliou o 3º ano do Ensino

Fundamental, em Língua Portuguesa e o PROEB passou a avaliar o 7º ano do Ensino Fundamental e os 1º e 3º anos do Ensino Médio. No ano seguinte, o PROEB avaliou apenas os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, utilizando testes de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2017, o SIMAVE voltou a seguir o mesmo desenho implementado em 2015: avaliou os 3º e 7º anos do Ensino Fundamental e os 1º e 3º anos do Ensino Médio. Pela primeira vez, o PROALFA também avaliou os estudantes em Matemática. Para o ano seguinte, o SIMAVE realizou duas mudanças em seu propósito avaliativo, a primeira foi incluir o 2º ano do Ensino Fundamental na avaliação do PROALFA, e a segunda foi retomar a avaliação dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio no PROEB. (SIMAVE, 2024)

Desde 2019, as avaliações somativas possuem as mesmas características em que se apresentam atualmente. O SIMAVE permanece realizando o PROEB e PROALFA, abrangendo as redes municipais e estadual de ensino. Com quase 25 anos de existência, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública - SIMAVE consolidou-se como uma importante ferramenta na construção de ações, projetos e políticas voltados à melhoria da qualidade da educação. No decorrer destes anos, os estudantes mineiros tiveram seu desempenho avaliado pelo sistema, disponibilizando de informações essenciais para o aperfeiçoamento do ensino público (SIMAVE, 2024).

Os itens presentes nas avaliações do PROALFA e PROEB são elaborados de acordo com a Matrizes de Referência definidas pelo SIMAVE. Estas matrizes se baseiam no Currículo, que é responsável em definir quais são os objetivos a serem alcançados por cada componente curricular em todos os anos de escolaridade. As Matrizes de Referência norteiam a construção dos itens presentes nas avaliações externas, de modo que, é fundamental reconhecê-las para uma apropriação dos resultados eficaz. Porém, é importante salientar que as matrizes de referência são recortes do currículo, e não devem substituí-lo. Ou seja, elas não podem ser o único referencial para elaboração do planejamento de ensino (SIMAVE, 2024).

A partir de 2024, o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) tiveram suas nomenclaturas unificadas, passando a ser chamadas Avaliações Externas Somativas

– SIMAVE, englobando todos os níveis de ensino já citados e promovendo um processo de avaliação mais integrado (Minas Gerais, 2025).

Segundo o Portal do Especialista (2025), atualmente o estado de Minas Gerais possui programas educacionais, como proposta do governo para melhorar os índices de aprendizagem dos estudantes mineiros. O programa Gestão Integrada da Educação Avançada - GIDE/FDG funciona em parceria com a secretaria Estadual de Educação - SEE/MG. Ele é desenvolvido nas escolas que oferecem a etapa da educação que corresponde ao Ensino Fundamental. O objetivo da GIDE é melhorar significativamente os indicadores educacionais, utilizando como referência os índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). As metas a serem alcançadas pela escola ao utilizar a gestão integrada são estabelecidas pelo MEC, SIMAVE e o indicador da Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE), o Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social (IFC/RS). A metodologia desse programa é aplicada nos segmentos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e busca unificar e direcionar os esforços e os recursos da escola, em ações para se alcançar metas e a melhoria de seus resultados, fundamentado no método PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Atuar) e no gerenciamento do processo pedagógico, a partir de fatos e dados (Minas Gerais, 2025).

Jovem de Futuro é outro programa implementado pela SEE/MG, em 2019, que em parceria com o Instituto Unibanco, utiliza de metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão pela melhoria da aprendizagem. As ações do Jovem de Futuro estão estruturadas em cinco eixos – governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento, que se articulam por meio do método Circuito de Gestão. Este procedimento propõe que as três instâncias (secretaria, regional e escola) formulem planos de ação conectados e coerentes entre si. Esses planos são compostos de ações que incidem em cinco dimensões da gestão: estratégica, pedagógica, pessoas, relacional e administrativa-financeira (Instituto Unibanco, 2025).

2.3 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JOEL MARES E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA SOMATIVA

A Escola Estadual Joel Mares situa-se na cidade de Almenara, na região nordeste do estado de Minas Gerais, conhecida como Vale do Jequitinhonha. É uma região com os menores índices de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, onde

grande parte de sua população vive em extrema pobreza. Trata-se de um município situado no interior do estado, com cerca de 42 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,642. O estabelecimento de ensino está localizado em área urbana, na rua Flaviano Antunes Reis, nº 245, bairro São Francisco (região periférica da cidade).

Atualmente, esta instituição escolar é a maior do município, comparando com o número de matrículas de estudantes na educação básica. Ela funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. A escola oferece para a comunidade as seguintes etapas escolares: Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, nas modalidades de Ensino Regular e E.J.A. (Educação de Jovens e Adultos). São 30 turmas, assim distribuídas:

Quadro 1 – Número de matrículas em cada ano de escolaridade da E. E. Joel Mares

Etapas	Ano/Série	Nº de turmas	Nº de matrículas
Ensino Fundamental	6º ANO	3	106
	7º ANO	4	132
	8º ANO	4	122
	9º ANO	3	98
Ensino Médio	1º ANO	6	198
	2º ANO	5	169
	3º ANO	4	137
EJA	ENS. MÉDIO	1	24

Fonte: SIMADE (2024).

A Escola Estadual Joel Mares possui um total de 933 estudantes matriculados e frequentes. Para ministrar as aulas com este quantitativo de alunos, são necessários setenta e dois professores regentes de aulas, divididos entre os diferentes conteúdos curriculares, quatro professores para ensino do uso da biblioteca – PEUB e dez professores de apoio para os atendimentos educacionais especializados. A equipe gestora é formada por uma diretora, que atua no cargo há mais de 12 anos, e três vice-diretores, cada um desenvolvendo suas funções em um determinado turno. A equipe pedagógica é composta por quatro especialistas da educação básica – EEB (supervisoras escolares) e dois coordenadores do ensino médio. Contribuindo para o funcionamento do estabelecimento escolar, a E.E.J. M. conta ainda com os serviços prestados por uma secretária escolar, dez assistentes técnicos de educação básica – ATBs e 23 auxiliares de serviços de educação básica – ASBs, que fazem parte do quadro de pessoal do administrativo da escola.

No ano de 2022, o estabelecimento de ensino em questão foi considerado, segundo o Indicador de Complexidade de Gestão das Escolas, como nível 6. Neste indicador, são analisados o porte da instituição, o número de turnos de funcionamento, quantidade e complexidade de modalidades/etapas oferecidas. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) classifica as escolas em níveis de 1 a 6, de acordo com sua complexidade de gestão, os níveis elevados indicam maior complexidade. No nível 6, encontram-se as escolas que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a educação de Jovens e Adultos - EJA como a etapa mais elevada, pois teoricamente, atende alunos com idade mais alta (INEP, 2023). Em todo município de Almenara/MG, dentre as 40 escolas existentes (com dependências administrativas estadual, municipal e privadas), só existem duas escolas neste nível de complexidade de gestão (INEP, 2023).

A E. E. Joel Mares possui classificação 3 no Indicador de Nível Socioeconômico – INSE, que é a interpretação de uma medida para entender como o contexto socioeconômico influencia no desempenho dos alunos brasileiros. Este índice é criado a partir de dados do Saeb, contribuindo para a análise das desigualdades e seu impacto na educação, auxiliando na criação de políticas educacionais mais justas e eficazes (INEP, 2023). É importante analisar este dado, pois muitos problemas enfrentados pela escola em evidência na pesquisa, podem estar relacionados com as condições socioeconômicas dos alunos, devidos à situação de alta vulnerabilidade vivenciada pela maioria dos jovens estudantes.

Tabela 1 – Indicador de nível socioeconômico (INSE) no ano de 2019, das escolas da educação básica do estado de Minas Gerais, do município de Almenara e da Escola Estadual Joel Mares

Entidade	Nível	Percentual de alunos por nível							
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Minas Gerais	IV	1,34	13,44	16	21,77	21,75	15,03	9,83	0,84
Almenara	IV	3,95	28,43	22,38	18,86	12,78	9,66	3,65	0,3
E.E. Joel Mares	III	3,03	34,59	26,95	15,84	9,13	7,92	1,89	0,65

Fonte: INEP (2021).

Entre os principais problemas enfrentados pela escola estão as taxas de rendimento e o desempenho dos alunos nas Avaliações Externas Somativas. É

necessário, assim, analisar criteriosamente alguns dados da instituição escolar e seus resultados, para conseguir entender todo o contexto vivenciado pelos discentes no cotidiano escolar.

As Taxas de Rendimento são calculadas e construídas através da soma dos índices de aprovação, reprovação e abandono. A taxa de distorção idade-série é o percentual de alunos com mais de 2 anos em atraso escolar. A expectativa é que o aluno conclua o Ensino Fundamental (Anos Finais), até os 14/15 anos e o Ensino Médio, até os 18 anos de idade. O cálculo desse índice de distorção idade-série é feito através dos dados coletados no Censo Escolar, com informações sobre as matrículas e a idade dos alunos.

As taxas de rendimento por etapa de escolaridade (Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio) no período correspondente aos anos de 2019 a 2022, estão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Taxas de rendimento por etapa escolar, do estado de Minas Geras e da Escola Estadual Joel Mares, no período entre 2019 a 2022

ANO	ETAPA	MG			ESCOLA		
		Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
2019	Fund. II	87,6%	10,8%	1,6%	79,4%	16,7%	3,9%
	EM	82,6%	12,1%	5,3%	75,9%	15%	9,1%
2021	Fund. II	95,9%	2,5%	1,6%	89,3%	4%	6,7%
	EM	91,1%	4,8%	4,1%	83,8%	6,9%	9,3%
2022	Fund. II	92,4%	6,1%	1,5%	83,9%	10,4%	5,7%
	EM	85,8%	7,4%	6,8%	83,8%	6,8%	9,4%

Fonte: INEP (2019, 2021 e 2022).

Comparando os números da Escola Estadual Joel Mares com os valores referentes ao Estado de Minas Geras, podemos notar que são índices superiores aos do estado, em todas as etapas, tanto no caso da reprovação quanto no caso do abandono e distorção idade/série. Nota-se que houve uma queda de valores no ano de 2021, em relação aos números obtidos antes da pandemia. Tal fato pode ser justificado pelo Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) utilizado pela rede estadual de ensino durante este período. O REANP contribuiu para diminuir os números de defasagem, pois muitos alunos tiveram a oportunidade de corrigir a distorção série/idade nos estudos remotos, através dos Planos de Estudos Tutorados (PETs). A Secretaria de Estado de Minas Gerais – SEE institucionalizou oficialmente

o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP), por meio da Resolução SEE nº 4310/2020.

Na tabela 3, são apresentados os dados de distorção idade-série dos estudantes matriculados na rede estadual de ensino e na Escola Estadual Joel Mares, de acordo com as informações que são divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Estes dados são importantes para entender o contexto educacional no qual a escola se encontra.

Tabela 3 – Taxas de Distorção Idade/Série por etapa escolar, referente ao ano de 2023, no estado de Minas Gerais e na Escola Estadual Joel Mares

ETAPA	MG	E. E. JOEL MARES
ENS. FUND./ ANOS FINAIS	11,1%	22,6%
ENSINO MÉDIO	15,8 %	28,3%

Fonte: INEP (2023).

Nota-se um alto índice de distorção idade-série por etapa escolar no ano de 2023 na Escola Estadual Joel Mares. Estes números são elevados comparados aos registros do estado de Minas Gerais no mesmo ano analisado.

Como professora do quadro de profissionais da escola, percebi, por meio da organização do dia a dia escolar, que a equipe gestora e pedagógica, juntamente com os docentes, não se apropriam de maneira sistemática dos dados administrativos sobre rendimento escolar e distorção idade/série. Tal fato tornou-se de extrema relevância, pois compreendo a importância de repensar conceitos como fracasso escolar, para que mudanças nas estratégias de ensino possam acontecer, contribuindo com a aprendizagem e buscando meios de melhorar as condições de aprendizagem dos alunos em distorção série/idade e consequentemente, as estatísticas quanto a estes índices educacionais. Portanto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de apropriação desses resultados, cabendo à toda equipe gestora e pedagógica, a função de coordenar os professores na busca da eficiência e qualidade do ensino no âmbito educacional. Conhecer tais dados e compreender os seus significados, apropriando-se deles e propondo ações eficazes para a prática pedagógica são possíveis caminhos que nortearão a rotina diária e provavelmente levarão a um melhor desempenho dos docentes e dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Além dos dados administrativos, estão à disposição da escola os resultados das avaliações externas em larga escala. Analisando os resultados das Avaliações Externas Somativas realizadas pelos alunos da Escola Estadual Joel Mares, podemos entender os índices de desempenho dos estudantes e suas maiores dificuldades. Hoje, as avaliações externas, sejam elas de cunho estadual ou federal, tornaram-se uma ferramenta relevante na prática de toda equipe pedagógica escolar, gerando informações que podem contribuir com o planejamento da escola, nas práticas docentes, no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, no desempenho e resultados obtidos nas provas sistêmicas e, principalmente, na atualização e na formação dos professores no contexto escolar.

O PROEB é uma avaliação anual e censitária, de caráter somativo, realizada na escola pelos alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental II, ou seja, anos finais do Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio.

A tabela 4 apresenta o percentual de participação dos estudantes do 9º Ano do Ensino Fundamental II e do 3º Ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Joel Mares, nas avaliações externas somativas (PROEB), no período compreendido entre 2017 e 2021.

Tabela 4 – Percentual de Participação dos estudantes no PROEB (9º Ano do Ensino Fundamental II e 3º Ano do Ensino Médio) da Escola Estadual JOEL MARES

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2017	86,7%	86,7%	90,5%	90,5%
2018	82,6%	81,8%	77,5%	77,5%
2019	85,5%	85,5%	86,4%	86,4%
2021	64%	64%	58%	58%

Fonte: SIMAVE (2024).

Observa-se que a participação dos alunos da Escola Estadual Joel Mares nas avaliações externas somativas (Proeb) oscilou de um ano para o outro. A direção da escola afirma que foram feitas várias campanhas de incentivo à realização dessas provas, mas admite que em 2018, houve problemas com o transporte escolar, devido às chuvas ocorridas no período de aplicação. E em 2021, caíram drasticamente as taxas de participação dos discentes, provavelmente por causa das atribulações que estávamos vivenciando, devido à pandemia do COVID-19 e as suspensões parciais das aulas, ocorridas no período de aplicação dos testes. Como a participação neste

ano foi baixa, os resultados podem não ser representativos da realidade global da escola.

A proficiência no PROEB é uma medida do desempenho dos estudantes nas habilidades avaliadas pelos testes aplicados. Ela é calculada com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), um modelo matemático e estatístico que considera tanto a habilidade do estudante quanto a dificuldade dos itens (questões) da prova. Essa escala de proficiência mensura e permite organizar os resultados e traduzi-los em diagnósticos qualitativos sobre o que os estudantes são capazes de fazer em cada etapa de escolaridade. Quanto maior a pontuação de proficiência, maior o domínio das habilidades esperadas para determinado ano escolar avaliado.

Os boletins dos resultados são divulgados de forma a oferecer um panorama do desempenho dos estudantes, das escolas, dos municípios e das regionais de em plataformas digitais e relatórios específicos. Geralmente, as informações apresentadas incluem a Proficiência Média (pontuação média alcançada pelos estudantes de uma escola, municipal ou regional); a Distribuição dos Estudantes por Padrão de Desempenho; e o Percentual de Acerto por Descritor (detalha o desempenho dos estudantes em habilidades específicas avaliadas, permitindo identificar pontos fortes e fracos). Esses dados são cruciais para que gestores, professores e a comunidade escolar possam analisar os resultados, identificar as defasagens de aprendizagem e planejar as ações pedagógicas e políticas públicas mais eficazes.

A seguir, na tabela 5, encontramos a média de proficiência nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nas avaliações externas somativas dos alunos da rede estadual de ensino, e mais especificamente, dos estudantes da jurisdição da 2ª Superintendência Regional de Ensino – Almenara e dos discentes da escola Estadual Joel Mares, matriculados no 9º Ano do Ensino Fundamental II, no período entre 2017 a 2023.

Tabela 5 – Proficiência Média da Avaliação Externa Somativa (9º Ano / Ensino Fundamental II) nos conteúdos curriculares de Matemática e Língua Portuguesa

Ano	MG		SER		E. E. JOEL MARES	
	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
2017	232,5	226,8	217,7	210,6	211,7	205,6
2018	256,1	251,9	242,1	239,3	237,7	228,8
2019	253,8	246,5	237,7	230,8	239,3	223,9
2021	250	248	238	235	230	223
2022	244	241	234	231	229	223
2023	246	240	235	233	236	238

Fonte: SIMAVE (2024).

Em todos os anos de escolaridade avaliados, a proficiência média da E.E.J.M. na disciplina de Matemática foi inferior à média geral do estado de Minas Gerais e um pouco abaixo da SRE de Almenara. Somente no ano de 2019, a escola teve a proficiência superior à média da regional de ensino. Neste período de quatro anos, houve uma evolução no rendimento da escola, saindo da média de proficiência 211 e passando para 230 em Matemática.

No período entre 2017 e 2023, a proficiência média da E. E. J. M. na disciplina de Língua Portuguesa, no 9º ano do Ensino Fundamental II, foi sempre inferior aos números do Estado de Minas Gerais e da SRE de Almenara. Ocorreu uma melhora nos resultados, passando da média 205 para 223. Porém, o padrão de desempenho dos estudantes sempre permanece, na escala, no nível intermediário, o que significa que os alunos ainda não demonstram ter o desenvolvimento adequado, consolidando as habilidades e competências essenciais para a sua etapa de escolaridade. Esta situação, demanda que a equipe pedagógica, juntamente com os professores, realize atividades de reforço e intervenção na aprendizagem.

Na tabela 6, apresentamos a distribuição do percentual de alunos do 9º ano do Ensino fundamental II, de acordo com o nível de proficiência em que se encontram na escala de resultados da avaliação externa somativa, no componente curricular de Língua Portuguesa.

Tabela 6 – Distribuição dos estudantes por nível de proficiência nas avaliações externas somativas em Língua Portuguesa (9º Ano / Ensino Fundamental II) da Escola estadual Joel Mares

Ano	Percentual de alunos por padrão de desempenho			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2018	31,2%	50,5%	14,7%	3,6%
2019	34,0%	53,2%	11,7%	1,1%
2021	38,0%	49,0%	12,0%	1,0%

Fonte: SIMAVE (2024).

Observa-se que mais de 80% dos alunos da E. E. J. M., durante o período de 2018 e 2021, encontram-se nos níveis de proficiência Baixo e Intermediário no componente de Língua Portuguesa do 9º Ano do Ensino Fundamental II. O nível de desempenho destes alunos durante o período observado passou do 3 para 4, de acordo com a descrição pedagógica das habilidades consolidadas para esta etapa escolar.

O quadro a seguir, apresenta a descrição pedagógica do padrão de desempenho intermediário, que compreende os níveis de proficiência 3 e 4 em Língua Portuguesa. Estas habilidades e competências são contempladas pelas avaliações externas somativas.

Quadro 2 – Descrição das habilidades de acordo com o nível de desempenho intermediário da avaliação externa somativa no conteúdo de Língua Portuguesa

Conteúdo Curricular: Língua Portuguesa (9º Ano / Ensino fundamental)	
Padrão de Desempenho Intermediário 201 a 275 Pontos	
Nível 3 – DE 200 A 225 PONTOS	Descrição das Habilidades:
	• Localizar informação explícita em sinopses e receitas culinárias. • Identificar o assunto principal em reportagens e a personagem principal em fábulas, contos e letras de música. • Inferir ação de personagem em crônicas e em sinopses. • Inferir informação a respeito do eu lírico em letras de música e de personagem em tirinhas. • Reconhecer sentido de expressão, elementos da narrativa e opinião em reportagens, contos, fábulas e poemas. • Inferir efeito de humor em piadas, tirinhas e histórias em quadrinhos.

	• Inferir sentido decorrente da utilização de sinais de pontuação e sentido de expressões em poemas, fábulas e contos. • Identificar formas de representação de medida de tempo em reportagens. • Identificar o assunto comum a duas reportagens, o assunto comum a duas notícias, o assunto comum a poemas e crônicas e a semelhança entre cartas do leitor e cartuns. • Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas, poemas, contos, tirinhas e reportagens. • Reconhecer expressões características da linguagem (científica, jornalística etc.), termos característicos de contextos informais e a relação entre expressão e seu referente em reportagens, artigos de opinião e crônicas. • Inferir o efeito de sentido de expressão e opinião em crônicas e reportagens. • Inferir o efeito de sugestão pelo uso da forma verbal imperativa em cartas do leitor e de orientação em manuais de instruções e o efeito do uso de diminutivo em contos.
Nível 4 – DE 225 A 250 PONTOS	Descrição das Habilidades:
	• Identificar assunto e opinião em reportagens e contos. • Identificar tema e assunto em poemas, tirinhas e charges, relacionando elementos verbais e não verbais, e textos informativos. • Identificar assunto comum a cartas e poemas. • Identificar informação explícita em letras de música, contos, fragmentos de romances, crônicas e textos didáticos. • Reconhecer sentido de conjunções e de locuções adverbiais em verbetes, lendas e contos. • Reconhecer o sentido estabelecido pelo uso de expressões, de pontuação e de conjunções em poemas, charges e fragmentos de romances. • Reconhecer finalidade de reportagens e cartazes. • Reconhecer o gênero biografia, mesmo quando apresentado em uma comparação de dois textos. • Reconhecer o gênero artigo. • Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronome e seu referente em tirinhas, contos e reportagens. • Reconhecer relações de causa e consequência e características de personagens em lendas e fábulas. • Inferir elementos da narrativa em fábulas, contos e cartas. • Inferir finalidade e efeito de sentido decorrente do uso de pontuação e assunto em fábulas. • Inferir informação em poemas, reportagens e cartas. • Diferenciar fato de opinião em reportagens.

	• Reconhecer recurso argumentativo em artigos de opinião. • Interpretar efeito de humor e sentido de palavra em piadas e tirinhas. • Inferir efeito de sentido da repetição de expressões em crônicas. • Inferir o efeito de sentido provocado pela escolha de expressão em guias de viagem e em romances e o efeito de sentido provocado pelo uso de recursos ortográficos em fábulas.
--	--

Fonte: SIMAVE (2025).

Podemos observar quais foram as habilidades consolidadas de acordo com o resultado obtido pelos estudantes avaliados. Com base nestas informações, é possível subsidiar a (re)formulação do planejamento de ensino e construir ações eficazes para compor o processo de aprendizagem, nos quesitos mais frágeis que necessitam de maior enfoque.

A seguir, na tabela 7, são detalhados os percentuais de alunos, de acordo com os padrões de desempenho dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Joel Mares entre o período de 2018 a 2021.

Tabela 7 – Distribuição dos estudantes por padrão de desempenho na avaliação externa somativa em Língua Portuguesa (3º Ano do Ensino Médio) da E. E. Joel Mares

ANO	PERCENTUAL DE ALUNOS POR PADRÃO DE DESEMPENHO			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2018	36,0%	45,3%	17,4%	1,3%
2019	46,1%	36,8%	17,1%	0,0%
2021	49,0%	37,0%	13,0%	1,0%

Fonte: SIMAVE (2024).

Observa-se que mais de 80% dos alunos da Escola Estadual Joel Mares, no período entre 2018 e 2021, encontram-se nos padrões Baixo e Intermediário em Língua Portuguesa, no 3º ano do ensino médio. No padrão de desempenho Intermediário, estão agrupados uma média de 39,7 % de estudantes que ainda não demonstram ter desenvolvido adequadamente as habilidades e competências essenciais para a sua etapa de escolaridade e que demandam atividades de reforço na aprendizagem. E no padrão de desempenho Baixo estão reunidos uma média de 43,7% de estudantes com carência de aprendizagem para o desenvolvimento das

habilidades e competências mínimas requeridas para a conclusão da etapa de escolaridade em que se encontram. São estudantes que necessitam de ações pedagógicas de intervenção no processo de ensino e aprendizagem.

Na tabela 8, apresentaremos os resultados obtidos pelos alunos do 3º ano do ensino médio, que realizaram as avaliações externas somativas na disciplina de Matemática, durante o período que compreende os anos de 2018 a 2021.

Tabela 8 – Distribuição dos estudantes do 3º ano do ensino médio por padrão de desempenho na avaliação externa somativa da disciplina de Matemática

ANO	PERCENTUAL DE ALUNOS POR PADRÃO DE DESEMPENHO			
	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2018	68,5%	25,6%	4,7%	1,2%
2019	61,9%	35,5%	2,6%	0,0%
2021	82,05%	16,0%	1,0%	1,0%

Fonte: SIMAVE (2024).

Quando fazemos o detalhamento desses percentuais e comparamos com os resultados obtidos por todos os estudantes que realizaram as avaliações externas somativas no estado de Minas Gerais, e observando também apenas os que fazem parte da Superintendência Regional de Ensino de Almenara e da Escola Estadual Joel Mares, concluímos que os alunos dessa instituição possuem médias de desempenho em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, abaixo do esperado para estas etapas da educação básica. Portanto, estamos diante de um problema educacional, pois podemos observar que os alunos não estão conseguindo consolidar algumas habilidades previstas para estes anos de escolaridade, gerando, assim, dificuldades e distorções no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o uso dos dados gerados pelas avaliações externas pode auxiliar na revisão das práticas pedagógicas realizadas por toda a equipe escolar.

Analisando a realidade que presencio no dia a dia da escola e comparando com os resultados obtidos nas avaliações externas, percebo que além da grande dificuldade encontrada pelos alunos, existe pouco engajamento por parte dos estudantes em tentar responder a todas as questões contidas nas provas. Os alunos marcam as questões aleatoriamente, sem sequer fazer uma leitura prévia. A taxa de participação dos alunos para realizar as provas é alta, superando os números da rede

nos últimos anos, porém os resultados estão abaixo do esperado durante o processo de ensino-aprendizagem (SIMAVE, 2024).

As avaliações externas somativas têm o objetivo de ajudar os gestores, as equipes pedagógicas e os professores a organizarem a metodologia de ensino a partir dos resultados obtidos. Esses resultados constituem evidências para permitir a elaboração de um diagnóstico do ensino e da aprendizagem na escola, alargando a percepção sobre a experiência dos professores e alunos e as necessidades curriculares, principalmente após a pandemia. Entretanto, conforme a análise do livro de atas das reuniões de módulo II, no período de 2018 a 2023, na Escola Estadual Joel Mares, não foi reservado um momento durante as reuniões pedagógicas para ser discutido este tema, interpretando estes resultados com base nas habilidades avaliadas de acordo com a matriz de referência da Avaliação Externa Somativa. Os resultados apenas são apresentados, assim que são divulgados, porém não é citado nestas atas que foi proporcionado um momento de apreciação mais detalhada das habilidades e competências em defasagem e também não é reservado um momento, baseado nos relatórios, para o planejamento coletivo diante dos resultados obtidos e as metas a serem alcançadas.

Diante disso, torna-se urgente a busca por estratégias e ações que possam ajudar a equipe pedagógica e os professores no processo educacional e no planejamento pedagógico. Surge, então, uma questão para análise e reflexão aprofundada sobre a realidade da Escola Estadual Joel Mares: “Por que esses alunos estão abaixo da média? ”

O meu posicionamento, como profissional e investigadora do estudo de caso em questão na instituição de ensino investigada, é o de que ainda existe um despreparo do professor quanto às avaliações em larga escala. A maioria dos docentes desconhece como realmente é feito o monitoramento da qualidade do ensino ofertado aos estudantes através do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. Os professores não possuem conhecimentos necessários sobre a matriz de referência da Avaliação Externa Somativa e o Currículo. Os profissionais da educação possuem uma visão equivocada sobre a cultura de avaliação. Os baixos resultados das avaliações em larga escala são vistos como uma punição para a instituição de ensino. Os alunos avaliados não realizam os testes com a responsabilidade necessária. Na maioria das vezes, nem fazem a leitura completa da prova, dando respostas ocasionais.

O nível de escolaridade no Brasil é um fator significativo que influencia a educação dos filhos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,5% dos brasileiros com mais de 25 anos têm formação básica completa. No entanto, ainda há um desafio, com 9,3 milhões de pessoas acima de 15 anos analfabetas (5,4% da população). É importante destacar que a escolaridade dos pais está diretamente relacionada ao desempenho acadêmico e ao desenvolvimento dos filhos. Quanto maior o nível de instrução dos pais, maior a probabilidade de os filhos superarem o nível de escolaridade dos pais ou, no caso de pais com ensino superior, manterem-se no mesmo patamar. Além disso, filhos de pais com maior escolaridade têm mais acesso aos recursos tecnológicos.

Para que as famílias possam oferecer um apoio mais efetivo à aprendizagem, a escola oferece algumas condições fundamentais, como uma comunicação aberta e transparente com os familiares. É crucial que pais e responsáveis mantenham um diálogo constante com os educadores para acompanhar o desempenho dos filhos, identificar dificuldades e colaborar na busca por soluções; Valorização da participação dos pais nas reuniões. A escola cria um ambiente acolhedor e reconhece a importância do envolvimento parental, incentivando a participação em reuniões, eventos e atividades conjuntas, organizando sempre um lanche atrativo, sorteio de brindes e dinâmicas para melhorar o engajamento entre as famílias; é feita uma adaptação às diferentes realidades familiares. As equipes gestora e pedagógica consideram as diversidades de horários, dias, hábitos e expectativas das famílias, buscando formas flexíveis de envolvimento.

Em suma, o apoio familiar é um pilar essencial para o sucesso educacional dos estudantes. Uma parceria sólida entre família e escola, pautada na comunicação, no respeito e na valorização mútua, é o caminho para promover um desenvolvimento acadêmico e socioemocional mais completo para os alunos. Porém, o número de pais que nem sequer aparecem nas reuniões com a comunidade escolar, previstas para entregar os resultados bimestrais é enorme, revelando mais ainda o desinteresse pelas ações realizadas no ambiente escolar. Estes fatores influenciam nos baixos resultados obtidos pelos alunos avaliados da instituição de ensino em análise.

É importante que o professor realize o seu papel como profissional, desenvolvendo da melhor maneira possível as suas práticas e faça uma análise da sua parcela de responsabilidade, seus desafios, suas fragilidades, seus avanços e suas potencialidades. Não podemos transferir uns aos outros as culpas pelo fracasso

escolar. Todos nós sabemos que há vários culpados pelo êxito ou insucesso dos resultados da instituição. Há fatores internos que podem e devem ser administrados pelo gestor e sua equipe; e fatores externos, bastante complexos, para além dos muros da escola, que fogem da alçada da equipe pedagógica, mas que talvez possam ser amenizados com ações de acolhimento e pertencimento, que também são da competência da escola, que pode trabalhar de forma participativa, em rede e com eficiência na busca de melhores resultados.

A equipe gestora também precisa participar do processo avaliativo, faz parte das suas funções, esclarecer, orientar, organizar todo os procedimentos de aplicação das avaliações, e, sobretudo, garantir a qualidade da apropriação desses resultados e a construção de novas práticas pedagógicas no contexto escolar, para melhorar a qualidade da educação pública.

Burgos *et al.* (2020) caracterizam a avaliação externa como processo de apropriação e compreensão pedagógica, cujos resultados fornecem informações importantes para o (re)planejamento das ações pedagógicas e também das ações dos gestores da educação em todos os níveis do sistema de ensino e não apenas os professores do conteúdo curricular avaliado. Assim, caberá aos professores e aos coordenadores pedagógicos e gestores escolares intensificar as práticas pedagógicas que têm sido eficazes e, caso seja necessário, repensar os métodos que não têm alcançado os objetivos desejados. Nesse caso, Burgos *et al.* (2020) sugerem uma transformação na maneira de compreender os mecanismos de avaliação no ambiente escolar. Porém, enquanto as avaliações externas forem vistas apenas como ferramentas para mensurar os resultados e delegar meios de responsabilização e punição dos envolvidos, não haverá mudanças que facilitarão o entendimento das concepções desses testes e a sua função de diagnosticar as dificuldades de aprendizagem.

Para Burgos (2020), o papel desempenhado pela avaliação externa no funcionamento do sistema educacional vem se alterando com o tempo: de instrumento de controle externo do trabalho dentro das escolas, se transforma em uma ferramenta pedagógica fundamental no cotidiano escolar. Mas essa mudança de função não estaria ocorrendo sem que os próprios profissionais da educação se transformassem. O processo de distinguir estas concepções sobre as avaliações externas na cultura profissional escolar vem favorecendo o surgimento de novos profissionais no mundo da educação, transmissores e disseminadores de uma nova

linguagem no âmbito da política pública da avaliação em larga escala. O autor considera a criação de itens avaliativos que explorem plenamente o potencial da tecnologia, medindo não apenas o conhecimento, mas também as habilidades práticas e o pensamento crítico, que é um desafio para os elaboradores de avaliações.

Portanto, é necessária a ação de unir todos os envolvidos a fim de mobilizar a comunidade para analisar o impacto das avaliações externas no cotidiano escolar. A equipe pedagógica tem a função de acompanhar, supervisionar e orientar todos os envolvidos, procurando oportunidades de melhoria nos processos de ensino, na produtividade e desempenho dos colaboradores da instituição, neste caso, os professores. Afinal, eles são fundamentais, no procedimento de realização das avaliações externas e os dados hoje disponíveis, tanto administrativos quanto os provenientes da avaliação externa somativa, podem ser importantes aliados nesse processo.

Na próxima subseção, apresentamos a matriz de referência utilizada na avaliação do SIMAVE, a sua conexão com o currículo e suas expectativas, tendo em vista que a matriz de referência é um recorte do currículo. A sua construção baseia-se Base Nacional Comum Curricular (BNCC), selecionando determinadas habilidades que podem medir o desenvolvimento cognitivo dos estudantes em avaliações de larga escala.

2.3.1 Matriz de referência, currículo e suas perspectivas

Primeiramente, trataremos sobre os temas Matriz de Referência e Currículo individualmente, para então relacionar essas duas vertentes no contexto escolar da instituição investigada. Estes termos que nomeiam documentos norteadores no âmbito educacional estão interligados, uma vez que a Matriz de Referência se baseia no currículo, elegendo determinadas habilidades para mensurar o desenvolvimento cognitivo dos estudantes em avaliações de larga escala. Cada um desses documentos possui as suas características, que não podem ser negligenciadas ou suprimidas na elaboração do planejamento pedagógico.

Em 20 de dezembro de 2017, foi homologada no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde estão definidas as competências e habilidades que os estudantes devem adquirir em cada ano de escolaridade da educação básica. É um direito de todos os estudantes que o Estado possa garantir o desenvolvimento

dessas competências, de acordo com a faixa etária estimada. As avaliações educacionais em larga escala ajudam a monitorar se os governantes estão cumprindo a responsabilidade de garantir uma educação pública com níveis satisfatórios na aquisição do conhecimento, possibilitando que a aprendizagem dos estudantes ocorra com as mesmas condições, promovendo a equidade educacional (Brasil, 2018).

Segundo Santos; Casali (2009, p. 4), o “currículo escolar tem ação direta na formação e desenvolvimento dos alunos e futuros professores. Assim, é fácil perceber que a ideologia, cultura e poder nele configurados são determinantes no resultado educacional que se produzirá. ” Os autores consideram que o currículo reflete uma realidade histórica e cultural, através da utilização de procedimentos didáticos que condicionam sua prática e teorização. Os educadores têm um papel fundamental no processo de implementação do currículo no planejamento escolar, cabendo-lhes atribuir significados, contribuindo, assim, para a aprendizagem dos estudantes.

Aprofundando com esta análise, Santos; Casali (2009) afirmam que:

A elaboração de um currículo é um processo social no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais, como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero. Sendo uma prática tão complexa, apresenta enfoques diversos e distintos graus de aprofundamento. No entanto, todas as concepções revelam juízos de valor. É natural que seja assim, pois, como todo trabalho pedagógico se fundamenta em pressupostos de natureza filosófica, a escola e o professor tornam evidentes suas visões de mundo, assumindo posturas mais conservadoras ou mais libertadoras no desenvolvimento curricular. É viável destacar que o currículo constitui o elemento central do projeto pedagógico, uma vez que oportuniza o processo de ensino-aprendizagem. (Santos; Casali, 2009)

Como podemos observar, ainda nas considerações de Santos; Casali (2009), a elaboração do currículo no Brasil seguiu várias ideologias, tendências, objetivos e interesses. A partir desse panorama histórico, é importante relacionar o currículo e sua formação histórica e social. O currículo não surge de forma isolada, mas é fruto de uma necessidade social, e, principalmente, econômica.

Ao analisar o contexto histórico do currículo e do pensamento pedagógico brasileiro, pode-se evidenciar que ambos estão permeados de ideologias, valores e concepções diferenciadas em relação ao processo educacional. Isso posto, é imprescindível que as instituições de ensino, como um todo,

percebam as nuances presentes nas concepções do currículo e do pensamento pedagógico, podendo, dessa maneira, ter claro na sua práxis pedagógica qual a tendência e qual o currículo que almejam no processo de ensino e aprendizagem. Faz-se necessário ressaltar que o currículo necessita ser percebido como um território a ser contestado diariamente, pois é através dele que se pode pensar e legitimar o conhecimento que se pretende: para quem, para quê e como, tendo como parâmetro a visão de mundo, de sociedade e de educação em que se acredita (Santos; Casali, 2009).

Partindo desses pressupostos, embasados nas considerações de Santos; Casali (2009), podemos inferir que o currículo tem como finalidade desenvolver as habilidades de observar, pensar, julgar, criar, decidir e agir. A escola é um importante espaço de transformação, em que o currículo representa uma visão geral da sociedade e da educação, sendo associado ao contexto em que ele se configura, através de suas práticas educativas e o que se pretende alcançar.

Nesse contexto, observa-se a importância em capacitar os professores no âmbito do pensamento curricular. Os professores são os principais atores no processo educativo, e eles precisam apropriar-se do currículo para direcionar o seu trabalho, oferecendo condições para a construção do seu planejamento, de forma a possibilitar a inclusão dos estudantes, preparando-os para o seu desenvolvimento individual, para o mercado de trabalho e, acima de tudo, para o convívio na sociedade (Santos; Casali, 2009).

Dessa forma, em consonância com o Projeto Político Pedagógico, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), é de fundamental importância que o professor utilize estes documentos na elaboração de seu planejamento de ensino, levando em consideração a realidade dos estudantes e da comunidade em que escola está inserida.

É importante que o professor, ao construir o seu planejamento de ensino, possa estar embasado em importantes documentos como o Projeto Político Pedagógico - PPP, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o currículo de Referência de Minas Gerais – CRMG, levando sempre em consideração a realidade dos estudantes e a comunidade em que a escola está inserida (Santos; Casali, 2009).

O currículo é flexível e a sua organização deve ser constantemente revisada e atualizada. Os espaços de diálogo e de reflexão sobre as práticas pedagógicas são fundamentais no processo de construção do currículo, que deve conter quais são os objetivos, as habilidades e competências a serem consolidadas em cada componente

curricular. De acordo com as etapas de ensino da educação básica. Os conteúdos curriculares não podem ser desenvolvidos de maneira fragmentada, é necessário que exista uma integração entre eles, garantindo, assim, a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

Homologado em dezembro de 2018, o Currículo Referência de Minas Gerais foi construído a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, e traz concepções e valores mineiros para a prática pedagógica, buscando qualidade e equidade na educação em Minas Gerais. O CRMG é organizado por habilidades, competências e por ano de escolaridade (Minas Gerais, 2025).

O componente curricular Língua Portuguesa fundamenta-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O Currículo de Referência de Minas Gerais apresenta como finalidade básica do componente curricular de Língua Portuguesa o desenvolvimento de competências gerais de representação e comunicação. De acordo com o Currículo de Referência de Minas Gerais (2018, p. 161), são competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental:

I. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. II. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. III. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulem em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. IV. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. V. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao (s) interlocutor (es) e ao gênero do discurso/gênero textual. VI. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. VII. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. VIII. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.). IX. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição,

valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. X. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais (Minas Gerais, 2018, p. 161).

O conceito de competências consiste na associação de conhecimentos – sejam conteúdos ou procedimentos; de habilidades – sejam elas práticas cognitivas, socioemocionais, de atitudes ou valores para resolver questões cotidianas independente do seu grau de complexibilidade. Essas competências proclamam os direitos de aprendizagem que os estudantes têm ao longo da Educação Básica. As competências do componente de Língua Portuguesa estão em consonância com as competências da área de Linguagens e com as competências gerais apresentadas na BNCC (Minas Gerais, 2018, p. 162).

Para a realização das avaliações externas em larga escala, são elaboradas Matrizes de Referência, que descrevem o que se pretende avaliar com os itens contidos nos exames realizados pelos estudantes. A Matriz de Referência que orienta os testes de Língua Portuguesa da Avaliação Externa Somativa é estruturada de maneira que descreve o conjunto de habilidades que serão objeto da avaliação, consideradas fundamentais e possíveis de serem mensuradas em um teste de múltipla escolha.

A matriz de referência das avaliações externas somativas é composta por um conjunto de descritores que associam o conteúdo curricular a operações cognitivas, indicando os conhecimentos que serão avaliados por meio de um item. Ou seja, os descritores indicam as habilidades que serão avaliadas de acordo com cada etapa de ensino da educação básica (SIMAVE, 2025).

A matriz de referência da avaliação externa somativa foi revisada e alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa é uma mudança fundamental para que as avaliações externas sirvam não apenas para classificar, mas também para impulsionar a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem, focando no desenvolvimento integral dos estudantes, conforme preconiza a BNCC.

Segundo Bauer (2020, p. 14), uma matriz curricular é uma referência, uma parte do que deve ser o currículo ensinado nas escolas. Busca, em tese, estabelecer

aspectos comuns e consensuais sobre o que deve compor o ensino em cada um dos componentes curriculares ou áreas de ensino.

A plataforma do SIMAVE disponibiliza para todos os envolvidos no contexto educacional, as Matrizes de referência definidas para as Avaliações Externas Somativas, de acordo com o ano de escolaridade avaliado. São habilidades descritas na Matriz de Referência para 9º ano do Ensino fundamental em Língua Portuguesa:

Identificar o tema ou o sentido global de um texto; Localizar informações explícitas em um texto; Inferir informações em um texto; Inferir o sentido de uma palavra ou expressão em um texto; Distinguir um fato de uma opinião em um texto; Identificar o gênero de um texto; Identificar a função de textos de diferentes gêneros; Interpretar texto que conjuga linguagem verbal e não verbal; Reconhecer diferentes formas de abordar uma informação, ao comparar textos que tratam do mesmo tema; Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto; Estabelecer a relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; Estabelecer relações entre partes de um texto, as quais contribuem para sua continuidade; Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que compõem a narrativa; Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto; Identificar a tese de um texto; Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la; Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados; Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações; Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos ortográficos e morfo-sintáticos; Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão; Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos estilísticos; E identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto. (SIMAVE, 2025)

Bauer (2020, p. 8) apresenta algumas considerações sobre a mudança na lógica de investigação, que deixa de incidir diretamente sobre os currículos propostos e passa a focalizar os resultados produzidos nos alunos, pela implementação do programa curricular:

Deixa-se de lado, assim, uma lógica de avaliação do currículo ou no currículo, para se priorizar um modelo que parece resultar na avaliação como currículo. Em outras palavras, pode-se observar um deslocamento de uma preocupação inicial em avaliar a qualidade do currículo, aliada à dimensão de avaliação de programas, para uma análise do processo curricular por meio da avaliação em uma etapa desse processo, cujos resultados permitiriam o desenvolvimento da proposta (a avaliação no currículo, tanto por meio de modelos de avaliações de programas processuais quanto pelas avaliações de aprendizagem). Mais recentemente, novo deslocamento ocorre, à

medida em que o foco passa a ser exclusivamente os resultados de aprendizagem obtidos, independentemente de como foi o processo de desenvolvimento curricular, a uma preocupação de se ensinar o que é avaliado e, portanto, resultando em um momento em que o que é avaliado passa a ser entendido como o currículo a ser trabalhado nas escolas. (Bauer, 2020, p. 8)

Ao refletir sobre Currículo e Matriz de Referência dentro do contexto da Escola Estadual Joel Mares, deparamos com uma realidade desconfortável, pois as abordagens acerca dessas duas vertentes ocorrem de maneira bem superficial, sem obter melhores resultados e sem que ocorra o fortalecimento dos processos de aprendizagem. Sem a formação dos profissionais para conduzir este processo de relação entre currículo e matriz de referência, corremos o risco de ter as competências previstas para a aquisição de conhecimentos, reduzidas apenas ao que está previsto nas abordagens das avaliações sistêmicas. Consequentemente, também limitaremos a aprendizagem dos estudantes ao longo de sua formação, pois a matriz de referência da avaliação em larga escala se distancia da realidade dos alunos, quando se trata de uma prova padronizada para diferentes localidades e regiões. Dessa maneira, apenas focar a aprendizagem nas habilidades contempladas nas avaliações externas, restringe a compreensão do currículo, interferindo diretamente na questão do conhecimento adquirido e prejudicando a aprendizagem do aluno.

No próximo capítulo, faremos uma abordagem sobre aspectos metodológicos da pesquisa, apresentando os instrumentos e o referencial teórico utilizado para a realização deste estudo de caso.

3 APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: ARTICULANDO IDEIAS E POSICIONAMENTOS

Este capítulo apresenta o estudo teórico da apropriação dos resultados das avaliações externas e das estratégias adotadas para promover o avanço no desempenho dos alunos, por meio do planejamento pedagógico e a gestão de resultados. Apresentamos, ainda, o percurso metodológico utilizado na pesquisa, na intenção de obter informações que contribuam para o desenvolvimento deste estudo de caso. Por fim, é feita a análise dos resultados obtidos com base nos instrumentos aplicados aos professores de língua portuguesa e aos profissionais que compõem as equipes gestora e pedagógica da escola investigada.

O objetivo deste capítulo é analisar como a Escola Estadual Joel Mares está se apropriando dos dados produzidos pelos resultados da avaliação externa somativa e o monitoramento dos indicadores educacionais, utilizando uma abordagem reflexiva acerca do papel das avaliações em larga escala na tomada de decisões orientadas por evidências, metodologias inovadoras e trabalho colaborativo. Além disso, desenvolveremos considerações sobre o percurso metodológico, explicando os principais marcos para a realização da pesquisa.

O capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira seção, é feita uma abordagem conceitual dos principais temas e considerações observados na investigação. Apresentaremos um levantamento sistematizado sobre o tema averiguado, referenciando os principais autores da área educacional, que abordam as dificuldades e as oportunidades da utilização dos dados das avaliações externas, no planejamento pedagógico.

Nesse contexto, também tratamos da importância da gestão pedagógica, em associação com a gestão de resultados educacionais e agregando ao contexto, a necessidade da formação dos profissionais da escola para a apropriação de dados.

Na segunda seção, apresentaremos justificativas sobre a escolha do percurso metodológico e dos instrumentos para coleta de dados. São apresentados o processo da pesquisa e os recursos utilizados para a coleta de dados. Também são expostas as justificativas para a escolha deste trajeto investigativo, visando detectar fatores que podem estar contribuindo para o elevado índice de alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental, na posição de baixo desempenho em Língua Portuguesa, nas avaliações externas somativas, na Escola Estadual Joel Mares. Como metodologia,

adotamos o estudo de caso, através da análise do contexto em que se encontra a instituição de ensino, diante dos resultados da Avaliação Externa Somativa e a realidade vivenciada no contexto pedagógico.

Na terceira seção, apresentamos a percepção dos docentes da Escola Estadual Joel Mares sobre a avaliação externa somativa e a importância desse mecanismo de mensuração no âmbito escolar. Seguimos o desenvolvimento do capítulo três, explanando a quarta seção que faz a análise da compreensão da equipe gestora e pedagógica sobre a temática e que foi um dos pontos a serem investigados nesta pesquisa. Finalizando o capítulo, descrevemos na quinta seção, as considerações realizadas em torno dos dados investigados.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE O USO DE DADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O referencial teórico baseia-se em autores que tratam do tema avaliação externa, apropriação dos resultados, uso de dados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) e fatores que contribuem para consolidar desempenho dos alunos.

O estudo teórico contribuiu para que identificássemos eixos teóricos relacionados à apropriação de resultados. A partir disso, definimos, para esta pesquisa, três eixos imediatos e correlacionados: práticas e estratégias pedagógicas, apropriação de resultados das avaliações externas e desenvolvimento profissional dos educadores.

Entendemos que as práticas e estratégias pedagógicas, das quais fazem parte dos resultados das avaliações externas, envolvem o acompanhamento constante do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, identificando suas necessidades pessoais e implementando táticas de ensino adequadas, favorecendo um melhor desempenho dos estudantes. Porém, para alcançar maiores avanços no processo de ensino e aprendizagem, surge a necessidade da formação dos educadores, contribuindo para a busca de estratégias de ensino eficazes e bem consolidadas.

Considerando essas dimensões de análise implícitas ao uso de dados do SIMAVE, apresentamos como referencial para o estudo teórico, autores com Lück (2009), que abordará os conceitos relacionados à apropriação de dados das avaliações sistêmicas, ou seja, gestão de resultados no contexto escolar e as práticas

e estratégias para melhorar a gestão pedagógica dos professores dentro das salas de aula. As autoras Lelis e Hora (2019) complementam os estudos sobre estes eixos teóricos. Para salientar os fundamentos destacados sobre esta temática, apresentamos Soares (2004) e Soares *et al.* (2002), a fim de definir a importância das políticas públicas, em seu aspecto pedagógico, na obtenção de melhores resultados dos estudantes em suas instituições de ensino.

Com o objetivo de expandir o estudo teórico, buscamos diretamente obras de autores com experiência em abordar temas relacionados a apropriação de resultados, como Boudett *et al.* (2020); Wayman *et al.* (2012); Brooke e Cunha (2011); e Luckesi (1995).

Ressaltamos o que diz Gatti (2008) sobre a importância aperfeiçoamento profissional dos educadores e demais profissionais envolvidos no processo pedagógico. Estes cursos de formação e capacitação são necessários para preparar melhor os professores, coordenadores e especialistas no sistema de avaliação, haja visto a defasagem existente sobre a temática em suas formações nos cursos de pedagogia e demais áreas de licenciatura.

A avaliação externa pode ser entendida como uma ferramenta essencial para aferição da qualidade da educação. Ela se torna um importante instrumento de monitoramento do ensino oferecido, pois permite estimar os conhecimentos e as habilidades adquiridas pelos alunos no final de cada ciclo de aprendizagem que compõem a Educação Básica no país.

Esta seção é dividida em três subseções, que abordam as avaliações em larga escala, consolidadas pela relevância da apropriação de seus dados sobre o desempenho dos estudantes, da atuação de prática e estratégias pedagógicas na apropriação de resultados e coligadas à importância da formação continuada no contexto escolar.

3.1.1 Avaliações em Larga Escala: Apropriação de Resultados

Na era da tecnologia, da globalização e dos avanços científicos em que vivemos, a educação exige muito no que diz respeito à sua qualidade, o que faz da avaliação um tema muito importante no contexto educacional. Avaliar vem do latim “a+valere”, que significa atribuir um juízo de valor (Luckesi, 1995).

A avaliação escolar deve subsidiar o diagnóstico da situação em que se encontra o aluno, oferecendo recursos para orientá-lo a uma aprendizagem de qualidade, por meio do ensino adequado. Segundo Luckesi (1995, p. 165), “avaliar significa identificar impasses e buscar soluções, contribuindo para que a escola desempenhe bem seu papel, se estruturando e organizando para oferecer um ensino de qualidade”.

O conceito de avaliação educacional deve ser compreendido como um auxílio à prática docente. Os métodos avaliativos devem estar alinhados à realidade escolar, uma vez que a principal meta a ser atingida é a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, as avaliações são ferramentas essenciais para orientar a revisão do planejamento. Os resultados das avaliações, divulgados para a escola, devem seguir como referência para a construção de ações e intervenções pedagógicas, superando as dificuldades identificadas.

Existem diferentes métodos avaliativos na esfera educacional, e cada uma, de acordo com as suas características, possui um objetivo pedagógico específico. Compreender as avaliações externas somativas e as escalas em que são apresentados os seus resultados, favorece para um diagnóstico da qualidade da educação. As avaliações auxiliam os educadores a reestruturarem as práticas e as estratégias adotadas no planejamento escolar, aperfeiçoando o desempenho e desenvolvimento das habilidades previstas para a determinada etapa escolar (Paraná, 2016).

Para Haydt (2008), a avaliação apresenta três funções: diagnosticar, controlar e classificar. E vinculadas a estas funções, existem três tipos de avaliações: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa.

As avaliações diagnósticas são aplicadas geralmente no início do ano letivo. Por meio delas, é feita uma análise para detectar o conhecimento prévio do aluno, indicar se existe algum conteúdo que não foi compreendido e reforçar para que todos os estudantes consigam acompanhar os novos ensinamentos realizados pelo professor. O objetivo dessa avaliação é conhecer melhor os estudantes, identificando e compreendendo suas necessidades (Bloom *et al.*, 1983).

Essa modalidade de avaliação tem a função de determinar se os estudantes possuem as habilidades necessárias para a atingir os objetivos do conteúdo a ser estudado, identificar o seu nível de domínio prévio, classificá-los quanto às alternativas de ensino e

compreender as deficiências no processo de ensino aprendizagem. Com esse diagnóstico, os professores têm informações para adequar o planejamento pedagógico a fim de assegurar a superação das dificuldades evidenciadas. (Bloom *et al.*, 1983)

Segundo este autor, as avaliações formativas mensuram os avanços e as dificuldades dos alunos. Esse tipo de exame, avalia o desempenho escolar dos estudantes ao longo do processo de ensino-aprendizagem, acompanhando a evolução da aquisição de conhecimento. Geralmente, ele é aplicado durante todo o período educacional como ferramenta para avaliar o desempenho dos discentes, permitindo que a prática docente seja ajustada às necessidades averiguadas (Bloom *et al.*, 1983).

Como aponta Bloom *et al.* (1983, p. 9), “a avaliação é a coleta sistemática de dados a fim de verificar se de fato certas mudanças estão ocorrendo no aprendiz, bem como verificar a quantidade ou grau de mudança ocorrido em cada aluno”. A avaliação formativa fornece informações à medida que o aluno evolui, ou apresenta dificuldades nos conteúdos curriculares avaliados nas etapas de ensino. A partir disso, os professores conseguem especificar as formas pelas quais os alunos serão avaliados e tomar uma série de decisões relativas a metodologia do ensino para que a aprendizagem ocorra da forma desejada.

O desdobramento da tarefa de aprendizagem fornece os elementos para a construção dos testes ou procedimentos de avaliação formativa. Se estes instrumentos forem bem utilizados, podem fornecer a devida informação ao professor e aos alunos de quão adequadamente cada unidade está sendo aprendida, e também oferecer retro informações sobre o que ainda é necessário para que a unidade seja dominada por cada aluno e pelo grupo como um todo. (Bloom *et al.*, 1983, p. 19)

As avaliações somativas são utilizadas no final de um processo educacional, que pode ser definido de acordo com os dias letivos do calendário escolar. De acordo com Bloom *et al.* (1983), as avaliações somativas determinam o conhecimento adquirido dos conteúdos preestabelecidos. Sua principal característica no processo de ensino-aprendizagem é demonstrar nível de assimilação dos conteúdos pelos alunos. A avaliação somativa tem por objetivo avaliar de modo geral em que nível os objetivos preestabelecidos foram atingidos.

As avaliações educacionais também podem ser produzidas fora do ambiente escolar. Elas são conhecidas como avaliações externas de desempenho, também chamadas de avaliação em larga escala. Exemplos desse tipo de avaliações são a Prova Brasil, Pisa, ANA e Saeb que buscam aferir a qualidade do ensino como instrumento para o monitoramento e a elaboração de políticas públicas a partir de um panorama do desempenho educacional. Elas são consideradas práticas avaliativas para a constante reflexão do processo de aprendizagem. Seus indicadores devem ser analisados e utilizados em trabalho efetivo nas escolas, redirecionando as práticas pedagógicas.

Como monitoramento dos sistemas educacionais, Minayo (2009) observa que as avaliações externas podem ser instrumento de grande importância para as escolas, uma vez que elas apresentam informações indicadoras dos níveis educacionais da aprendizagem escolar. Para a autora, é necessário que ocorram análises sobre os resultados entre os profissionais envolvidos no processo pedagógico, e assim, implementarem ações de intervenção no planejamento de ensino, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

Os resultados obtidos nas avaliações externas não são de responsabilidade de apenas um grupo de professores que ministram determinado conteúdo curricular. Estes dados precisam ser apropriados pela equipe gestora e pedagógica e por todos os professores de todas as áreas de ensino. O planejamento pedagógico colaborativo contribui para troca de experiência entre os profissionais, a diversificação das estratégias de intervenção, desenvolvendo ações mais eficazes no processo de ensino em todas as áreas do conhecimento.

Os sistemas de avaliação da educação têm evoluído substancialmente, de tal forma que, a partir dos resultados obtidos, tem sido possível introduzir mudanças nos aspectos educacionais de interesse da sociedade. Atualmente, um dos focos dessas avaliações é a escola. Para tanto, na composição dos sistemas de avaliação educacional mais recentes estão sendo avaliados não apenas o rendimento acadêmico dos alunos, mas também outros aspectos, como os humanos e sociais.

Para que a avaliação surta o efeito esperado, faz-se necessário entender o que os seus resultados dizem, para que, dessa forma, possamos, por meio deles, estabelecer estratégias que levem ao alcance de seu objetivo. No caso do SIMAVE, alcançar subsídios que possibilitem a implementação, formulação e/ou reformulação e monitoramento de políticas educacionais que contribuam para a efetiva melhoria da

qualidade da educação, garantindo ao aluno o direito de uma educação de qualidade. Entender os resultados é apropriar-se deles. Nesse contexto, Lück (2009, p. 7) afirma:

Faz-se necessário que os resultados dessas avaliações cheguem, de forma, oportuna e acessível, a alunos, pais, educadores, políticos e empresários. Dessa forma, torna-se possível analisar os dados e promover mudanças importantes na educação, com a formulação de políticas públicas e estratégias focadas no aperfeiçoamento do ensino na sala de aula. (Lück, 2009)

Diante do cenário apresentado pela autora, ela afirma que o uso de uma avaliação externa e a apropriação de seus resultados, possibilitará que sejam traçadas estratégias, visando à melhoria da qualidade do ensino; a detecção de fatores que influenciam nos seus resultados servirá como suporte para as definições de estratégias e/ou práticas educacionais que favoreçam a melhoria do desempenho dos alunos.

Segundo Almeida (2007, p. 3), uma escola de qualidade é aquela que atua segundo os parâmetros da eficiência e eficácia, medidas pelos resultados ou produtos da escola. Assim, infere-se que os resultados ou produtos são aferidos pelas avaliações as quais a escola é submetida, no caso em questão, a avaliação externa do SIMAVE. Nesse sentido, a qualidade da escola, medida pela avaliação externa, como as avaliações externas somativas, fica atrelada diretamente ao resultado dos alunos nestes exames. Por isso é fundamental investigar as causas de um índice tão elevado de alunos no padrão de baixo desempenho.

Machado (2012, p. 73), ao discorrer sobre a importância da apropriação dos resultados como instrumento auxiliador na gestão pedagógica escolar, esclarece:

As informações coletadas e divulgadas pelo INEP são ferramentas imprescindíveis para a gestão da educação nacional, porém só fazem sentido quando desencadeiam as outras etapas necessárias para a efetivação da avaliação externa: a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho das escolas. (Machado, 2012)

Contudo, é preciso apropriar-se dos resultados das avaliações externas de forma reflexiva e compartilhada. Em crítica ao uso dos resultados das avaliações externas, Machado (2012, p. 73) expõe:

A utilização dos resultados das avaliações externas na produção e divulgação de rankings que classificam as escolas e estimulam a competição entre elas na busca por melhores resultados. Nesse sentido, subjaz a equivocada transposição da 'lógica da economia de mercado' para a educação pública, na qual a competição induz qualidade. Avaliar as escolas com esse objetivo não impulsiona a 'democratização' da educação pública e sim o seu 'desmonte'. (Machado, 2012)

Dessa forma, Machado (2012) chama a atenção para a utilização dos resultados das avaliações externas na produção e divulgação de *rankings* que classificam as escolas e estimulam a competição entre elas na busca por melhores resultados, causando diversos problemas para a educação pública.

Sustentando-se nas análises de Cabral, Neto e Castro (2011) afirmam que quando o trabalho é realizado tendo como metas os resultados, as ações são conduzidas utilizando como referência os eixos da eficiência, da eficácia e da produtividade, fazendo com que os setores públicos se reestruturem para melhorar a qualidade dos resultados das políticas públicas.

Os dados das avaliações em larga escala não são apenas ferramentas para medir o desempenho dos estudantes. Eles devem provocar mudanças e novas estratégias não apenas no campo pedagógico, com também na gestão escolar. Nesse aspecto, Machado (2012) alerta sobre a exposição de resultados das avaliações sem fazer uma análise sobre as condições e a realidade do contexto escolar, podendo gerar um diagnóstico errado sobre os fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

Para que ocorram mudanças no processo de ensino e aprendizagem, é fundamental apresentar mudanças metodológicas, além de realizar investimentos para melhorar as condições pedagógicas das escolas, com o objetivo principal de elevar a qualidade do ensino. Sob este ponto de vista, Bonamino *et al.* (2012) destaca a necessidade de o trabalho pedagógico estar direcionado à consolidação das habilidades e competências necessárias aos estudantes para que eles se tornem cidadãos proativos na comunidade em que vivem.

Considera-se como dados de pesquisa, as evidências ou insumos que são coletados, observados, registrados ou criados para fins de análise, e que podem produzir resultados de pesquisa para um estudo científico (Semeler *et al.*, 2019).

Segundo Wayman *et al.* (2012), o conceito de dados educacionais na área pedagógica pode ser entendido como qualquer dado ou conteúdo utilizado por

educadores ou gestores para entender a aprendizagem dos alunos. De modo semelhante, Boudett *et al.* (2020) definem o termo “dados” como um conjunto de informações sobre as habilidades e conhecimentos dos estudantes, ao qual os profissionais da educação têm acesso.

Nesse contexto, os autores apresentam os desafios enfrentados pelos professores em utilizar esses dados para desenvolver projetos de intervenção pedagógica voltados para a melhoria do ensino e da aprendizagem dos estudantes. Eles apontam que as dificuldades dos docentes em utilizar os resultados obtidos nas avaliações sistêmicas são multifacetadas, abrangendo desde a falta de conhecimento técnico e letramento em dados até questões como a inadequação de sistemas e a escassez de tempo e apoio. Superar esses problemas requer investimentos em formação profissional contínua, desenvolvimento de sistemas de dados menos complexos, promoção de uma cultura de uso de indicadores baseada na melhoria da aprendizagem e na colaboração coletiva, e uma liderança escolar que inspire e capacite os professores a se tornarem usuários eficazes de dados educacionais.

Levando em consideração a importância em utilizar os resultados das avaliações sistêmicas no desenvolvimento de novas práticas e estratégias pedagógicas, é necessário entender as funções dos sistemas de avaliação educacional, conforme Soares *et al.* (2002):

[...] função métrica, de medir onde se situam os sistemas de educação em comparação com algum parâmetro para responder perguntas sobre possíveis avanços; função analítica oferecer subsídios aos pesquisadores e gestores no seu trabalho de investigar o funcionamento do sistema; a função pedagógica, que trata do uso da avaliação como instrumento para a melhoria do ensino. (Soares *et al.*, 2002)

Esta compreensão torna-se mais ampla, quando Brooke e Cunha (2011) expõem a classificação dos usos das avaliações externas como instrumento da gestão educacional nos estados:

i - para avaliar e orientar a política educacional; ii – para informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir as estratégias de formação continuada; iii – para informar ao público; iv – para a alocação de recursos; v – para políticas de incentivos salariais; vi – como componente da política de avaliação docente; e vii – para a certificação de alunos e escolas. (Brooke; Cunha, 2011)

Nesse panorama, e seguindo a classificação apresentada por Brooke e Cunha (2011), o objetivo desse estudo de caso é a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas, como base para o direcionamento do planejamento pedagógico, bem como criar práticas e estratégias inovadoras para refletir sobre a aprendizagem dos estudantes.

O referencial teórico exposto, pondera que o uso dos dados das avaliações em larga escala se concretiza através do desenvolvimento de ações pedagógicas estruturadas em consonância com a apropriação dos resultados educacionais. Neste sentido, é importante refletir sobre o papel dos professores ao utilizarem as informações dos resultados educacionais no seu planejamento de ensino.

Marques (2017), fundamenta a questão da apropriação de resultados e sua utilização no contexto escolar, investigando a forma como os professores se apropriam (ou seja, utilizam, interpretam e incorporam em suas práticas) desses resultados. Lembrando que o uso e/ou apropriação desses dados obtidos através das avaliações em larga escala, não consiste em sua divulgação e sim com as diversas possibilidades de utilizá-los como direcionamento para as ações de intervenções pedagógicas. O trabalho de Marques (2017) se concentra na utilização desses resultados pelos professores (e, em alguns casos, pela gestão escolar) para a melhoria da qualidade do ensino. É importante salientar o autor aponta que essa apropriação acontece de forma fragmentada e que a responsabilidade dos resultados recai muito sobre os professores das disciplinas avaliadas, o que evidencia a necessidade de maior envolvimento dos diferentes atores do processo educacional. Porém, para que isto aconteça de maneira eficaz, todos os docentes devem ter acesso às condições necessárias para desenvolver a sua prática pedagógica, eles precisam receber estas informações em tempo hábil, ter um momento para o planejamento coletivo e subsídios que possibilitem o desenvolvimento de suas ações coletivas.

Entender os resultados gerados por avaliações externas é de fundamental importância, no sentido de se traçar estratégias que visem à melhoria da qualidade do ensino. De acordo com Lück (2009), esse entendimento dos resultados é o que se chama de “apropriação”. Ela deve acontecer no ambiente escolar, onde estão presentes todos os atores educacionais responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem. O uso dos dados das avaliações educacionais deve ser visto pelos professores como um direcionamento dentro da sua rotina escolar. Estas informações servem como ponto de partida para repensar o trabalho pedagógico, buscando uma

melhoria na qualidade do ensino. Compreender os resultados é apropriar-se deles. Nesse contexto, Lück (2009, p. 7) afirma:

Faz-se necessário que os resultados dessas avaliações cheguem, de forma, oportuna e acessível, a alunos, pais, educadores, políticos e empresários. Dessa forma, torna-se possível analisar os dados e promover mudanças importantes na educação, com a formulação de políticas públicas e estratégias focadas no aperfeiçoamento do ensino na sala de aula. (Lück, 2009)

Diante do exposto, consideramos para este estudo de caso, Boudett *et al.* (2020) ao desenvolverem o método *Data Wise*, ou seja, “dados sábios”. Portanto, incentiva-se o uso responsável e consciente das evidências geradas pelas avaliações externas, visando melhores condições de ensino e aprendizagem, sem culpar os professores pelos resultados não satisfatórios.

O método *Data Wise* é uma abordagem que, dentre outras aplicações, pode ajudar a construir uma metodologia para a ajudar os professores a se apropriarem dos resultados das avaliações. Ele procura mudar a forma como os educadores utilizam as informações obtidas através dos resultados dos seus alunos nas avaliações em larga escala, para tomar decisões mais precisas e direcionar a estrutura do seu planejamento. O principal objetivo é utilizar os dados, através de um planejamento colaborativo, na intenção de melhorar a prática pedagógica e promover melhores resultados no aprendizado (Boudett *et al.* 2020).

O processo de melhoria do *Data Wise* é composto por várias etapas que envolvem três categorias: preparar, investigar e agir. Através de uma abordagem estruturada, o *Data Wise* propõe oito passos ou etapas de um processo para ajudar as instituições de ensino a apropriar-se dos dados educacionais, por meio da coleta e análise das informações.

Boudett *et al.* (2020) apresentam as categorias do processo de melhoria do *Data Wise*. A primeira categoria é o “preparar”. Nela, organiza-se o trabalho colaborativo, coletando os dados importantes sobre a aprendizagem dos alunos, faz-se o letramento dos profissionais em avaliação de desempenho e identificam-se as áreas que precisam de maior atenção no processo de ensino e aprendizagem. A segunda categoria refere-se ao “investigar”. Envolve a análise dos dados coletados e a aquisição do conhecimento necessário para melhorar a aprendizagem dos estudantes. Faz-se um comparativo entre os resultados das avaliações externas,

inclusive em diferentes períodos de aplicação. Avalia-se o ensino, para compreender os problemas enfrentados e as práticas utilizadas para a intervenção.

A terceira categoria trata do “agir” com base nos dados. Nela, são traçadas ações sobre o que pode ser realizado para melhorar o desempenho dos estudantes. É feita a descrição das atividades num plano de ação efetivo. Também é desenvolvido o monitoramento das práticas promovidas e os ajustes nas estratégias pedagógicas realizadas para garantir que todos os alunos tenham as oportunidades de alcançar a aprendizagem e as repercussões promovidas pelas mudanças metodológicas do agir pedagógico (Boudett *et al.*, 2020).

Estas atividades do *Data Wise* estão organizadas na seguinte sequência de ações:

i – organizar os dados para o trabalho colaborativo, envolvendo a coleta e a divulgação dos resultados; ii – construir o letramento em avaliação, através da compreensão de como os exames são construídos, a interpretação dos resultados e a sua utilização para o desenvolvimento contínuo; iii – criar um panorama de dados, reunindo, organizando e analisando informações sobre o processo de avaliação educacional ; iv – mergulhar nos dados dos estudantes, explorando profundamente as informações relacionadas aos resultados dos alunos, identificando as dificuldades para atender as necessidades individuais; v – examinar o ensino, fazendo uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e os métodos de ensino já aplicados neste contexto de resultados educacionais; vi – desenvolver um plano de ação para alcançar as metas estabelecidas, colocando-o em prática e fazendo as adequações necessárias; vii – planejar a avaliação do progresso, monitorando o processo para verificar se as ações estão surtindo efeito; viii – agir e avaliar, refletindo sobre os resultados, discutindo os pontos positivos e negativos das ações desenvolvidas e ajustando as práticas e as estratégias pedagógicas para criação de um ciclo contínuo de aperfeiçoamento (Boudett *et al.*, 2020).

A seguir, apresentaremos a figura 1, ilustrando o modelo representativo do processo *Data Wise*, que deve ocorrer de maneira cíclica e colaborativa, envolvendo os professores de todas as áreas do conhecimento, especialistas, gestores, e outros profissionais da escola para garantir que ações desenvolvidas baseadas nos resultados obtidos nas avaliações externas, provoquem melhorias efetivas no ensino e na aprendizagem.

Figura 01 – Modelo representativo do processo Data Wise



Fonte: Boudett *et al.* (2020, p.5).

Complementando o referencial teórico de Boudett *et al.* (2020), a pesquisa de Wayman *et al.* (2012) discute elementos importantes que podem impactar o uso de dados nas escolas. Eles destacam fatores relacionados “à cultura escolar” de uso de dados, ou seja, a atitude dos profissionais diante dos dados e a forma que eles os valorizam e dão importância quanto a sua apropriação. O segundo fator é a “liderança do diretor”, ele tem um papel fundamental em incentivar, esclarecer e orientar, criando um ambiente favorável ao uso de dados. Já o terceiro fator, “Sistemas de Gestão” da informação, significa sistemas informatizados que reúnem os dados educacionais disponíveis aos gestores, professores e especialistas. Eles são fundamentais para a coleta, análise e uso dos dados, promovendo um ambiente propício para uma aprendizagem adequada. É importante reafirmar que o efetivo uso dos dados, como as informações fornecidas pelas avaliações externas somativas do SIMAVE, pode influenciar positivamente na gestão da escola e, portanto, nas práticas pedagógicas

3.1.2 A Gestão Pedagógica e a Gestão de Resultados Educacionais Associadas à Relevância da Formação Continuada no Contexto Escolar

O uso de dados das avaliações externas apenas é instituído se houver a apropriação desses resultados (gestão de resultados) e, através deles, a construção de práticas e estratégias pedagógicas (gestão pedagógica). Se não funcionarem corretamente essas duas gestões, ou se elas deixarem de ser administradas, de nada adianta a política pública de avaliação em larga escala. As informações geradas pelos resultados dessas avaliações ficam soltas, o planejamento pedagógico é construído desorientadamente e os avanços na qualidade da educação ficam estagnados, podendo até mesmo ocorrer um retrocesso no desenvolvimento da aprendizagem.

Em sua obra, Lück (2009) reafirma a necessidade da execução destes dois campos importantíssimos para a realização das ações direcionadas ao uso de dados das avaliações externas. Tanto na gestão de resultados, como na gestão pedagógica, a autora destaca a função do diretor como fundamental para garantir um melhor desempenho da escola e a qualidade de ensino. Ele precisa articular, de forma estratégica, esses dois campos de gestão, focando no desenvolvimento da parte administrativa e pedagógica da escola.

Uma das competências básicas do diretor escolar é promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos em relação à educação e a função social da escola, mediante a adoção de uma filosofia comum e clareza de uma política educacional, de modo a haver unidade e efetividade no trabalho de todos. Em consequência, desenvolver, atualizar e rever permanentemente conhecimentos deve fazer parte do dia-a-dia do diretor escolar, como um processo de capacitação em serviço, de modo que desenvolva competência para o desempenho efetivo das funções de direção escolar e colaboração com a sua realização. Conhecer, compreender e incorporar em suas ações os fundamentos e princípios da educação, assim como as determinações legais norteadoras dos processos educacionais constitui-se, portanto, uma das primeiras e contínuas preocupações do diretor escolar na busca de realizar um bom trabalho, no sentido de liderar e orientar sua escola para que melhor e com competência sempre maior desempenhe o seu papel social, realizando seus objetivos educacionais. (Lück, 2009)

Na visão de Lück (2009), a gestão de resultados envolve o acompanhamento e o monitoramento voltados especificamente para os resultados do desempenho da escola, nas avaliações sistêmicas, de acordo com o desenvolvimento dos seus

alunos. O principal foco da escola deve ser a aprendizagem e a formação dos seus alunos, porém quando a equipe escolar não considera as estatísticas dos resultados e não dá a devida importância para os objetivos das avaliações sistêmicas, considerando apenas que são demandas burocráticas do governo para punir a escola e atrapalhar o funcionamento das aulas durante o período de aplicação, nos deparamos com um contexto educacional no qual a qualidade da educação pública oferecida pela instituição escolar está passando por uma série de problemas, interferindo negativamente no processo de aprendizagem dos estudantes.

Lück (2009) considera como competências do diretor escolar na gestão de resultados educacionais:

i - orientar todos os segmentos e áreas de atuação da escola na definição de padrões de desempenho de qualidade e na verificação de seu atendimento; ii - analisar comparativamente os indicadores de desempenho da escola, nos últimos anos, identificando avanços e aspectos em que é necessária maior concentração de esforços para sua melhoria; iii - Promover e orientar a aplicação sistemática de mecanismos de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, de modo a identificar alunos e áreas de aprendizagem que necessitam de atenção pedagógica diferenciada e especial, de forma individual e coletiva; iv - analisar comparativamente os indicadores de rendimento de sua escola com os referentes ao âmbito nacional, estadual e local, estabelecendo metas para a sua melhoria; v - informar a comunidade escolar sobre as estatísticas ou indicadores produzidos por avaliações externas, discutindo o significado desses indicadores de modo a identificar as áreas para a melhoria da qualidade educacional; vi - diagnosticar diferenças de rendimento e condições de aprendizagem dos alunos, identificando variações de e condições para superar essas diferenças; vii - adotar o sistema de indicadores educacionais para orientar a coleta e análise de dados sobre os processos educacionais como condição para monitorar e avaliar o seu desempenho; viii - promover na escola o compromisso de prestação de contas aos pais e à comunidade sobre os resultados de aprendizagem e uso dos recursos alocados ao estabelecimento de ensino. (Lück, 2009)

Conforme suas palavras, Lück (2009) reafirma que a condição fundamental para que as escolas desenvolvam a qualidade da educação é a gestão de resultados, “compreendo o papel e os mecanismos da avaliação de resultados educacionais.”

Seguindo a análise das considerações de Lück (2009), o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas, ou seja, gestão pedagógica, é a de principal importância dentro de uma escola, pois está relacionada com a qualidade da educação oferecida e a formação dos estudantes. Entre as funções do diretor na

gestão escolar, a dimensão pedagógica promove a aprendizagem, desenvolvendo as competências básicas para sua inclusão na sociedade e no mundo do trabalho.

Na visão da autora, novas competências são de responsabilidade do diretor, agora no âmbito da gestão pedagógica:

i - promover a visão abrangente do trabalho educacional e do papel da escola; ii - liderar na escola a orientação da ação de todos os participantes da comunidade escolar pelas proposições do projeto político-pedagógico e do currículo escolar; iii – promover a orientação de ações, superando as dificuldades e os desafios; iv - criar na escola um ambiente estimulante e motivador orientado por elevadas expectativas de aprendizagem e desenvolvimento; v - promover a elaboração e atualização do currículo escolar; vi - orientar a integração horizontal e vertical de todas as ações pedagógicas propostas no projeto pedagógico e a contínua contextualização dos conteúdos do currículo escolar com a realidade; vii - estabelecer a gestão pedagógica como aspecto de convergência de todas as outras dimensões de gestão escolar; vii - identificar e analisar as limitações e dificuldades das práticas pedagógicas no seu dia-a-dia, mediante estratégias de liderança, supervisão e orientação pedagógica; viii - acompanhar e orientar a melhoria o processo ensino-aprendizagem; ix - articular as atividades extra-classe e orientar através de projetos educacionais, as áreas de conhecimento e o plano curricular, de modo a estabelecer orientação integrada; x - orientar, incentivar e viabilizar oportunidades pedagógicas especiais para alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais; xi - promover e organizar a utilização de tecnologias da informação computadorizada (TIC) na melhoria do processo ensino-aprendizagem. (Lück, 2009)

A gestão de resultados está ligada à gestão pedagógica através dos indicadores de dados educacionais, apresentando análises sobre o desempenho da realidade escolar e favorecendo o estabelecimento de novas práticas e estratégias pedagógicas.

De acordo com as autoras Lelis e Hora (2019, p.73), a gestão pedagógica é:

[...] o conjunto de ações educativas – mediação, articulação e formação – desenvolvidas no ambiente escolar, com vistas à melhoria dos processos de ensino aprendizagem e ao desenvolvimento humano. Muito embora, essas três principais dimensões das ações educativas simbolizem a essência do trabalho pedagógico, não são exclusivas dos coordenadores pedagógicos, mas também dos diretores escolares. (Lelis; Hora, 2019)

Lelis e Hora (2019) refletem sobre a gestão pedagógica e seus significados, funções e principais entraves na cultura de resultados dentro do contexto escolar. Elas

discutem sobre as percepções das práticas e estratégias pedagógicas em relação ao uso de dados das avaliações externas. As autoras definem gestão pedagógica como as ações do diretor diante da organização do trabalho escolar, vinculadas ao trabalho realizado pelos professores. Por isso, é fundamental observar o desenvolvimento interligado entre a gestão de resultados e a gestão pedagógica para se obter escolas com melhores níveis de aprendizagem.

Conforme o exposto pelo autor Soares (2004), existem diversos fatores que, agindo ao mesmo tempo, intervêm na aprendizagem dos estudantes. Estes fatores possuem aspectos pessoais, sociais, familiares e escolares, englobando aspectos que variam e estão relacionados com a motivação, o interesse, o contexto social, o apoio das famílias e o ambiente escolar propício para desenvolver a qualidade da educação.

Desse modo, um dos argumentos centrais desta pesquisa é a importância da utilização de práticas e estratégias pedagógicas para o uso de dados das avaliações externas somativas aplicadas pelo SIMAVE. O objetivo desse estudo de caso é contribuir, ainda que indiretamente, para a melhoria da qualidade da educação oferecida pela escola em que a pesquisa foi realizada, por meio da formulação de um Plano de Ação que possa ser apropriado por ela. Porém, nenhuma mudança será propícia se os profissionais da escola não forem auxiliados, recebendo suporte, principalmente através de iniciativas de formação continuada.

Fazem-se necessários momentos de formação com os profissionais da escola, porque melhora a concepção de todos os envolvidos sobre a gestão pedagógica e a gestão de resultados, melhorando o engajamento das responsabilidades e contribuindo para o desempenho escolar. Estas iniciativas são importantes e também agrega maiores conhecimentos na formação inicial dos professores e especialistas, suprimindo as necessidades dessa atual abordagem sobre dados educacionais. Segundo Gatti (2007, p.58):

Isso responde a uma situação particular nossa, pela precariedade em que se encontram os cursos de formação de professores em nível de graduação. Assim, problemas concretos das redes inspiraram iniciativas chamadas de educação continuada, especialmente na área pública, pela constatação, por vários meios (pesquisas, concursos públicos, avaliações), de que os cursos de formação básica dos professores não vinham (e não vêm) propiciando adequada base para sua atuação profissional. Muitas das iniciativas públicas de formação continuada no setor educacional adquiriram, então, a feição de programas compensatórios e não propriamente de atualização e aprofundamento em avanços do conhecimento, sendo realizados com

a finalidade de suprir aspectos da má-formação anterior, alterando o propósito inicial dessa educação. (Gatti, 2007)

Segundo a perspectiva de Soligo (2010), é importante a formação dos gestores, especialistas e professores da escola, através de cursos, palestras ou reuniões coletivas, desenvolvendo conceitos e opiniões e capacitando os profissionais para compreender e se beneficiar desse processo de avaliação em larga escala. O autor considera a necessidade de formação de docentes e demais membros das equipes pedagógica e gestora no assunto. Cursos internos, estudos dirigidos, palestras com especialistas sobre o tema e reuniões com explicações e discussões sobre o conjunto da avaliação externa precisam ser realizados, pois não basta informar sobre a avaliação, é imprescindível formar opiniões e indivíduos capacitados para problematizar o processo e os resultados.

Faz-se necessário realizar momentos de formação com os diretores escolares, equipe pedagógica e docentes, objetivando a ampliação da compreensão desses sujeitos sobre a apropriação resultados educacionais, de modo a colaborar no aumento do senso de responsabilidade por parte dos profissionais sobre o desempenho dos alunos.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, será apresentado o percurso metodológico da pesquisa e os métodos utilizados para a coleta de dados. São também expostas as justificativas para a escolha deste percurso investigativo, em razão das características do estudo de caso, os instrumentos utilizados e os sujeitos envolvidos.

O termo estudo de caso origina-se na tradição da pesquisa médica e psicológica, referindo-se à análise detalhada de um caso em particular. Trata-se de “adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir de um caso único” (Becker, 1997, p. 117).

Becker (1997) e Yin (2001) são estudiosos reconhecidos mundialmente por seus trabalhos e publicações acerca do estudo de caso na pesquisa científica. Vejamos o que nos diz Yin:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real,

especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2001, p. 32).

Conforme explicita Yin (2001) em sua definição de estudo de caso, a escolha por tal método encontra maior apoio quando temos interesse em resultar à investigação de um fenômeno atual dentro de seu contexto. Ainda de acordo com esse autor, a preferência pelo uso do estudo de caso, quando pretendemos investigar acontecimentos contemporâneos, é ainda mais justificável em situações em que os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas possíveis de serem observados diretamente e/ou detectados em entrevistas sistemáticas. Um estudo de caso é adequado à situações em que a investigação se volta sobre uma realidade bem determinada.

Adotamos como metodologia o estudo de caso, que se propõe a investigar um fenômeno local e do cotidiano, que é o baixo desempenho em Língua Portuguesa nas avaliações externas somativas, dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Joel Mares. Este tipo de pesquisa “não objetiva enumerar os eventos estudados de maneira estatística, mas parte de questões colocadas em relação a um caso específico para orientar o estudo, envolvendo pessoas, lugares e processos interativos”, para obtenção de dados (Godoy, 1995).

A coleta de dados foi desenvolvida a partir de três etapas, seguindo os procedimentos definidos por Gil (2008): na etapa inicial, é feito o levantamento bibliográfico e documental realizados através de visita a sites oficiais que sistematizam a literatura e documentos que regulamentam as avaliações em larga escala. A segunda etapa ocorreu com a pesquisa de campo, onde realizamos questionários estruturados com as pessoas envolvidas no processo da avaliação da aprendizagem. A terceira etapa compreendeu a análise das evidências coletadas.

De acordo com Yin (2001), a coleta de dados para os estudos de caso pode se basear em muitas fontes de evidências, como documentação, registros em arquivos, entrevistas, entre outras. Sendo assim, utilizamos as informações coletadas na análise documental, contidas nas atas de reunião de Módulo II ocorridas no período de 2017 até o ano de 2023, Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, Currículo de Referência de Minas Gerais, Regimento Escolar, resultados das avaliações externas do ano de escolaridade investigado, boletins do SIMAVE (2018-2023), taxas de desempenho da Escola (2017- 2023), Leis e Decretos, e projetos elaborados e

executados pela escola. Para realizar a pesquisa bibliográfica, apoiamo-nos em autores que se destacam nas temáticas abordadas no estudo, com destaque para Yin (2001), Godoy (1995), Gil (2008), Mainardes (2006), Brooke (2012), Bauer (2006), Soares (2004), Gatti (2009), Lück (2009), Boudett, City e Murnane (2020).

Para segunda etapa da coleta de dados, optamos pelo uso de questionários estruturados, estes constituem um conjunto de questões investigativas que correspondem a um encadeamento coerente sobre variáveis e circunstâncias que se pretende medir ou delinear em uma pesquisa. Antes da construção do questionário, é necessário que se leve em conta os objetivos e o público-alvo da pesquisa. Depois disso, seguir as etapas detalhadas para criar o instrumento de pesquisa, conforme as orientações de Gil (2021), para garantir que ele seja eficaz e atinja os propósitos a serem atingidos.

Segundo Gil (2021), as etapas para elaboração de um questionário são: o delineamento dos objetivos da pesquisa, a conceptualização e operacionalização das variáveis, a familiarização com as formas de expressão do grupo, estruturação da equipe que irá respondê-lo, o pré-teste do questionário e só então a aplicação do mesmo.

Os questionários são colocados em prática pelo pesquisador “As perguntas são desenvolvidas conforme os objetivos, portanto têm-se tipos de perguntas. E as respostas se obtêm de acordo com as variáveis, portanto têm-se níveis de respostas” (Miranda, 2020). Os questionários estruturados constituem-se, portanto, em instrumentos de coletas de dados bastante relevantes no estudo de caso, tendo em vista o dinamismo para a obtenção de informações.

Dentre os atores envolvidos no campo da pesquisa, optamos por realizar as entrevistas com a equipe gestora, formada pela diretora e três vice-diretores, a equipe pedagógica, constituída por três especialistas da educação básica (supervisoras) e os oito professores de Língua Portuguesa em todos os anos de escolaridade, pertencentes ao quadro docente efetivo da escola. A escolha partiu do pressuposto que estes atores podem contribuir substancialmente para compreensão do problema de pesquisa, tendo em vista o trabalho diário com as questões que envolvem as avaliações em larga escala e o uso dos dados produzidos por estes mecanismos.

Uma vez que os dados foram coletados, passamos para a fase de análise das informações, com a intenção de interpretar e analisar os dados, para que, ao final, fosse possível propor modificações e reflexões compatíveis com o objetivo da

pesquisa. Como técnica de análise dos dados, adotamos a análise de conteúdo, que “se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer meio de comunicação, seja ela oral, visual, gestual, seja reduzida a um texto ou documento” (Chizzotti, 2001, p. 98).

A definição da abordagem metodológica e das ferramentas de pesquisa é essencial para confirmar ou contradizer as suposições que direcionam a averiguação do problema. Dessa forma, procuramos compreender de maneira mais aprimorada, como os professores e demais funcionários da equipe pedagógica da escola se apropriam dos resultados da avaliação externa somativa, além de entender suas concepções sobre a temática discutida na investigação.

Deste modo, a utilização desses instrumentos metodológicos, contribuíram nas análises relativas à investigação e na construção do Plano de Ação Educacional (PAE). O principal objetivo do PAE é propor ações que possibilitem que o processo de apropriação de dados seja realizado de maneira eficiente, tornando-se parte do planejamento escolar, proporcionando a melhoria do processo de aprendizagem.

3.2.1 Apresentação da metodologia para a compreensão do estudo de caso

Após decidir sobre qual tema ou área do conhecimento que necessita ser investigado, de acordo com as inquietações da pesquisadora, temos um problema de pesquisa. A hipótese de investigação é uma pergunta não respondida ou uma preocupação da pesquisadora, que deseja solucioná-la através de seu entendimento. No estudo de caso apresentado neste trabalho, a questão que norteou esta pesquisa foi: “Como a gestão pedagógica pode fomentar o uso dos resultados da Avaliação Externa Somativa em Língua Portuguesa, para que esses sejam utilizados no planejamento pedagógico da Escola Estadual Joel Mares? ”

Necessariamente, foram analisadas as atas das reuniões de módulo II, onde abordavam os resultados da Avaliação Externa Somativa. O período a ser observado corresponde à linha de tempo entre os anos 2017 e 2023, ou seja, sete anos consecutivos. As reuniões de Módulo II, ocorrem semanalmente, com 2 horas de duração. No início, elas eram realizadas às quintas-feiras, depois, passaram a acontecer quinzenalmente, aos sábados, e com quatro horas de duração. Por último, voltaram a transcorrer uma vez por semana, às segundas-feiras. Neste período investigado, estas reuniões foram suspensas, juntamente com as aulas presenciais, no início da Pandemia causada pelo COVID-19. Quando o Regime Especial de

Atividades Não Presenciais (REANP) foi divulgado oficialmente para toda a comunidade escolar, as reuniões de Módulo II voltaram a acontecer, porém de modo virtual, utilizando dos recursos tecnológicos disponíveis para os professores, equipe gestora e pedagógica.

Neste período, foram analisadas mais de 200 atas, sempre buscando por temas como avaliações externas, SIMAVE, Proeb, resultados externos, etc. Poucas atas abordavam estas pautas. Entre os registros investigados, algumas citavam a comunicação aos professores, que os resultados da escola já estavam disponíveis na plataforma.

De acordo com as atas analisadas, as especialistas apresentaram o nível de proficiência no qual se encontrava a instituição escolar neste período de tempo investigado. Nestes mesmos documentos, estavam registrados que a equipe gestora pedia que fossem tomadas iniciativas para reverter os baixos resultados obtidos pela escola. Porém, em nenhum momento, foi mencionada a realização de um estudo detalhado desses dados e, muito menos, a apresentação para os professores de como é o funcionamento desta avaliação externa, suas matrizes de referência, e a metodologias que avaliam as habilidades previstas para o conteúdo curricular de Língua Portuguesa. Existem momentos descritos nas atas, que são destinados ao planejamento pedagógico coletivo, mas não é mencionado se estas ações ocorreram de acordo com a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas e se enfatizaram o desenvolvimento de atividades de acordo com as habilidades não consolidadas, e que são descritas nos boletins publicados anualmente pelo SIMAVE. Foi observado nestes documentos que diante dos resultados obtidos pela escola, não se tem o registro de metas traçadas ou projeções para cada ano letivo.

Na análise documental do Projeto Político Pedagógico, foi identificado que a escola se compromete em realizar campanhas para influenciar os estudantes a frequentarem o espaço da biblioteca escolar. No PPP, é proposto o desenvolvimento de alguns projetos de incentivo à leitura durante o ano letivo, como piquenique literário, clube de leitura, paradas para leitura dentro da sala de aula, Blitz Literária no início do horário escolar e anualmente acontece a Feira Literária, abordando temáticas contemporâneas e abrangendo toda a comunidade. Porém, foi observado que mesmo desenvolvendo estas ações, a equipe gestora e pedagógica, juntamente com os professores, não conseguem alavancar os resultados para melhorar os níveis de proficiência obtidos nas avaliações externas somativas.

Após a apreciação das evidências, foi organizado um questionário, considerando fatores importantes para a sua construção, como, por exemplo, os dados obtidos na análise dos documentos e nas leituras das atas de módulo II; o estudo do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, juntamente com o seu Regimento Escolar; a observação do Currículo de Referência de Minas Gerais – CRMG; a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas desenvolvidas pelo SIMAVE; e o referencial teórico utilizado para dar suporte à pesquisa.

Dentre os respondentes, contamos com a participação de oito professores efetivos da escola, que ministram aulas na disciplina de Língua Portuguesa. A entrega do questionário aconteceu de forma *on-line*, através da plataforma do *Google Forms*, que permite a criação e o gerenciamento de questionários, assim agilizamos o processo de coleta de dados, através de um mecanismo rápido e interativo, facilitando a análise das respostas de maneira segura e sigilosa. Solicitamos o preenchimento do questionário o mais rápido possível e obtivemos 100% de retorno dos participantes.

Para a construção desse instrumento de pesquisa, foram elaboradas 16 assertivas. As afirmações têm a finalidade de investigar o interesse, as percepções e atitudes dos professores do componente curricular de Língua Portuguesa. Foi utilizada a escala de Likert para mensurar a concordância sobre os 16 enunciados propostos.

Segundo Alexandre *et al.* (2003), uma escala Likert é “um tipo de escala de medição frequentemente utilizada em pesquisas sociais e comportamentais para medir atitudes, opiniões dos indivíduos em relação a uma determinada questão. ”

A escala Likert é composta por uma série de afirmações ou itens, aos quais os respondentes são convidados a expressar seu grau de concordância ou discordância em uma escala, podendo variar de "discordo totalmente" até "concordo totalmente", permitindo que o respondente escolha uma posição intermediária, como "discordo", "neutro" ou "concordo". A vantagem dessa escala é que ela permite mensurar não apenas a opinião do indivíduo, mas também a intensidade de sua posição sobre o tema, fornecendo dados mais ricos para análise. Essa técnica é amplamente utilizada devido à sua simplicidade e versatilidade, sendo fácil de aplicar e interpretar. (Alexandre *et al.*, 2003)

Silva Junior *et al.* (2014), também consideram sua simplicidade de aplicação como uma vantagem apresentada pela escala Likert, porém, os autores ressaltam que essa escala oferece desvantagens, como a necessidade de o respondente fazer uma

análise do conteúdo e da amplitude, ou seja, o grau de intensidade da afirmação, antes de manifestar a sua opinião como resposta.

Aguiar *et al.* (2011, p. 2) conforme os seus estudos, conceituam a escala de Likert:

São uma das escalas de autorrelato mais difundidas, consistindo em uma série de perguntas formuladas sobre o pesquisado, onde os respondentes escolhem uma dentre várias opções, normalmente cinco, sendo elas nomeadas como: concordo muito, concordo, neutro/indiferente, discordo e discordo muito. (Aguiar *et al.*, 2011)

As assertivas do questionário têm o objetivo de explorar, compreender as opiniões, percepções e os comportamentos dos 08 professores de Língua Portuguesa que atuam na escola em pesquisa, acerca da apropriação, discussão e uso dos resultados da avaliação externa somativa, como instrumento de organização usada para estruturar e guiar as ações pedagógicas. Os envolvidos no processo de investigação respondem as questões, de acordo com o grau de concordância das assertivas, marcando uma das quatro opções, conforme a escala Likert utilizada na pesquisa: 1 – Concordo; 2 - Mais concordo que discordo; 3 - Mais discordo que concordo; 4 – Discordo. Assim, o respondente precisa analisar o conteúdo da frase, e manifestar-se, dando sua opinião, seja a favor ou contra a afirmação, e considerando a intensidade desta concordância.

A aplicação desse instrumento de pesquisa ocorreu entre os dias 09 e 10 de janeiro de 2025, momento em que os professores estão em férias escolares. Portanto, a utilização do questionário *on-line* tornou possível a participação de todos os profissionais que lecionam o componente curricular de Língua Portuguesa, uma vez que fora do ambiente escolar seria praticamente impossível realizar um questionário presencial com todos os envolvidos.

A escolha metodológica e o instrumento de pesquisa são importantes para consolidar ou questionar as hipóteses que levaram à investigação do problema. Assim, buscamos uma melhor aproximação e compreensão da forma como é conduzida a apropriação dos resultados da avaliação externa pelos professores da escola, bem como suas concepções sobre o assunto. Desde então, procuramos investigar se os docentes utilizam os boletins disponibilizados pelo SIMAVE com os resultados, para o diagnóstico de aprendizagem dos estudantes e o replanejamento pedagógico.

Diante desses dados, analisamos os resultados das informações coletadas no questionário, sobre suas concepções acerca das práticas pedagógicas e a

apropriação dos dados das avaliações externas somativas. A opção por esses procedimentos metodológicos se justifica pelo fato de possibilitarem identificação da compreensão individual sobre o tema abordado.

Consideramos que analisar as respostas de todos os professores, incluindo tanto os que trabalham no Ensino Fundamental II, como os que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Médio, teria maior importância para entender a visão sobre as avaliações externas somativas pelo grupo de docentes da área, visto que o desenvolvimento das habilidades não acontece em apenas uma etapa do ensino, bem como a importância de analisar as práticas e estratégias implementadas após a assimilação dos resultados dos exames em Língua Portuguesa, das avaliações externas somativas.

Outro ponto relevante na utilização da metodologia aplicada foi a criação do questionário direcionado aos 07 profissionais que fazem parte das equipes gestora e pedagógica da escola. Este mecanismo adotado teve o objetivo de expandir o entendimento sobre o estudo de caso investigado, captar mais evidências sobre o problema enfrentado acerca da apropriação dos resultados das avaliações em larga escala, mais especificamente, as externas somativas elaboradas pelo SIMAVE, como coletar dados fundamentais para a criação de um Plano de Ação Educacional - PAE, alinhado às circunstâncias, prioridades e exigências dos participantes da pesquisa.

A ferramenta utilizada para a pesquisa foi disponibilizada aos respondentes, de maneira *on-line*, através do aplicativo do *Google Forms*, que permite a criação de pesquisas, utilizando perguntas que serão respondidas pelas pessoas que foram solicitadas à fornecerem informações através das suas respostas dadas no próprio formulário virtual. Os profissionais que fazem parte da equipe gestora e pedagógica aos quais pretendíamos aplicar os instrumentos encontravam em férias escolares. Outra razão para utilização do questionário *on-line* é porque ele possibilita coletar dados de forma rápida, simultânea e buscando evitar a interferência de opiniões entre os envolvidos. Foi conciliado entre os participantes da pesquisa uma data e horário, para que todos pudessem responder às perguntas simultaneamente. O questionário foi enviado a cada servidor, no e-mail institucional no dia 09 de janeiro às 15 horas. Cada participante teve 90 minutos para responder as 11 perguntas elaboradas previamente.

O questionário desenvolvido para esta investigação foi composto por questões abertas e divididas em três blocos. A sua estrutura se fundamenta nos eixos de análise

indicados na pesquisa. O primeiro conjunto de perguntas aborda questões que tratam do perfil pessoal e profissional respondente; o segundo bloco aborda questões sobre o eixo: Percepção sobre apropriação e uso dos dados das Avaliações em Larga Escala; e por fim, o terceiro bloco apresenta perguntas sobre o eixo: Apropriação e uso dos dados da Avaliação Somativa Externa pelos principais atores da Escola Estadual Joel Mares.

Apresentaremos na seção seguinte, a percepção dos professores da escola investigada nesta pesquisa, quanto à apropriação dos resultados da avaliação externa somativa.

3.3. A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA ESTADUAL JOEL MARES SOBRE A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

A presente seção foi desenvolvida para apresentar, de acordo com os ângulos de percepção dos professores de Língua Portuguesa da Escola Estadual Joel Mares, o processo de utilização dos resultados da Avaliação Externa Somativa, para que façam parte do planejamento pedagógico da instituição escolar.

Nas subseções seguintes, exporemos os resultados da pesquisa, através da análise detalhada do questionário, alinhando a compreensão das respostas dadas pelos profissionais participantes.

3.3.1 Análise dos dados obtidos na investigação, em relação a visão dos professores da Escola Estadual Joel Mares sobre a avaliação externa somativa

Nesta subseção, será apresentado um dos principais pontos a serem analisados e consequentemente, evidenciados nesta investigação, que é o entendimento e as compreensões sobre as avaliações sistêmicas, sob o ponto de vista dos professores.

Faz-se necessário, nesta perspectiva, identificar a percepção dos docentes sobre as avaliações sistêmicas de uma forma crítica e reflexiva, levando em consideração os aspectos de compreensão dos objetivos, engajamento com participação ativa, análise dos resultados, reflexão e ajustes pedagógicos, trabalho em equipe para a troca de experiências e atribuição de responsabilidades,

sensibilização quanto ao contexto em que serão aplicadas estas avaliações, e seu uso formativo e não apenas como mecanismo de classificação ou diagnóstico definitivo.

Este entendimento dos professores deve ocorrer de modo construtivo, reflexivo e voltado para a melhoria contínua do ensino, beneficiando tanto o desenvolvimento dos alunos quanto a enriquecimento das práticas pedagógicas.

Com o objetivo de compreender a concepção dos professores da escola sobre a avaliação externa somativa, assim como a importância dispensada a esta política de avaliação para a qualidade da educação mineira, observaremos na tabela 9, qual é a visão dos professores da Escola Estadual Joel Mares acerca das avaliações externas somativas e a importância que é dada, por esses profissionais, à participação no processo como um todo. Neste contexto, será investigado também, como transcorre a apresentação dessas informações pelas equipes gestora e pedagógica para os professores da instituição de ensino.

Tabela 9 – A percepção dos docentes da Escola Estadual Joel Mares sobre as avaliações externas somativas

Assertivas	Grau de Concordância			
	1 – Concordo	2 - Mais concordo que discordo	3 - Mais discordo que concordo	4 - Discordo
1. Compreendo os objetivos da avaliação externa somativa (SIMAVE/PROEB).	4	3	1	0
2. Há uma apresentação anual realizada pela gestão escolar e pedagógica dos resultados da avaliação externa somativa (SIMAVE/PROEB).	8	0	0	0
3. Dou importância ao Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), participando ativamente de todo o processo desde a aplicação até a utilização dos resultados averiguados.	5	1	2	0

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

As respostas das assertivas permitem compreender, pela colocação unânime dos professores, que anualmente, a gestão escolar e pedagógica aborda a política da

avaliação externa somativa. Diante do exposto, podemos perceber que metade dos professores que responderam ao questionário concordam que compreendem os objetivos desta avaliação em larga escala o seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

Dentre os respondentes deste primeiro bloco de itens, há de se considerar que os elementos que compõem essa política estão claros entre eles. O grau de concordância reflete a percepção e a relevância atribuída pelos professores ao processo da avaliação externa somativa. É importante questionar quais poderiam ser os possíveis obstáculos que ainda possam existir para o envolvimento amplo dessa política pública de avaliações sistemáticas. No item três desse bloco, trata-se da importância dada pelos docentes ao Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), participando ativamente de todo o processo desde a aplicação até a utilização dos resultados averiguados. Nas respostas que foram dadas, cinco professores concordam com esta assertiva, enquanto um mais concorda que discorda e dois mais discordam que concordam. Nota-se que na E. E. Joel Mares, existem docentes que não concordam plenamente com a importância das avaliações sistêmicas para o processo educacional.

Na subseção seguinte, analisaremos a compreensão das matrizes da avaliação externa somativa para a elaboração do currículo e reflexão das práticas pedagógicas.

3.3.2 Compreensão das matrizes da Avaliação Externa Somativa

No desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, é esperado, primeiramente, que o professor esteja ciente dos objetivos a serem atingidos no seu planejamento pedagógico. Neste sentido de apropriação de dados, o profissional da área de educação precisa estabelecer metas de resultados que deverão ser alcançadas por seus alunos.

Deduzimos através das respostas dadas sobre as assertivas do questionário, que os professores compreendem que a qualidade da educação pública é monitorada por meio das avaliações externas, porém eles necessitam utilizar os seus resultados, como uma ferramenta essencial para guiar a construção do currículo e para avaliar, de maneira reflexiva, sobre a utilização de práticas pedagógicas.

Com base nesse pressuposto e observando o posicionamento dos professores em relação às afirmativas apresentadas no próximo bloco, analisaremos em sequência a tabela 10, que apresenta o grau de concordância quanto à compreensão e à utilização das matrizes de referência em língua portuguesa da avaliação externa somativa. Também é realizada a observação quanto à prática de definição dos conteúdos, habilidades, competências e critérios da avaliação sistêmica em conformidade com as competências previstas no documento elaborado pela Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), que orienta o trabalho pedagógico nas escolas da rede estadual de ensino. O Currículo de Referência de Minas Gerais – CRMG estabelece as diretrizes e conteúdos essenciais que devem ser ensinados nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, garantindo a equidade e a qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas estaduais.

Tabela 10 – Compreensão das matrizes de referência da avaliação externa somativa e a sua utilização no planejamento pedagógico dos professores

Assertivas	Grau de Concordância			
	1 - Concordo	2 - Mais concordo que discordo	3 - Mais discordo que concordo	4 - Discordo
4. Tenho conhecimento sobre as matrizes de referência da avaliação externa somativa.	4	2	2	0
5. As matrizes de referência em língua portuguesa, das avaliações externas somativas estão inseridas no meu planejamento anual em consonância com o Currículo de Referência de Minas Gerais – CRMG.	4	2	2	0

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Observando o grau de concordância da tabela acima, metade dos educadores asseguram conhecer as matrizes de referência das avaliações externas somativas. Entretanto, um quarto dos professores de Língua Portuguesa que participaram da

pesquisa, discordam mais que concordam sobre a compreensão destas matrizes e na inserção no planejamento pedagógico anual.

Por meio das respostas categorizadas na tabela 10, os professores mostram-se divididos quanto à compreensão e utilização das matrizes de referência para nortear as práticas pedagógicas, em virtude da necessidade de consolidar e abordar as matrizes de referência no currículo e nas ações pedagógicas, através das informações obtidas nas avaliações externas somativas, levantando pontos a serem analisados no cotidiano escolar.

Analisaremos, na próxima subseção, o processo de apropriação dos dados educacionais apresentados nos boletins divulgados pelo SIMAVE, em consonância com o entendimento por parte dos docentes da Escola Estadual Joel Mares, e de acordo com a política da avaliação externa somativa.

3.3.3 Apropriação dos resultados apresentados pela Avaliação Externa Somativa

Ao longo desta pesquisa, destacamos a importância em se usar os resultados obtidos pela instituição escolar na avaliação externa somativa, especificamente na disciplina de língua portuguesa. Estes dados funcionarão como um diagnóstico da realidade do ensino-aprendizagem e poderão ser utilizados como base para o direcionamento e orientação das práticas e estratégias pedagógicas adotadas pelos professores e especialistas, já que podemos concluir que as informações contidas nestes resultados indicam os entraves identificados pela escola e por cada estudante avaliado. Contudo, dados apresentados, quando apropriados e utilizados de forma isolada, perdem o propósito quando os itens mensurados não são abordados pelos professores de maneira correta, causando problemas no processo de aquisição do conhecimento por parte dos estudantes.

Nesse sentido, na tabela 11, exibiremos o grau de concordância dos educadores participantes nesta pesquisa, quanto à assimilação e a apropriação dos resultados das avaliações do SIMAVE.

As assertivas que serão apresentadas aos professores escolhidos para participar da pesquisa, estarão relacionadas com a divulgação e discursão dos resultados pelas equipes gestora e pedagógica, juntamente com todos os docentes da escola. Também será verificada a compreensão dos educadores sobre os conceitos de avaliação sistêmica, níveis de proficiência, descritores de aprendizagem

e habilidades a serem desenvolvidas. Buscaremos compreender por meio dos itens que compuseram esta seção do questionário, como é construído o planejamento pedagógico destes profissionais e as possíveis mudanças que possam acontecer, de acordo com as necessidades de adequação em relação aos resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem.

Tabela 11 – Apropriação dos resultados apresentados pela Avaliação Externa somativa e divulgados nos boletins do SIMAVE

Assertivas	Grau de Concordância			
	1 - Concordo	2 - Mais concordo que discordo	3 - Mais discordo que concordo	4 - Discordo
6. Os resultados mensurados nas avaliações externas somativas são analisados e debatidos pelas equipes gestora e pedagógica juntamente com os professores.	6	2	0	0
7. Compreendo as informações relacionadas aos níveis de proficiência da aprendizagem em língua portuguesa e direciono o meu planejamento para atender às habilidades não desenvolvidas pelos alunos.	6	2	0	0
8. O planejamento pedagógico teve que sofrer mudanças para adequar às necessidades de aprendizagem dos estudantes, de acordo com os resultados das avaliações externas somativas.	7	1	0	0

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Os dados expressos na tabela 11 retratam que 75% dos docentes em Língua Portuguesa consideram que compreendem as informações apresentadas nos boletins do SIMAVE, de acordo com o resultado dos estudantes nas avaliações externas somativas. As respostas dadas nas questões, mostram que há o conhecimento pela maioria dos respondentes, dos componentes que integram a avaliação externa somativa, assim como o nível de proficiência da aprendizagem em que se posicionam os estudantes, porém, 25% dos participantes da pesquisa, consideram que

concordam mais que discordam na interpretação desses dados educacionais. Entre os profissionais que responderam ao questionário, 87,5% concordam que o planejamento pedagógico teve que sofrer mudanças para adequar as necessidades de aprendizagem dos estudantes, de acordo com os resultados das avaliações em larga escala.

Na sequência, abordaremos as estratégias e as práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais da escola para reestruturar o currículo e organizar o planejamento de ensino.

3.3.4 Práticas e estratégias curriculares para o trabalho pedagógico

Neste momento, passamos a investigar como os professores de Língua Portuguesa da Escola Estadual Joel Mares utilizam as informações oferecidas pela Avaliação Externa Somativa para aperfeiçoarem o processo de ensino. Divulgaremos o resultado desse tópico da pesquisa na tabela 12 subsequente:

Tabela12 – Práticas e estratégias curriculares para o desenvolvimento do trabalho pedagógico

Assertivas	Grau de Concordância			
	1 – Concordo	2 - Mais concordo que discordo	3 - Mais discordo que concordo	4 - Discordo
9. Os dados das avaliações externas somativas são apropriados, promovendo mudanças na prática e nas estratégias de intervenção pedagógica.	3	5	0	0
10. O currículo é desenvolvido através do trabalho colaborativo.	2	2	2	2
11. É feito o planejamento interdisciplinar durante o ano letivo para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e ações do cotidiano escolar.	3	2	3	0
12. Existe a necessidade de alinhar a estrutura das avaliações internas com as externas para que os alunos familiarizem-se com esse tipo de avaliação.	5	3	0	0

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Diante das informações dispostas na tabela 12, podemos perceber que 62,5% dos professores envolvidos na pesquisa reconhecem a importância de que alinhar as avaliações institucionais com as externas por ser uma estratégia para preparar os estudantes para responder questões contextualizadas, alcançando melhores desempenhos nas avaliações externas somativas.

Os enfoques abordados no levantamento de informações da pesquisa registram que 37,5% dos respondentes do questionário consideram que os docentes da escola compreendem a necessidade de desenvolver o currículo interdisciplinarmente, e baseando-se nele, abordar as matrizes de referência das avaliações externas somativas. Entretanto, 62,5% dos respondentes não concordam plenamente que o currículo é desenvolvido através do trabalho colaborativo entre as disciplinas na realização de projetos pedagógicos.

Tendo em vista o principal fundamento do desenvolvimento de ações coletivas no planejamento estratégico e pedagógico, damos continuidade ao estudo, abordaremos na próxima subseção, o tópico de como é realizada a apresentação dos resultados da Avaliação Externa Somativa e a relação com a responsabilização da comunidade escolar, sob a ótica dos profissionais que participaram da pesquisa.

3.3.5 Apresentação dos resultados da Avaliação Externa Somativa e a responsabilização da comunidade escolar

A busca pela qualidade na educação é uma tarefa árdua para aqueles que visam o desenvolvimento do trabalho coletivo. Estas ações colaborativas demandam maior responsabilização entre todos os profissionais ao direcionar a gestão compartilhada de resultados. Nessa perspectiva, os objetivos da apropriação de dados que orientam a prática do planejamento pedagógico e o estabelecimento de metas a serem alcançadas no processo educacional de ensino-aprendizagem precisam ser responsabilizados por toda comunidade escolar. Nesse contexto, analisaremos a tabela 13 que é composta por assertivas direcionadas para a forma que acontece a apresentação dos resultados para a comunidade escolar, bem como o processo de responsabilização, sob a perspectiva dos professores participantes da pesquisa.

Tabela13 – Apresentação dos resultados da avaliação externa somativa e a responsabilização da comunidade escolar

Assertivas	Grau de Concordância			
	1 – Concordo	2 - Mais concordo que discordo	3 - Mais discordo que concordo	4 - Discordo
13. Os professores de Língua Portuguesa são os maiores responsabilizados no processo de apropriação de dados educacionais, sendo direcionadas para estes o desenvolvimento de ações de intervenção pedagógica.	8	0	0	0
14. Há a responsabilização estudantil pela participação e compromisso no desenvolvimento das habilidades previstas na avaliação externa somativa.	6	2	0	0
15. O resultado da avaliação externa somativa é divulgado para os pais ou responsáveis da comunidade escolar.	3	1	0	4
16. A análise e a apropriação dos resultados dos PROEB/SIMAVE pelos professores, especialistas e direção têm contribuído para melhorar o desempenho dos estudantes.	2	4	2	0

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Os resultados das avaliações externas somativas devem ser amplamente divulgados e compreendidos por toda a comunidade escolar, por ser um meio para melhorar continuamente a educação, desde que seus resultados sejam bem utilizados por todos os envolvidos na escola.

Neste contexto, de acordo com as respostas obtidas dos professores, nesta etapa da pesquisa, podemos concluir que apesar de ocorrer o processo de divulgação e conscientização da comunidade escolar pelas equipes gestora e pedagógica, em relação a sua importância, ainda existem muitos obstáculos a serem superados na apropriação de resultados educacionais no contexto escolar.

Em resposta ao questionário aplicado, 75% dos professores participantes da pesquisa concordaram que existe a responsabilização de todos os profissionais neste processo de divulgação. Embasamos os nossos estudos sobre a abordagem de responsabilização coletiva na compreensão apresentada por Neto (2010):

Entendo como responsabilização, um processo em que ao mesmo tempo que se identificam as causas e os resultados dos problemas existentes nos processos educacionais, buscam-se alternativas que levem a encontrar soluções que possam modificar as situações problemáticas. (Neto, 2010, p.98)

De acordo com as observações expostas por Neto (2010), consideramos a sensibilização dos alunos quanto à necessidade da participação e do engajamento na avaliação externa somativa, e a necessidade de utilizar estratégias onde os estudantes possam atuar, desenvolvendo sua parcela de responsabilização neste processo.

Analizando a assertiva, quanto à apresentação dos resultados para os pais e/ou responsáveis em reunião, e responsabilizando-os também pelo processo de aquisição do conhecimento, metade dos professores que responderam ao questionário discordam que de fato aconteça. Nesse contexto, nos deparamos com mais uma hipótese de possível entrave para o desenvolvimento da aprendizagem, haja visto a necessidade de apropriação destes dados, aqui entendido como momento de preparação de intervenções pedagógicas, visto que o sucesso dessas ações, dependerá da capacidade de desenvolver as habilidades necessárias com eficácia, através de um trabalho coletivo realizado por todos os profissionais da escola.

Na sequência, realizaremos a apreciação das respostas concedidas pelos profissionais das equipes gestora e pedagógica, de acordo com a entrevista realizada nesta pesquisa.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM AS EQUIPES GESTORA E PEDAGÓGICA

As análises que serão explanadas nesta subseção estão de acordo com os três blocos pré-definidos no questionário aplicado aos 07 servidores da escola que fazem parte da equipe gestora e pedagógica. Observaremos o perfil pessoal e profissional dos entrevistados, serão enfatizadas as suas percepções sobre apropriação e uso dos dados das avaliações em larga escala e também será evidenciada a apropriação e uso dos dados da Avaliação Externa Somativa pelos principais atores da Escola Estadual Joel Mares. Com o propósito de manter preservada a identidade dos respondentes, os servidores foram denominados de EGP1, EGP2, EGP3, EGP4, EGP5, EGP6 e EGP7.

Analisaremos no quadro 3, as perguntas referentes ao primeiro bloco do questionário, observando o perfil pessoal e profissional dos entrevistados e nas subseções seguintes os blocos das questões referentes aos eixos de percepção sobre apropriação dos dados educacionais, a utilização dos resultados da Avaliação Externa Somativa, pelas equipes gestora e pedagógica.

Quadro 3 – BLOCO I – Perguntas sobre o Perfil Pessoal e Profissional

1. Qual sua formação acadêmica?	
EGP1	Licenciatura em Pedagogia
EGP2	Licenciatura em Química
EGP3	Pós graduação em Matemática Superior
EGP4	Licenciatura em Letras: Português / Inglês
EGP5	Pedagogia
EGP6	Graduada em Pedagogia e pós graduada em inspeção escolar e gestão escolar
EGP7	Pedagogia com especialização em Educação Especial
2. Há quanto tempo o (a) sr. (a) trabalha na área da educação?	
EGP1	33 anos
EGP2	33 anos
EGP3	30 anos
EGP4	12 anos
EGP5	23 anos
EGP6	25 anos
EGP7	10 anos
3. Há quanto tempo o (a) sr. (a) exerce uma função na equipe gestora e pedagógica?	
EGP1	12 anos
EGP2	12 anos
EGP3	3 anos
EGP4	2 anos
EGP5	8 anos
EGP6	7 anos
EGP7	6 anos

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Quanto ao perfil profissional dos entrevistados, eles possuem nível superior, com habilitação para a disciplina ou função de atuação. Dos membros da equipe gestora e pedagógica, todos são lotados na instituição investigada. Quatro são servidores efetivos da rede estadual de ensino, no cargo de Especialista da Educação Básica (E.E.B – Supervisor Escolar) e três são efetivos no cargo de Professor da Educação Básica (PEB).

Dos entrevistados, três exercem a função há mais de 30 anos na área da educação, dois trabalham há mais de 20 anos e os outros dois há mais de 10 anos como servidores em instituições escolares. Ou seja, os entrevistados já possuem uma

vasta experiência na área educacional. Os membros mais antigos da equipe gestora e pedagógica estão atuando nas funções há mais de 12 anos nesta escola em análise, seguidos por outros três que possuem entre 6 e 8 anos de trabalho efetivo, e os mais novos que ingressaram na equipe pedagógica ou gestora possuem entre 2 e 3 anos de atuação.

A seguir, trataremos no quadro 4, sobre as perguntas que envolvem o eixo: Percepção e compreensão sobre apropriação e uso dos dados das Avaliações em Larga Escala, compreendendo as concepções dos entrevistados, quanto a função, o letramento das nomenclaturas utilizadas nos boletins divulgados pelo SIMAVE, e como estas informações são utilizadas na rotina escolar como mecanismos para facilitar o trabalho pedagógico, em busca de melhores resultados da aprendizagem em Língua Portuguesa, pelos profissionais docentes da Escola Estadual Joel Mares.

Quadro 4 – Bloco II - Perguntas sobre o eixo: Percepção sobre apropriação e uso dos dados das Avaliações em Larga Escala

4. Na sua opinião qual é o papel das avaliações em larga escala?	
EGP1	Penso que o papel é de subsidiar o trabalho do professor para que o mesmo aproprie dos resultados para fazer as intervenções necessária para melhorar a aprendizagem dos alunos.
EGP2	Traçar melhorias no processo de ensino.
EGP3	A avaliação fornece dados reais compatíveis com a realidade da escola. Este tipo de instrumento, apresenta um raio X do problema o que propicia uma boa reflexão sobre os resultados e aponta caminhos a ser trilhado.
EGP4	Contribuir para elaboração de intervenções pedagógicas.
EGP5	Para avaliar as políticas públicas educacionais desenvolvidas e para auxiliar na construção de propostas que contribuam no processo de ensino e aprendizagem.
EGP6	Avaliar o processo de ensino aprendizagem.
EGP7	Ajudar a equipe gestora e os docentes reorganizar o planejamento de ensino.
5. Quanto à interpretação das avaliações em larga escala, referentes às nomenclaturas, como matriz de referência, itens, descritores, habilidades, proficiência média, padrão de desempenho, desvio padrão, participação, gráficos, tabelas, etc., a escola recebe algum tipo de orientação ou formação para esta finalidade?	
EGP1	A nossa SRE/Almenara tem uma equipe que capacita gestores e equipe pedagógica, que repassa essas orientações nas formações continuadas.
EGP2	Sim.
EGP3	Sim.
EGP4	Sim.
EGP5	Sim. A SRE por meio de reuniões de capacitação orienta como interpretar os resultados, bem como repensar na prática educativa.
EGP6	Sim.
EGP7	Sim.
6. O (a) sr. (a) tem conhecimentos sobre bancos de dados educacionais que possam ser utilizados para acompanhamento e controle pedagógico dos alunos na Escola Estadual Joel Mares?	
EGP1	Sim.

EGP2	Sim.
EGP3	Sim.
EGP4	Sim.
EGP5	Na minha função, acompanho de perto todas as ferramentas que possam subsidiar o trabalho na nossa escola.
EGP6	Sim.
EGP7	Sim.
7. A equipe gestora e pedagógica, em parceria com os professores têm utilizado as informações dos bancos de dados para dinamizar o trabalho pedagógico, em busca de melhores resultados da aprendizagem em Língua Portuguesa?	
EGP1	Sim.
EGP2	Não. Isto não acontece.
EGP3	Sim.
EGP4	Sim.
EGP5	Temos uma equipe focada em melhorar a aprendizagem dos alunos e os índices de aproveitamento, utilizam o banco de dados de forma sistemática.
EGP6	Não. Nem todos os professores utilizam dessas informações.
EGP7	Não. A cobrança é maior para que os professores de Língua Portuguesa utilizem estes resultados nas ações de intervenção.

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Falando um pouco sobre as políticas de apropriação e uso de dados adotadas pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, os profissionais das equipes gestora e pedagógica da Escola Estadual Joel Mares, compreendem, de modo geral, a função das Avaliações em Larga Escala, todos eles entendem que a avaliação externa é uma ferramenta para elaboração do planejamento pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. Todos os entrevistados alegam receber orientações e formações quanto à interpretação das avaliações em larga escala, referentes às nomenclaturas, como matriz de referência, itens, descritores, habilidades, proficiência média, padrão de desempenho, desvio padrão, participação, gráficos, tabelas, etc., e consequentemente, todos possuem conhecimentos sobre os bancos de dados educacionais que podem ser utilizados para acompanhamento e controle pedagógico dos alunos, no nível de proficiência em que se encontram e quais as habilidades ainda não foram consolidadas. Porém, as respostas dos entrevistados divergem quando se trata da utilização das informações dos bancos de dados para dinamizar o trabalho pedagógico pela equipe gestora e pedagógica em parceria com todos os professores da escola, em busca de melhores resultados da aprendizagem em Língua Portuguesa.

Logo após, no quadro 5, observaremos as respostas pertencente ao eixo apropriação e uso dos dados da Avaliação Externa Somativa pelos principais atores da Escola Estadual Joel Mares.

Quadro 5 – Bloco III – Perguntas sobre o Eixo: Apropriação e uso dos dados da Avaliação Externa Somativa pelos principais atores da E.E.J.M

8. De que forma os resultados obtidos nas avaliações do PROEB, na sua escola, são compartilhados com os alunos, pais ou responsáveis pelos alunos?	
EGP1	Temos reuniões bimestrais, estes são momentos para apresentar a comunidade os nossos resultados e utilizamos também as mídias.
EGP2	Nas reuniões bimestrais com a comunidade escolar.
EGP3	Com os alunos, por meio de visitas agendadas as salas e rodas de conversa. Aos pais são repassados por meio de reuniões pedagógicas.
EGP4	Nas reuniões com os pais e ou responsáveis, porém a frequência desses membros da comunidade escolar é muito baixa. Poucos pais participam dessas reuniões. Os alunos com maiores dificuldades não têm o suporte da família.
EGP5	Os diretores e supervisores fazem reunião para mostrar os resultados e os professores repassam para os alunos.
EGP6	Em reuniões de entrega de resultados.
EGP7	Através das reuniões de pais, e depois o supervisor apresenta para os grupos de alunos, desde que maior de idade.
9. A escola faz uso de práticas interdisciplinares no desenvolvimento de intervenções pedagógicas da aprendizagem na área de Língua Portuguesa?	
EGP1	Todo trabalho na nossa escola é feito de forma interdisciplinar onde as áreas conversam.
EGP2	Sim.
EGP3	Sim. Através de projetos.
EGP4	Sim.
EGP5	Sim.
EGP6	Sim.
EGP7	Sim.
10. De modo geral, como é feito o processo de apropriação dos dados na escola?	
EGP1	Os supervisores fazem reunião por área e os professores elaboram propostas de intervenção Pedagógica.
EGP2	Através de reuniões com os professores.
EGP3	Primeiro a equipe pedagógica realiza estudos dos resultados e prepara materiais para apresentação aos professores. Depois, acontece uma reunião pedagógica com os professores para análise, reflexão e criação de estratégias para intervir pedagogicamente.
EGP4	A direção, juntamente com as supervisoras apresentam os dados em reunião.
EGP5	Temos vários meios, mas o principal acesso é através do painel de dados apresentados aos professores em reunião.
EGP6	Através da análise dos resultados
EGP7	Os resultados são analisados por grupos de professores da mesma área com o suporte do supervisor escolar.
11. O uso dos dados das avaliações externas somativas, pelos professores, especialistas e direção, tem favorecido o aprimoramento da aprendizagem dos alunos?"	
EGP1	Sim. Tem se buscado novas estratégias para que os alunos alcance melhores resultados.
EGP2	Sim.

EGP3	Sim.
EGP4	Sim.
EGP5	Temos melhorado de forma significativa
EGP6	Sim.
EGP7	Sim.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No bloco III, foram feitas perguntas sobre o eixo apropriação e uso dos dados da avaliação externa somativa pelos principais atores da Escola Estadual Joel Mares. Primeiramente, procuramos entender de que forma os resultados obtidos nas avaliações desenvolvidas pelo SIMAVE, são compartilhados com os alunos, pais ou responsáveis. Todos os servidores responderam que os resultados são apresentados aos pais ou responsáveis nas reuniões bimestrais que ocorrem durante o ano letivo. O entrevistado EGP4 salientou que a frequência desses membros da comunidade escolar é muito baixa e que poucos pais participam dessas reuniões, sendo que os alunos com maiores dificuldades não têm o suporte da família. O entrevistado EGP5 diz que os dados são repassados aos alunos pelos professores, enquanto o servidor EGP7 alega que o supervisor apresenta para grupos de alunos, desde que maiores de idade.

Todos os servidores alegam que a escola faz uso de práticas interdisciplinares no desenvolvimento de intervenções pedagógicas da aprendizagem na área de Língua Portuguesa. Durante a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), vimos que está previsto dentre os projetos a serem realizados por todos o corpo docente e discente, atividades como: paradas de leitura, blitz literária, piquenique literário, grupos de leituras, feira literária, dentre outras ações.

Quando é feita a pergunta como ocorre o processo de apropriação dos resultados na escola, todos participantes da pesquisa alegam que os dados são apresentados aos professores através da análise das informações contidas nos boletins do SIMAVE. Mas como os profissionais envolvidos utilizam estes dados para planejar ações que irão intervir nas dificuldades dos alunos não fica esclarecido nas respostas dadas pelos respondentes do questionário.

A última pergunta feita aos entrevistados, aborda se a análise e a apropriação dos resultados das avaliações externas somativas feita pelos professores, especialistas e direção têm contribuído para melhorar o desempenho dos estudantes.

Todos os membros da equipe gestora e pedagógica alegaram que sim, porém ao analisarmos os resultados disponibilizados pelos boletins do SIMAVE, observamos que as respostas dadas não condizem com a realidade. Há algum tempo os alunos se encontram no mesmo nível de aprendizagem de modo geral. Não ocorreram nos últimos anos aumentos significativos na média da proficiência em Língua Portuguesa, porém os resultados não estão muito diferentes da média da rede estadual de ensino.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS INVESTIGADOS

Esta pesquisa tem como finalidade entender como o diagnóstico produzido pela Avaliação Externa Somativa é utilizada pela equipe gestora e pedagógica, juntamente com os professores da Escola Estadual Joel Mares e apresentar ações que contribuam para melhorar o nível de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa, nas avaliações externas somativas.

A verificação nos levou a perceber a possibilidade de haver obstáculos que contribuam para a utilização da política da avaliação em larga escala por toda a comunidades escolar.

Sousa (2014, p. 412) reforça em sua obra “a restrição da concepção de avaliação da aprendizagem à medida de desempenho do aluno tende a ter acolhimento no contexto escolar”. Sob esta concepção da autora, observamos as dificuldades encontradas nos caminhos e nas estratégias utilizados pela Escola Estadual Joel Mares para o desenvolvimento da aprendizagem. A utilização destes dados educacionais, frente ao direcionamento e organização das equipes gestora e pedagógica, a participação no trabalho colaborativo dos professores, o comprometimento para a realização do processo de aprendizagem pelos estudantes, e o engajamento e responsabilização das famílias, não ocorre de maneira eficaz, uma vez que não há o reflexo dessas ações do planejamento pedagógico no processo de ensino e aprendizagem.

Percebemos a existência de lacunas comprovadas no processo de aprendizagem da instituição de ensino, confirmadas pela inexistência de ações precisas e efetivas, que não são desenvolvidas e realizadas coletivamente no planejamento pedagógico, impossibilitando a escola de atingir as metas pré-estabelecidas na educação. Considerando os desafios mencionados e que envolvem a apropriação dos dados educacionais através do trabalho colaborativo, observamos

importância em implementar novas ações pedagógicas para orientar os docentes e responsabilizar os demais envolvidos no processo de aquisição de conhecimento, através da utilização desses resultados para monitorar e medir o desenvolvimento da educação pública.

Observamos os estudos de Neto (2010, p. 94), que considera a necessidade de ferramentas de mensuração da qualidade da educação:

Para a definição de políticas públicas é importante que a qualidade possa ter características tais que permitam que ela possa ser mensurada. Caso contrário, haveria um total descompasso entre os formuladores, os executores e os beneficiários dessa política, já que não haveria uma referência comum que permitisse tanto a sua execução como a sua avaliação. (Neto, 2014)

Constatamos ainda que, apesar dos professores conhecerem os objetivos, as matrizes de referência e os boletins de resultados da Avaliação Externa Somativa, não é suficiente para alavancar os índices de aprendizagem esperados, talvez podemos questionar essa complexidade por ainda existir entraves em ao vincular as habilidades previstas na matriz de referência às competências e habilidades do Currículo de Referência de Minas Gerais – CRMG, dificultando a aquisição de melhores níveis de aprendizagem. Estes fatores podem conduzir para que as ações ocorram de formas individualistas e fragmentadas, uma vez que não há a incorporação e a relação dinâmica da matriz de referência da avaliação externa somativa em Língua Portuguesa, com o currículo estabelecido para a escola, refletindo positivamente nos resultados alcançados pelos estudantes.

Nesse sentido, a concepção observada é que o objetivo pedagógico e curricular ocorre de modo restrito no processo de ensino e aprendizagem. A escola desenvolve projetos ou ações cotidianas de intervenção pedagógica, porém não são utilizados corretamente, e não acontece o direcionamento dos conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula com as orientações da avaliação externa somativa, uma vez que os resultados não são satisfatórios.

A abordagem de utilizar as avaliações sistêmicas para reorganizar o processo de ensino-aprendizagem, ainda deve ser concepção que precisa ser incorporado por alguns docentes, que podem estar se limitando ao compromisso isolado da disciplina de Língua Portuguesa e evidenciam a carência de estratégias pedagógicas diversificadas e ajustadas à percepção das desigualdades educacionais.

Logo, podemos supor que falta reflexão e responsabilidade coletiva sobre a verdadeira finalidade da política educacional da avaliação externa somativa.

Consideramos neste capítulo apresentado, as observações acerca da apropriação dos dados da avaliação externa somativa, no conteúdo de língua portuguesa, no qual os estudantes do 9º ano de Ensino Fundamental II são avaliados.

Constatamos a existência de falhas pedagógicas na utilização desses resultados, principalmente através de ações desassociadas ao currículo e as matrizes de referência das avaliações sistêmicas. A política de responsabilização dentro da escola não acontece da maneira correta, através incentivo ao trabalho interdisciplinar e colaborativo dos profissionais da área pedagógica. A equipe gestora não desempenha de forma atuante e determinada, o direcionamento das mudanças pedagógicas necessárias dentro da realidade apontada nos resultados das avaliações divulgados.

Observamos a urgência de serem desenvolvidas novas práticas e estratégias pedagógicas, através de uma gestão de resultados bem definida e concisa, envolvendo e responsabilizando toda a comunidade escolar, para que possa alcançar melhorias no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, de acordo com os resultados apresentados pelo monitoramento realizado pelas avaliações externas somativas.

Apresentamos no próximo capítulo, o Plano de Ação Educacional – PAE, que foi desenvolvido de acordo com contexto apresentado pela Escola Estadual Joel Mares, em relação a apropriação de dados das avaliações externas somativas. Seu principal objetivo é nortear as ações que precisam ser desenvolvidas pelos docentes, juntamente com as equipes gestora e pedagógica para melhorar as condições da qualidade da educação oferecida por este estabelecimento público de ensino.

Entendemos como necessário motivar todos os professores para se responsabilizarem pelo desenvolvimento das habilidades em Língua Portuguesa, visando a reflexão individual e coletiva sobre a prática pedagógica que deve ser implementada no planejamento escolar. Assim, é viável fomentar o trabalho em equipe e adaptar o planejamento curricular para abordar as habilidades e competências não consolidadas, conforme a análise dos resultados das avaliações externas somativas, que são divulgados nos relatórios publicados pelo SIMAVE.

Portanto, o Plano de Ação Educacional – PAE é uma sugestão para a escola possa desenvolver condições propícias para conquistar melhores resultados nas

avaliações em larga escala, avançando para a direita nos gráficos da curva de proficiência da aprendizagem.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

Ao longo desta pesquisa, analisamos como a Escola Estadual Joel Mares está se apropriando dos dados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE/PROEB) na disciplina de Língua Portuguesa, através da avaliação externa somativa, a fim de promover estratégias educacionais que possibilitem melhorias contínuas da educação, sem perder o foco nas metas, tendo em vista o baixo desempenho apresentado no conteúdo curricular observado, no período de investigação. Analisou, também, as percepções dos principais atores da escola que atuam no campo das avaliações, ou seja, a equipe gestora e pedagógica, juntamente com os professores que lecionam a disciplina analisada na Avaliação Externa Somativa.

Durante as análises, pudemos observar que a Escola Estadual Joel Mares faz a apropriação e o uso dos dados gerenciados pelo SIMAVE. Porém, ficou também em evidência que a escola apresenta alguns desafios que necessitam de superação ou de melhorias, ou seja, a escola expôs uma cultura frágil no trabalho de letramento e na apropriação dos termos e nomenclaturas; uma vulnerável tarefa de apresentação e divulgação dos resultados, sobretudo com as famílias; e uma limitada exploração dos dados existentes; atuação/participação com pouco envolvimento da comunidade escolar; instável comprometimento da família; foco nos resultados e não nos processos; uso restrito do tempo para o planejamento pedagógico; ações muito vagas ou pontuais de trabalho compartilhado e colaborativo, além da ausência de um projeto de intervenção forte, pautado em avanços contínuos da aprendizagem. Esses pontos destacados são embasados no diagnóstico realizado pelas avaliações em larga escala, com foco na avaliação externa somativa, especificadamente no conteúdo de língua portuguesa.

Neste capítulo, apresenta-se a proposta de um Plano de Ação Educacional – PAE, visando adotar medidas para ultrapassar os desafios na interpretação das avaliações externas somativas, auxiliando, dessa forma, para maior clareza dos propósitos estabelecidos por todos os profissionais da escola, favorecendo assim, a implementação de atividade coletivas e o aprimoramento dos atendimentos prestados no âmbito educacional.

Este Plano de Ação Educacional é composto por estratégias que descrevem as ações específicas sugeridas, para que se possa atingir os objetivos educacionais

definidos, com a finalidade de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e solucionar problemas identificados no contexto escolar. Ele serve como uma ferramenta de orientação para a implementação de mudanças ou melhorias na prática educacional, alinhado com as metas e necessidades da escola em análise.

A construção do PAE proposto para a Escola Estadual Joel Mares, aconteceu através de etapas na sua elaboração. Após ter definido qual seria o estudo de caso, a pesquisadora fez um diagnóstico da escola, identificando os problemas enfrentados, que foram comprovados através da investigação em busca de evidências. Em seguida, definiu-se os objetivos a serem alcançados, ao colocar em prática o plano. Tendo estas duas primeiras etapas prontas, foram traçadas as ações que serão conduzidas para o seu desenvolvimento. Indicou-se a pessoa que será responsável pela implementação e a sua operacionalização, neste caso, a própria pesquisadora que desenvolveu este trabalho. Assim, foi estabelecido um cronograma com prazos para a realização das atividades propostas. Com todas estas etapas já consolidadas, já é possível colocar em prática o PAE. Com a sua execução em andamento, inicia-se as etapas de monitoramento e avaliação, onde são feitos o acompanhamento e a mensuração das mudanças estratégicas em relação as metas estabelecidas, podendo até mesmo ocorrer alterações, para adequar melhor o PAE com a realidade da escola.

De acordo com o PAE sugerido neste trabalho de estudo de caso, pretende-se implementar novas estratégias de apropriação dos resultados divulgados pelo SIMAVE, na Escola Estadual Joel Mares, provocando, nos professores e demais profissionais das equipes gestora e pedagógica, uma análise de seus comportamentos e uma nova percepção sobre as diretrizes da avaliação externa somativa, compreendendo-a como uma importante ferramenta para estabelecer mudanças metodológicas na referida escola.

Nesse contexto, o Plano de Ação Educacional tem como objetivo assegurar que os índices alcançados na avaliação externa somativa, sejam elementos cruciais na construção de táticas educacionais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem na escola.

Com isso, procuramos entender que os propósitos da avaliação externa somativa não se resumem apenas na apresentação de dados estatísticos, eles são focados no gerenciamento educacional da instituição de ensino, colaborando, dessa forma, para as intervenções na elaboração de estratégias educacionais no planejamento de ensino. Para a criação e aplicação do PAE, é preciso levar em conta

as medidas que serão adotadas para as soluções diante à dificuldade observada. Nesse sentido, as iniciativas devem ser implementadas no âmbito acadêmico. Assim, o diretor tem um papel essencial nesse desafio, para, ao lado de sua equipe de profissionais, criar um ambiente reflexivo e de criação de saberes através do esforço coletivo, a fim de reforçar a avaliação externa somativa através da revalorização de sua função na análise dos seus dados. A seguir, serão detalhadas as etapas de execução do Plano de Ação Educacional (PAE) na Escola Estadual Joel Mares.

4.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE

Esta seção tem como objetivo detalhar as etapas de execução do Plano de Ação Educacional – PAE na instituição pesquisada. O PAE aqui apresentado, visa, inicialmente, a capacitação dos professores em relação aos componentes da avaliação externa somativa e assim, em seguida, implementar ações mais eficazes para abordar as habilidades não consolidadas pelos alunos. Visando isso, e utilizando o PAE, vamos sugerir práticas pedagógicas de utilização de resultados, incentivando uma discussão em grupo, com foco no desempenho escolar. Em seguida, este plano busca identificar as deficiências de aprendizagem conforme as habilidades da matriz de referência, e o desenvolvimento de abordagens para progredir nos níveis de proficiências na avaliação externa somativa, com base em uma abordagem desenvolvida num ambiente de colaboração e de obrigações coletivas.

O propósito é executar ações que envolvem a aplicação da avaliação externa somativa, onde o desenvolvimento fundamenta-se na matriz de referência em língua portuguesa, especificamente do 9º ano do ensino fundamental II, com base na qual são criados tópicos, que medem o progresso da capacidade em aprender, exigindo aptidões específicas para a resolução de problemas. Desde então, utilizando os boletins do SIMAVE, criar oportunidades de reflexão sobre os indicadores de desenvolvimento, a fim de reestruturar o planejamento educacional.

Estas ações que nos referimos e trabalhamos no PAE visam, especialmente, que os relatórios provenientes da avaliação externa somativa direcionem as estratégias de ensino e as deficiências no aprendizado que necessitam de intervenção pedagógica. A finalidade do Plano de Ação Educacional consiste em sugerir medidas para aprimorar as estratégias de ensino e assegurar acesso à educação de qualidade, favorecendo o avanço dos parâmetros de aprendizagem.

Portanto, começamos com a análise das metas dessa prática avaliativa em larga escala e, em seguida, mediante a responsabilidade mútua entre todos os professores.

Consideramos que a participação familiar, no ambiente escolar, proporciona a eficiência dos resultados obtidos, e assim os dados produzidos pelas avaliações externas somativas, sejam incluídas nas estratégias pedagógicas e sirvam de estímulo para revisar o processo de ensino-aprendizagem.

As ações do PAE são simples, mas podem trazer importantes contribuições para a otimização do trabalho com os dados que a Escola Estadual Joel Mares vem desenvolvendo. A proposta de execução do PAE é para o segundo semestre de 2025 e ano subsequente, objetivando, sobretudo, propiciar momentos de reflexão acerca da tão desejada qualidade educativa e das contribuições possibilitadas a partir da avaliação externa somativa, para a promoção de políticas públicas de educação e das garantias mínimas do direito de aprender.

O PAE a ser executado tem como objetivo principal desenvolver, na comunidade escolar na qual a Escola Estadual Joel Mares está inserida, uma cultura em torno das avaliações sistêmicas, com foco em Língua Portuguesa, ancorada em evidências e orientada para a melhoria contínua da aprendizagem.

Os objetivos específicos do Pano de Ação Educacional são:

- a) Promover na Escola Estadual Joel Mares, uma cultura de letramento em avaliações, por meio de formações para todos os profissionais envolvidos no processo pedagógico do ensino e aprendizagem;
- b) Fomentar o trabalho participativo e colaborativo em torno da apropriação e uso dos dados como condição primordial para ganhos permanentes de aprendizagem em Língua Portuguesa;
- c) Dimensionar o trabalho pedagógico da escola, com base nas evidências e de forma colaborativa, para a melhoria dos processos de aprendizagem em Língua Portuguesa;
- d) Criar, na escola, uma cultura centrada em evidências e no ato de avaliar, como condição para promover a aprendizagem.

O PAE não tem a pretensão de trazer todas as soluções, mas pretende envolver toda a comunidade escolar no debate em torno dos problemas da escola, em uma perspectiva de positividade. O intuito é a de convidar cada professor a colaborar, para juntos pensarem em soluções possíveis, dentro dos limites de atuação de cada um, e na perspectiva de que a educação é direito de todos, ou seja, pensar em soluções que

garantam, a todos, o direito à aprendizagem. Esperamos que o PAE seja uma estratégia pedagógica dinâmica e que sua construção e reconstrução sejam pautadas nos aspectos reais da escola.

O PAE adota como recurso o planejamento gerencial estratégico, utilizando a ferramenta 5W2H, estruturada em torno de sete perguntas (as letras iniciais dessas perguntas, em inglês, dão nome à ferramenta), que funciona como uma espécie de *checklist*, auxiliando na tomada de decisões.

Vejamos no quadro 6, que apresenta a ferramenta 5W2H:

Quadro 6 – Ferramenta 5W2H

5W		What	O que será feito?
		Why	Por que será feito?
		Where	Onde será feito?
		When	Quando será feito?
		Who	Quem fará?
2H		How	Como será feito?
		How much	Quanto custará?

Fonte: Silva (2016).

De acordo com as definições de Silva (2016), compreendemos o conceito da ferramenta 5W2H:

A 5W2H surgiu no Japão, podemos dizer que se trata de uma ferramenta administrativa que pode ser utilizada por toda e qualquer empresa, sua análise possui a finalidade de auxiliar na elaboração de planos de ação, como uma espécie de check-list que aumenta à clareza de quem utiliza sobre suas atividades. É considerada uma das técnicas mais eficazes em relação planejamento de atividades e elaboração de projetos. Na prática, a 5W2H possui uma implementação muito simples, sendo necessário apenas a elaboração de uma tabela para discutir as principais questões que fazem parte da análise. O desenvolvimento de cada pergunta deve ter o objetivo principal de desmembrar a ideia em vários segmentos, ou seja, facilitar entendimento (Silva, 2016).

Todas as ações propostas neste plano educacional, serão embasadas no método *Data Wise* apresentado por Boudett *et al.* (2020) em seus estudos e compreendem as três categorias de “preparar, investigar e agir”, que são sugeridas neste processo de utilização dos dados educacionais para melhorar a aprendizagem dos estudantes e consequentemente a qualidade da educação pública.

O Plano de Ação Educacional propõe que nas reuniões de módulo II, seja destinado um tempo para o planejamento pedagógico e que seja abordado o tema voltado para a apropriação de dados das avaliações sistêmicas, e que seja trabalhado os seguintes objetivos: i- capacitar os professores e demais profissionais para melhor compreensão dos elementos que compõem as avaliações sistêmicas, e seus principais enfoques; ii – instruir os docentes sobre a necessidade de apropriar os dados gerado pelas avaliações em larga escala, identificando as habilidades ainda não consolidadas; iii – incentivar as análises coletivas para proporcionar a construção de projetos de intervenção interdisciplinares; iv – incluir no planejamento educacional as matrizes de referência no trabalho colaborativo entre todos os professores; v- monitoramento das estratégias e ações pactuadas.

As principais metas a serem atingidas neste processo, compreendem a incorporação da cultura de análise dos dados educacionais; a utilização do monitoramento das avaliações com base orientadora para as práticas educacionais; o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, de acordo com os avanços dos níveis de proficiência e padrões de desempenho recomendáveis. Os avanços no processo de aprendizagem acontecem quando a escola identifica os desafios e adota uma abordagem crítica sobre as limitações e o desenvolvimento de novas técnicas de aprendizagem.

As ações do Plano de Ação Educacional são construídas e aplicadas para melhorar o desempenho através da utilização dos dados educacionais, provocando debates sobre a incorporação de novas estratégias interdisciplinares de intervenção pedagógica. Ele será desenvolvido através da prática de quatro ações, que ajudará a escola oferecer capacitações com os seus profissionais; melhorar a organização das reuniões pedagógicas; desenvolver as matrizes de referência integradas ao currículo; ampliar a política de responsabilização e o trabalho colaborativo dentro do ambiente escolar; utilizar as ferramentas de monitoração da aprendizagem fornecidas pelas avaliações sistêmicas. Para que as ações do PAE sejam desenvolvidas, é necessário o envolvimento de comunidade escolar, objetivando busca contínua pela aprendizagem.

Na subseção seguinte, detalharemos as ações previstas no Plano de Ação Educacional, que foi construído de acordo com a técnica da ferramenta 5W2H, traçando os seus objetivos e como eles serão realizados, determinando os

responsáveis em executar cada tarefa, definindo cronogramas de aplicação, ambiente onde será implementado, e o investimento necessário para o seu desenvolvimento.

4.1.1 Apresentação da pesquisa para os profissionais da Escola Estadual Joel Mares e do Plano de Ação Educacional (PAE)

A ação inicial do plano educacional apresentado como resultado da pesquisa investigativa na Escola Estadual Joel Mares, foi embasada na primeira categoria proposta pelo método *Data Wise*, que compreende o “PREPARAR”, de acordo com Boudett *et al.* (2020). O primeiro procedimento a ser realizado é a exposição das análises obtidas neste estudo de caso, de acordo com a apropriação dos dados das avaliações sistêmicas, principalmente a avaliação externa somativa em língua portuguesa. Neste momento, deverá ser discutido entre a equipe pedagógica, grupo de gestores e professores, os entraves enfrentados pela equipe e que precisam ser vencidos no processo de ensino-aprendizagem ofertado por esta instituição de ensino. Esta tarefa deverá ser realizada no dia escolar que precede o início do 2º semestre letivo e nas reuniões pedagógicas de módulo II que serão realizadas semanalmente no mês de agosto de 2025.

Nas reuniões pedagógicas de complementação de carga horária (módulo II), que serão realizadas com a participação de todos os profissionais da escola, a pesquisadora do curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), apresentará o Plano de Ação Educacional – PAE, que será proposto como uma estratégia para o desenvolvimento de práticas eficazes de análise e utilização dos resultados da avaliação externa somativa em língua portuguesa e cuja a principal meta é melhorar as condições de ensino oferecido pela escola e o processo de aquisição da aprendizagem pelos estudantes, elevando os níveis de proficiência das avaliações implementadas e realizadas pelo SIMAVE, para o monitoramento da qualidade da educação básica oferecida no estado de Minas Gerais.

No quadro 7, apresentaremos a síntese da primeira ação sugerida aos gestores, equipe pedagógica e professores, como uma das propostas do PAE para ser desenvolvida na escola.

Quadro 7 – Síntese da primeira ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares

Ação 01:	Apresentação da pesquisa para os profissionais da Escola Estadual Joel Mares e do Plano de Ação Educacional (PAE).
O quê?	Reunião com a equipe gestora, especialistas e docentes para expor as informações coletadas no estudo de caso e propor o desenvolvimento do Plano de Ação Educacional – PAE.
Por quê?	Nota-se ao longo da pesquisa a necessidade de refletir sobre as abordagens e mudar as percepções para viabilizar a incorporação dos resultados da Avaliação Externa Somativa.
Onde?	Nas dependências da Escola Estadual Joel Mares destinadas as reuniões coletivas.
Quando?	Dia escolar que precede o início do 2º semestre letivo e nas reuniões pedagógicas de carga horária complementar, que serão realizadas semanalmente no mês de agosto de 2025.
Quem?	Diretora, vice-diretores, especialistas e professores de todas as áreas da aprendizagem.
Como?	Apresentação dos principais desafios enfrentados pela escola e que foram identificados na pesquisa.
Quanto?	Não há custo.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essa reunião é fundamental para que as equipes gestora e pedagógica, juntamente com os professores, entendam que é fundamental revisar as abordagens já utilizadas e redefinir os conceitos em relação a apropriação dos resultados educacionais obtidos pela escola. Com esse propósito, recomenda-se a exposição das dificuldades evidenciadas na investigação realizada pela pesquisadora; e a enumeração dos projetos desenvolvidos e os principais pontos de fragilidade, motivo o qual não conseguem melhorar efetivamente os níveis de aprendizagem diagnosticados de acordo com os dados obtidos no resultado da escola.

O principal objetivo dessa ação é que todos os educadores e demais membros da área pedagógica possam conscientizar-se sobre a situação em que se encontra a qualidade da educação oferecida pela escola através de seus profissionais. E assim, sentirem-se motivados a realizarem mudanças significativas nas suas práticas pedagógicas propostas no planejamento de ensino. Esta tarefa será realizada no refeitório da escola, por ser o lugar mais amplo disponível, favorecendo a formação dos grupos de professores. Não está previsto nenhum custo financeiro adicional, além dos já previsto pela escola para as realizações das reuniões pedagógicas previstas no calendário escolar.

Nessa perspectiva, esperamos que os profissionais da Escola Estadual Joel Mares reflitam sobre suas ações buscando atingir práticas exitosas através de

melhorias nas estratégias de ensino utilizadas no exercício de suas funções. Assim, as avaliações precisam entendidas como uma ferramenta para orientar seu planejamento de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

4.1.2 Formação continuada para os professores e especialistas de educação básica para identificar as lacunas de aprendizagem apontadas pelo SIMAVE na Avaliação Externa Somativa

A proposta dessa segunda ação é a capacitação dos profissionais para entender o processo de avaliação como instrumento para monitorar o processo de aprendizagem; identificação as lacunas de aprendizagem apontadas pelo Avaliação Externa Somativa na disciplina de Língua Portuguesa; apropriação e utilização dos resultados divulgados pelo SIMAVE; compreensão das habilidades que constituem as matrizes de referência da avaliação abordada; desenvolvimento de metodologias de ensino de acordo com a construção coletiva do planejamento pedagógico; e reestruturação dos projetos já existentes, enfatizando as habilidades ainda não consolidadas, que são abordadas nas avaliações somativas.

No quadro 8, descreveremos a segunda ação prevista pelo PAE, que aborda a elaboração de capacitações para os professores e especialistas de educação básica para melhorar as concepções, a identificação das lacunas de aprendizagem existentes, e o uso dos resultados apontados pelo SIMAVE na Avaliação Externa Somativa.

Quadro 8 – Síntese da segunda ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares

Ação 02:	Formação continuada para os professores e especialistas de educação básica para identificar as lacunas de aprendizagem apontadas pelo SIMAVE na Avaliação Externa Somativa.
O quê?	Identificar as lacunas de aprendizagem apontadas pelo Avaliação Externa Somativa na disciplina de Língua Portuguesa.
Por quê?	Para analisar as habilidades que não foram adequadamente solidificadas no processo de aprendizagem decorrente nos anos anteriores e refletir para reorganizar o currículo e as metodologias de ensino adotadas.
Onde?	Nas dependências da Escola Estadual Joel Mares destinadas as reuniões coletivas.
Quando?	2º semestre / 2025 (meses de setembro e outubro).
Quem?	Diretora, vice-diretores, especialistas e docentes.

Como?	Dividir a equipe em grupos de trabalho para análise dos resultados da Avaliação Externa Somativa, fazendo um levantamento dos dados nos anos anteriores.
Quanto?	Não há custo.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essa ação fundamenta-se na necessidade de promover o letramento em avaliação e a importância do trabalho colaborativo na apropriação e uso dos resultados da escola. Em nossa visão, essa é uma medida essencial para que os envolvidos adquiram os conhecimentos fundamentais e desenvolvam comportamentos direcionados à apropriação dos resultados, sua função ao exercer o magistério e a ressignificação da sua prática pedagógica.

Para a conceituação do uso dos dados a partir dos resultados da Avaliação Externa Somativa, durante essa capacitação, deve-se abordar as percepções fundamentais para entender todo o processo de monitoramento das ações educacionais, e principalmente sobre as concepções que englobam o desenvolvimento do currículo e a utilização das matrizes de referência para a construção do planejamento de ensino. Todos os professores e especialistas precisam compreender claramente, que as matrizes de referência são um recorte do currículo e não podem ser fonte única de embasamento para a construção do planejamento. Limitar a prática pedagógica ao desenvolvimento de um grupo específico de habilidades, é reduzir as oportunidades de aprendizagem envolvidas num contexto mais amplo das necessidades contextualizadas com a realidade dos estudantes.

Portanto, o objetivo principal desta tarefa, é domínio do letramento sobre a avaliação externa somativa, compreendendo-a como ferramenta imprescindível para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, e utilizando os resultados da avaliação externa somativa para realizar em ações de intervenção pedagógicas capazes de suprimir as dificuldades cognitivas dos estudantes.

4.1.3 Fortalecimento dos projetos interdisciplinares e trabalho coletivo

De acordo com a terceira ação a ser desenvolvida neste plano de ação educacional (PAE), é necessário buscar o aprimoramento da colaboração entre os membros da equipe da Escola Estadual Joel Mares. Portanto, as estratégias que serão adotadas, precisam ser decididas através de discussões em grupo, para

melhorar a participação de todos os profissionais, atribuição das parcelas de responsabilização e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

A correlação entre os conteúdos curriculares e suas respectivas áreas de conhecimento, facilitam o nivelamento metodológico, desenvolvendo ações coletivas para sanar as dificuldades relacionadas a leitura, interpretação e a produção escrita em todas as disciplinas propostas no currículo escolar. Com essa medida, esperamos que sejam resolvidas algumas falhas na apropriação dos resultados pelos participantes desse processo. Neste estágio, é crucial apontar os profissionais que fazem parte da proposta, para entender a responsabilidade pela formação das competências a serem integradas e desenvolvidas pelo coletivo. Cada professor, de acordo com a sua área de atuação será responsável pelo desenvolvimento de metodologias capazes de ajudar no domínio das habilidades que impossibilita os avanços e melhorias ao desenvolver o direito de aprender da cada estudante.

A seguir, na tabela 9, compartilharemos a terceira ação prevista no PAE, cuja a principal atribuição é o fortalecimento dos projetos interdisciplinares e a aquisição da cultura de realização do trabalho coletivo pelos profissionais do ambiente escolar.

Quadro 9 – Síntese da terceira ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares

Ação 03:	Fortalecimento dos projetos interdisciplinares e trabalho coletivo.
O quê?	Elaboração de projetos – trabalho colaborativo.
Por quê?	A ideia é que, com a criação de projetos interdisciplinares, desenvolva-se a política de responsabilização coletiva dentro da escola, para o desenvolvimento das habilidades necessárias para uma comunicação eficaz.
Onde?	Nas dependências da Escola Estadual Joel Mares destinadas as reuniões coletivas.
Quando?	2º semestre / 2025 (meses de novembro e dezembro)
Quem?	Diretora, vice-diretores, especialistas e docentes.
Como?	Exposição das competências não desenvolvidas pelos alunos e elaboração de projetos que envolvam os demais componentes curriculares, de acordo com as áreas de conhecimento.
Quanto?	Não há custo.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Uma vez que as competências previstas e que não foram totalmente compreendidas pelos alunos sejam identificadas e os objetivos sejam claramente assimilados, os professores deverão definir os propósitos a serem alcançadas, garantindo que as habilidades selecionadas sejam exploradas de forma conjunta em todos os componentes curriculares. Desse ponto de partida, é necessário elaborar

uma gestão de resultados eficaz, através da prática reflexiva dos projetos interdisciplinares que serão desenvolvidos nas estratégias de intervenção que serão utilizadas.

Percebemos a importância em atribuir a todos os professores a responsabilidade pelas ações que serão executadas e seus resultados, motivando a participação e o trabalho compartilhado. Dividir as tarefas para a realização em equipe, modificará o trabalho dos professores de Língua Portuguesa, uma vez que estes profissionais estão sobrecarregados de funções e são vistos como os únicos professores culpados pelo resultado obtido. Nesta etapa do PAE, devemos utilizar o número de professores que compõem quadro de pessoal da escola, e assim, dividi-los em equipes de acordo com a afinidade entre os conteúdos, para desenvolver estratégias interdisciplinares de intervenção, embasados na compreensão das habilidades e competências para cada etapa escolar. Na elaboração desses projetos, os grupos de professores serão orientados pelos coordenadores pedagógicos e especialistas para garantir a integralização curricular, assegurando a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento. Para assegurar o sucesso dessa ação, é fundamental reavaliar os projetos previamente desenvolvidos pela escola e fazer uma reflexão crítica, e associá-los com os descritores que foram selecionados a partir da análise dos resultados da escola. Essa prática tem como propósito aprimorar os projetos pedagógicos já realizados pela escola e que colaboraram efetivamente no desenvolvimento das competências previstas ou modificar os que não são adequados ou que não abordam as necessidades diagnosticadas dos estudantes através de metodologias ativas.

A intenção de aplicar a interdisciplinaridade por meio dos projetos é conectar os componentes curriculares, permitindo que os alunos entendam como os conhecimentos podem ser usados de forma prática, enquanto desenvolvem habilidades e atitudes para solucionar desafios na aprendizagem. Não há necessidade de investimento financeiro durante o processo de planejamento desta ação, contudo, para a realização do trabalho com projetos, são necessários gastos para serem executados, mas o valor a ser empreendido está condicionado às ações a serem desenvolvidas na ocasião.

4.1.4 Acompanhamento e análise das ações planejadas

O desenvolvimento dessa etapa do plano educacional, tem como objetivo realizar a avaliação e o monitoramento da sua implementação na Escola Estadual Joel Mares. Percebemos que o acompanhamento e a reflexão crítica das ações acordadas são essenciais para a qualidade e continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

Para o desenvolvimento da monitoração dos projetos de intervenção, é necessário evidenciar as ações executadas, registrando cada fase importante na realização da proposta, além da construção de um portfólio, que facilitará o controle das etapas trabalhadas na sua execução.

No quadro 10, disponibilizaremos a síntese dessa etapa do PAE que envolve o monitoramento e avaliação das ações propostas.

Quadro 10 – Síntese da quarta ação proposta pelo Plano de Ação Educacional para ser implementado na Escola Estadual Joel Mares

Ação 04:	Monitoramento e avaliação das ações propostas.
O quê?	Acompanhamento das ações desenvolvidas pela equipe.
Por quê?	Necessidade de avaliar cada ação para melhorar o processo educacional.
Onde?	Nas dependências da Escola Estadual Joel Mares destinadas as reuniões coletivas.
Quando?	Durante o ano letivo de 2026.
Quem?	Especialistas da Educação Básica.
Como?	Apresentação para toda a comunidade escolar (docentes, estudantes, pais e/ou responsáveis) acerca do acompanhamento das estratégias acordadas e executadas com o intuito de melhorar o rendimento dos alunos.
Quanto?	Não há custo.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Visando sistematizar as ações, a equipe pedagógica deve analisar: as metas estabelecidas no desenvolvimento dos projetos interdisciplinares; as estratégias e práticas utilizadas no processo de intervenção pedagógica; o engajamento dos professores e a interação dos estudantes nas atividades desenvolvidas; e o levantamento dos benefícios e limitações das ações propostas.

Sensibilizar os professores de que o processo de acompanhamento das ações de acordo com o que é estabelecido pelo PAE, visando monitorar a implementação das atividades, oferecendo suporte quando necessário, e incentivá-los a assumir responsabilidades compartilhadas para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem são os quesitos fundamentais para concretizar esta etapa.

O processo de monitoramento e avaliação, oferece subsídios para reorganizar a sua execução, motivando todos os envolvidos a assumirem responsabilidades significativas, para alcançar as metas acordadas coletivamente no processo de ensino e aprendizagem. A equipe de profissionais da escola precisa avaliar e revisar as ações desenvolvidas e que são propostas pelo Plano de Ação Educacional, como estratégia de intervenção no processo da aprendizagem. É preciso acompanhar o progresso dos projetos, mantendo as estratégias eficazes e ajustando aquelas que precisam de melhorias.

De modo geral, o plano de Ação Educacional – PAE possui grande relevância para a Escola Estadual Joel Mares, considerando que nasce da necessidade em rever as práticas de ensino e com o objetivo de reforçar o trabalho interdisciplinar, segundo a apropriação dos resultados das avaliações em larga escala realizadas pelos alunos deste estabelecimento de ensino. Espera-se com a sua prática, que ocorram transformações relevantes e notáveis no processo de ensino e aprendizagem, promovendo um método melhor de apropriar dos resultados e desenvolver a gestão pedagógica desenvolvida na sala de aula. Esta ação dispensa a utilização de recursos financeiros para a sua execução. A previsão é que ela seja desenvolvida no decorrer do ano letivo de 2026.

A seguir, nas considerações finais, tracejaremos as contribuições do conhecimento adquirido através deste estudo de caso, a partir da questão norteadora desta pesquisa que motivou toda a investigação sobre a apropriação de dados educacionais, como um instrumento para orientar a prática do currículo, diagnosticar os níveis de aprendizagem e buscar melhorias no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O seu propósito central é compreender como a equipe gestora e pedagógica, juntamente com os docentes da Escola Estadual Joel Mares, podem atuar para fomentar a utilização dos resultados da Avaliação Externa Somativa em Língua Portuguesa, para que façam parte do planejamento pedagógico da instituição escolar.

Desse modo, procuramos definir o problema da pesquisa, relacionado aos problemas pedagógicos sobre a apropriação e uso dos dados, que não favorecem no processo de ensino e aprendizagem, elevando os níveis de baixo desempenho no componente curricular de Língua Portuguesa dos estudantes avaliados no período em investigação.

A pesquisa foi elaborada e fortalecida, de acordo com as evidências levantadas pela pesquisadora, e que causavam uma apreensão relacionada ao grande número de alunos com baixo padrão de desempenho verificados nas avaliações externas somativas. Foram transcorridos todos os percursos necessários para consolidar este estudo em questão. A princípio, a compreensão sobre a utilização dos dados educacionais era bastante limitada, impossibilitando a apropriação dos resultados das avaliações sistêmicas, sob a perspectiva que devem ser abordadas no contexto escolar. Contudo, a pesquisa proporcionou uma análise mais detalhada sobre os entraves para a apropriação desses resultados. As dificuldades não se resumem apenas à falta de informação, mas permeiam aspectos como a interpretação dos dados, a resistência as mudanças nas práticas pedagógicas, a sobrecarga de trabalho dos educadores e a falta de tempo para reflexão e planejamento. Entender essa teia de fatores na realidade da E. E. Joel Mares desenvolveu uma visão sistêmica sobre os desafios educacionais, percebendo que as soluções precisam ser multifacetadas e contextualizadas.

O aprofundamento nos objetivos específicos da pesquisa foi importante para essa aprendizagem. Para compreender como a E. E. Joel Mares trabalha com os resultados das avaliações sistêmicas, foram feitas análises sobre as práticas pedagógicas existentes, buscando entender suas diferentes abordagens e impactos no processo de aprendizagem. A pesquisa sobre como os dados podem ser utilizados

como instrumento norteador do processo de ensino-aprendizagem fortaleceu a compreensão sobre o potencial formativo da avaliação em larga escala, que pode subsidiar intervenções pedagógicas mais eficazes e individualizadas. Esse estudo de caso aprimorou a minha percepção crítica, permitindo-me analisar os desafios enfrentados pela escola investigada e identificar suas possíveis causas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa proporcionou uma experiência de integração através de diferentes abordagens. O levantamento bibliográfico e documental foi o alicerce, interagindo com as contribuições de autores como Bauer, Gatti, Lück, Pontes e Soares, cujas obras são pilares na discussão sobre avaliação em larga escala e planejamento pedagógico. No entanto, foi a pesquisa de campo, com a aplicação de questionários estruturadas junto às equipes gestora, pedagógica e aos docentes de Língua Portuguesa, que possibilitou o levantamento de informações que apresentam a relevância, a funcionalidade e o impacto no ambiente escolar através da apropriação correta de dados. Entender as perspectivas e os desafios cotidianos de quem está na linha de frente da educação, é inestimável para qualquer profissional da área.

A culminância desse processo de aprendizagem foi a proposição do Plano de Ação Educacional (PAE) para a E.E. Joel Mares. Não se trata apenas de identificar problemas, mas de construir soluções concretas e viáveis. Nessa etapa, foi sintetizado todo o conhecimento adquirido e transformado em estratégias práticas, considerando as limitações e potencialidades da escola. Formular um plano que visa enfrentar desafios diagnosticados e cooperar para a melhoria das práticas de ensino e das condições de aprendizagem dos estudantes foi um exercício de pensamento estratégico e propositivo, consolidando a ideia de que a pesquisa acadêmica pode e deve gerar impacto real.

Consideramos com esta pesquisa, a verdadeira importância da aquisição de informações disponíveis no processo de avaliação educacional, ocorre quando os resultados são analisados e os entraves diagnosticados na aprendizagem são utilizados para orientar o planejamento, com a responsabilidade coletiva na concretização de projetos de intervenção interdisciplinares entre os diferentes componentes curriculares e suas áreas de afinidade e abordagem. A realização do PAE possibilita momentos de diálogo entre os profissionais da escola e subsidia aos professores, gestores e especialistas a participação em capacitações, adotando novas metodologias ativas para redefinir seu planejamento pedagógico. Todavia, podem

surgir algumas dificuldades na implementação e realização das ações contidas no PAE devido uma cultura errada e resistente às novas transformações no método de ensino utilizados pelos docentes. Neste caso, podemos fazer adequações e adotar as mudanças necessárias para que ele seja colocado em prática de maneira objetiva e consistente.

Por fim, espera-se que este trabalho possa servir de contribuição para o meio acadêmico, agregando valores como fonte de pesquisa na expansão, inovação e desenvolvimento de novas perspectivas do conhecimento e sua aplicabilidade. Assim como certamente colaborará com a formação profissional dos educadores escolares, cooperando para a sua reflexão crítica sobre a temática abordada, atualizando os métodos pedagógicos utilizados, de acordo com as necessidades individuais dos alunos e as práticas inclusivas de ensino, implementando estratégias embasadas em evidências, possibilitando a inovação curricular, e proporcionando o engajamento dos estudantes através do fortalecimento da relação entre a gestão pedagógica e a gestão de resultados na busca incansável pela qualidade da educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B.; CORREIA, W.; CAMPOS, F. Uso da Escala Likert na Análise de Jogos. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GAMES (SBGAMES), 10., 2011, [s.l.]. **Anais...** [s.l.], 2011. p. 1-5. Disponível em: <https://www.sbgames.org/sbgames2011/proceedings/sbgames/papers/art/short/91952.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- ALEXANDRE, J. W. C. *et al.* Análise do número de categorias da escala de Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 23., 2003, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: [s.l.], 2003. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2003_tr0201_0741.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.
- ALMEIDA, M. J. *et al.* O sistema mineiro de avaliação da educação pública: impactos na escola fundamental de Uberlândia. REICE: **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, v. 5, n. 2, p. 241-253, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29557/1/SistemaMineiroAvaliacao.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.
- ANDRADE, Dalton Francisco de; TAVARES, Héilton Ribeiro; VALLE, Raquel da Cunha. **Teoria da Resposta ao Item: conceitos e aplicações**. ABE, Sao Paulo, 2000. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~aanjos/CE095/LivroTRI_DALTON.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024
- BAUER, Adriana. “Novas” relações entre currículo e avaliação? Recolocando e redirecionando o debate. **Educação em Revista**, v. no 2020., p. 1-19, 2020. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698223884>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- BECKER, F. R. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Ibero-americana de Educação**, Araraquara, v. 53, n. 1, p. 1-11, 2010. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1751>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, p. 117, 1997. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/267019202-becker-howard-s-metodos-de-pesquisa-em-ciencias-sociais-corrigidopdf/254070896>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- BLOOM, B. *et al.* **Manual de Avaliação Formativa e Somativa do Aprendizado Escolar**. Trad. Lilian Rochlitz Quintão; Maria Cristina Fioratti Florez; Maria Eugênia Vanzolini. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Downloads/pdfcoffee.com_manual-de-avaliaao-formativa-e-somativa-no-aprendizado-escolar-pdf-free.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da Educação Básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa (USP)**.

Impresso), v.38, p.373-388, 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BOUDET, Kathryn Parker; CITY, Elisabeth; MURNAME, Richard. Data Wise: guia para o uso de evidências na educação. Tradução de Rafael Faermann Korman. Porto Alegre: Penso, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, p.123. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23/12/1996, p.9. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_1ed.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais – Fundação Victor Civita**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/avaliacao_externa_fvc.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

BURGOS, M. B.; SANTOS, M. M. dos .; FERREIRA, P. V. G. . Avaliação, alfabetização e responsabilização: os casos de Minas Gerais e Ceará. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, n. 2, p. 24–44, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufff.br/index.php/RPDE/article/view/32342>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BURGOS, M. B. A avaliação externa e os novos sujeitos da educação. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 1, p. 1082–1102, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufff.br/index.php/RPDE/article/view/32024>. Disponível em: 10.34019/2237-9444. 2020.v10.32024. Acesso em: 24 fev. 2025.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p.745-770, jul.- set.2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/35zWgbwzyNc8dddjmJdsGhF/?format=pdf&lang=pt>
 Acesso em: 15 ago. 2024.

CASTRO, M.H.G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/Lfc37RDdj4czGv94gpbz4Xg/>. Acesso em: 15 ago. 2024

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. P. Avaliação educacional em larga escala e accountability: uma breve análise da experiência brasileira. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 1, p. 1103–1137, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.32023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32023>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. EccoS – **Revista Científica**, v. 4, n. 1, p. 18–42, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/291>. Acesso em: 23 fev. 2025.

GATTI, Bernadete. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpnNkCggnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HAYDT, R. C. **Avaliação do processo de Ensino-Aprendizagem**. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 2008. Disponível em: <https://rcolacique.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/08/didc3a1tica-texto-13.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Saeb: **Matrizes e Escalas**. Brasília, DF, 23 out. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em: 23 ago. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Saeb: diretrizes da edição**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/saeb/diretrizes_da_edicao/2023.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem de Futuro**. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 23 Set. 2023

LÉLIS, Luziane Said Cometti; HORA, Dinair Leal da. A gestão pedagógica no contexto das avaliações externas e em larga escala. **Dialogia**, São Paulo, n. 33, p. 72-85, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.n33.13782>. Acesso em: 23 mai. 2024.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e Suas Competências**. Curitiba: Editora Positivo. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Downloads/Heloisa_Luck_Dimensoes_da_gestao_escolar.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024

MACHADO, C. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, v. 5, p. 70-82, 2012. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf. Acesso em 18 ago. 2024.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano; FARIAS, Maria Adalgiza de. SPAECE: Uma história em sintonia com avaliação educacional do Governo Federal. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 525-547, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rh/article/view/6036/4990>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2018. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Guia de Implementação da Gestão da Educação (GIDE)**, 2025. Disponível em: <https://portaldoespecialista.educacao.mg.gov.br/gide>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/36mvLQPqTjRTp8kLXbs3b5Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

NETO, João Luís Horta. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **R. bras. pedag.**, Brasília, v.91, n. 227, p. 84-104, jan/abr. 2010. Disponível em: <http://ppgp4.caeduff.net/mod/forum/discuss.php?d=685#unread>. Acesso em: 8 abr. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **Avaliação Externa e Interna: relações e articulações possíveis**, 2016. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre2016/deb_av_aliacao_fa_roteiro.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. **Avaliação educacional em grande escala: a experiência brasileira. Guia de Estudos. Processos de Formação de Profissionais da Educação Pública**. CAED. UFJF. p. 19-33. 2012.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus; CASALI, Alipio Marcio Dias. Currículo e educação: origens, tendências e perspectivas na sociedade contemporânea. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 207-231, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/684/68419274001.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SEMLER, A.R. and PINTO, A.L. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. **Ciência da Informação**. 2019, vol. 48, no. 1, ISSN: 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4461>. Acesso em: 02 set. 2024.

SILVA JUNIOR, S.D.; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, Brasil, v. 15, p. 1-16, out. 2014. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2022/01/1_Mensuracao-e-Escalas-de-Verificacao-uma-Analise-Comparativa-das-Escalas-de-Likert-e-Phrase-Completion-1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

SILVA, B. **5W2H – Ferramenta para você planejar**. Administradores. 2016. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/5w2h-ferramenta-para-voce-planejar>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SIMAVE. Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública. Disponível em: <https://SIMAVE.educacao.mg.gov.br/#!/sistema>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SOARES, José Francisco *et al.* **Escola eficaz: um estudo de caso em três escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, FAE, GAME: Fundação Ford, 2002. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/11/gestao1.pdf>. Acesso: 10 set. 2024.

SOARES, José Francisco. O direito à educação no contexto da avaliação educacional. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 141-152, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/o-direito-a-educacao-no-contexto-da-avaliacao-educacional,4d43720f-2d10-45f1-8861-0c3de94b20f2>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120207>. Acesso em: fev. 2024.

SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e Desafios das Avaliações em Larga Escala da Educação Básica na Gestão Escolar. **Revista Eletrônica da Faculdade de**

Ciências e Letras – UNESP. Araraquara, SP, 2010. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba. SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/vBHXjvFnW6gk6DWpJZzTzNJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2024.

SOUZA, M. A. de. A experiência de avaliação educacional em Minas Gerais 1992 - 1998. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 19, p. 57–76, 1999. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2244>. Acesso em: 15 ago. 2024.

UNESCO. **A promessa das avaliações de aprendizagem em larga escala: Reconhecer os limites para desbloquear oportunidades**. 2019. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

VERGARA, Sylvia Constant. Questionário. *In: Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.

WAYMAN, JC, Cho, V., JIMERSON, JB, & SPIKES, DD. Efeitos em todo o distrito sobre o uso de dados na sala de aula. **Education Policy Analysis Archives**, v. 20, n. 25.2012. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.v20n25.2012>. Acesso em: 23 ago. 2024.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS DOCENTES DO CONTEÚDO CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreendo os objetivos da avaliação externa somativa (SIMAVE/PROEB).
2. Há uma apresentação anual realizada pela gestão escolar e pedagógica dos resultados da avaliação externa somativa (SIMAVE/PROEB).
3. Dou importância ao Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), participando ativamente de todo o processo desde a aplicação até a utilização dos resultados averiguados.
4. Tenho conhecimento sobre as matrizes de referência da avaliação externa somativa.
5. As matrizes de referência em língua portuguesa, das avaliações externas somativas estão inseridas no meu planejamento anual em consonância com o Currículo de Referência de Minas Gerais – CRMG.
6. Os resultados mensurados nas avaliações externas somativas são analisados e debatidos pelas equipes gestora e pedagógica juntamente com os professores.
7. Compreendo as informações relacionadas aos níveis de proficiência da aprendizagem em língua portuguesa e direciono o meu planejamento para atender às habilidades não desenvolvidas pelos alunos.
8. O planejamento pedagógico teve que sofrer mudanças para adequar às necessidades de aprendizagem dos estudantes, de acordo com os resultados das avaliações externas somativas.
9. Os dados das avaliações externas somativas são apropriados, promovendo mudanças na prática e nas estratégias de intervenção pedagógica.
10. O currículo é desenvolvido através do trabalho colaborativo.
11. É feito o planejamento interdisciplinar durante o ano letivo para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e ações do cotidiano escolar.
12. Existe a necessidade de alinhar a estrutura das avaliações internas com as externas para que os alunos se familiarizem com esse tipo de avaliação.
13. Os professores de Língua Portuguesa são os maiores responsabilizados no processo de apropriação de dados educacionais, sendo direcionadas para estes o desenvolvimento de ações de intervenção pedagógica.
14. Há a responsabilização estudantil pela participação e compromisso no desenvolvimento das habilidades previstas na avaliação externa somativa.

15. O resultado da avaliação externa somativa é divulgado para os pais ou responsáveis da comunidade escolar.
16. A análise e a apropriação dos resultados dos PROEB/SIMAVE pelos professores, especialistas e direção têm contribuído para melhorar o desempenho dos estudantes.

Os envolvidos no processo de investigação respondem as questões, de acordo com o grau de concordância das assertivas, marcando uma das quatro opções, conforme a escala Likert utilizada na pesquisa:

- 1 – Concordo;
- 2 - Mais concordo que discordo;
- 3 - Mais discordo que concordo;
- 4 – Discordo.

ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA EQUIPE GESTORA E PEDAGÓGICA

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Há quanto tempo o (a) sr. (a) trabalha na área da educação?
3. Há quanto tempo o (a) sr. (a) exerce uma função na equipe gestora e pedagógica?
4. Na sua opinião qual é o papel das avaliações em larga escala?
5. Quanto à interpretação das avaliações em larga escala, referentes às nomenclaturas, como matriz de referência, itens, descritores, habilidades, proficiência média, padrão de desempenho, desvio padrão, participação, gráficos, tabelas, etc., a escola recebe algum tipo de orientação ou formação para esta finalidade?
6. O (a) sr. (a) tem conhecimentos sobre bancos de dados educacionais que possam ser utilizados para acompanhamento e controle pedagógico dos alunos na Escola Estadual Joel Mares?
7. A equipe gestora e pedagógica, em parceria com os professores têm utilizado as informações dos bancos de dados para dinamizar o trabalho pedagógico, em busca de melhores resultados da aprendizagem em Língua Portuguesa?
8. De que forma os resultados obtidos nas avaliações do PROEB, na sua escola, são compartilhados com os alunos, pais ou responsáveis pelos alunos?
9. A escola faz uso de práticas interdisciplinares no desenvolvimento de intervenções pedagógicas da aprendizagem na área de Língua Portuguesa?
10. De modo geral, como é feito o processo de apropriação dos dados na escola?
11. O uso dos dados das avaliações externas somativas, pelos professores, especialistas e direção, tem favorecido o aprimoramento da aprendizagem dos alunos?"